

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO ACADÊMICO

Linha de Pesquisa:

Estado, Trabalho-Educação e Movimentos Sociais

AVENTURA DAS CLASSES EDUCADORAS: INTERSECCIONALIDADE, HEGEMONIA E
PROCESSOS EXTRAESCOLARES EM UM BAIRRO OPERÁRIO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Leila Rodrigues Oliveira de Lima Bizarria

Rio de Janeiro

2019

Leila Bizarria

AVENTURA DAS CLASSES EDUCADORAS: INTERSECCIONALIDADE, HEGEMONIA E
PROCESSOS EXTRAESCOLARES EM UM BAIRRO OPERÁRIO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientação: Prof. Dr. Carlos Frederico Bernardo Loureiro

Linha de pesquisa: Estado, Trabalho-Educação e Movimentos Sociais

Rio de Janeiro

2019

CIP - Catalogação na Publicação

B625a Bizarria, Leila Rodrigues Oliveira de Lima
Aventura das classes educadoras:
interseccionalidade, hegemonia e processos
extraescolares em um bairro operário da cidade do
Rio de Janeiro / Leila Rodrigues Oliveira de Lima
Bizarria. -- Rio de Janeiro, 2019.
134 f.

Orientador: Carlos Frederico Bernardo Loureiro.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do
Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, Programa de
Pós-Graduação em Educação, 2019.


1. Bangu (bairro carioca). 2. Subalternidade. 3.
Interseccionalidade. 4. Processos extraescolares.
5. Hegemonia. I. Loureiro, Carlos Frederico
Bernardo, orient. II. Título.

Leila Rodrigues Oliveira de Lima Bizarria


AVENTURA DAS CLASSES EDUCADORAS: INTERSECCIONALIDADE, HEGEMONIA E
PROCESSOS EXTRAESCOLARES EM UM BAIRRO OPERÁRIO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação, sustentada pela autora em sessão pública de defesa, aos cinco dias de julho de dois mil e dezenove, no Palácio Universitário Pedro Calmon, perante a seguinte

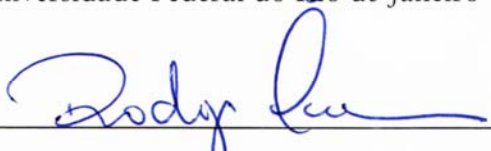
Banca Examinadora:



Professor Dr. Carlos Frederico Bernardo Loureiro, Orientador.
Universidade Federal do Rio de Janeiro — UFRJ



Professora Dra. Giovana Xavier da Conceição Nascimento
Universidade Federal do Rio de Janeiro — UFRJ



Professor Dr. Rodrigo de Azevedo Cruz Lamosa
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro — UFRRJ

Membros suplentes:

Professor Dr. Amílcar Araújo Pereira
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Professor Dr. Celso Sánchez Pereira
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).



Universidade Federal do Rio de Janeiro

Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação

A Dissertação "**Aventura das classes educadoras: interseccionalidade, hegemonia e processos extraescolares em um bairro operário da cidade do Rio de Janeiro**"

Mestrando(a): Leila Rodrigues Oliveira de Lima Bizarria

Orientado(a) pelo(a): **Prof(a). Dr(a). Carlos Frederico Bernardo Loureiro**

E aprovada por todos os membros da Banca Examinadora, foi aceita pela Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro e homologada pelo Conselho de Ensino para Graduados e Pesquisa, como requisito parcial à obtenção do título de

MESTRE EM EDUCAÇÃO

Rio de Janeiro, 05 de julho de 2019.

Banca Examinadora:



Prof(a). Dr(a). Carlos Frederico Bernardo Loureiro - Presidente



Prof(a). Dr(a). Giovana Xavier da Conceição Nascimento



Prof(a). Dr(a). Rodrigo de Azevedo Cruz Lamosa

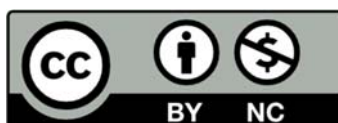
A Maria Julia.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO



1920 | 2020



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons – Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

This work is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License.



PO Box 1866,
Mountain View,
CA 94042, USA.

Agradecimentos

Ao Deus que me enche de força, por se lembrar de mim durante os dias mais difíceis dessa pesquisa, e por me dar coragem para continuar a escrita, mesmo nos dias mais conturbados de minha gravidez.

Ao meu companheiro, Júlio Bizarria, pela ajuda e pelos cuidados comigo, com nossa casa e com os preparativos para a chegada de nossa filha.

Minha mãe, irmãs e irmão, e a todas as amigas e amigos do Campo das Bromélias. Sou grata pela paciência durante minhas ausências durante a pesquisa, mesmo em se tratando de um estudo sobre a área de sua moradia, como por haverem vindo ao outro extremo da cidade para tornar essa pesquisa possível. Sem o carinho de vocês, ela teria certamente sido abandonada.

Ao professor Carlos Frederico Bernardo Loureiro, pela acolhida, pela paciência, pela orientação diligente, pelo seminário inestimável e pela agilidade e acuidade na leitura.

À professora Giovana Xavier, aliada preciosa, pelas aulas, pela leitura carinhosa da versão original de meu projeto, pelas aulas inesquecíveis do seminário de pesquisa. Obrigada por me lembrar, na hora mais difícil, que não estamos sozinhas.

Ao professor Rodrigo Lamosa, pela leitura carinhosa de meu projeto e pelos conselhos verdadeiramente admiráveis durante os exames de qualificação e defesa deste trabalho.

A todos os professores que contribuíram com minha pesquisa durante os seminários realizados na Casa: Luiz Antônio Cunha, Giseli Cruz, Teresa Nico Gonçalves, Vânia Cardoso da Motta, Anita Handfas e Amílcar Pereira. Vocês não acrescentaram apenas à pesquisa que apresento agora, mas ofereceram inestimável sabedoria de vida.

A todos os colegas e professores que concorreram para tornar possíveis as sessões do Seminário Anísio Teixeira que tive a satisfação e o privilégio de apreciar.

Aos colegas do Laboratório de Investigações em Educação, Ambiente e Sociedade — LIEAS, e da Linha de Pesquisa Estado, Trabalho-Educação e Movimentos Sociais.

A Solange Rosa, que a todo momento esteve pronta para resolver qualquer dúvida.

A cada colega que esteve presente em cada aula, doando sempre algo de suas pesquisas, como de si próprios, em uma tarefa coletiva e decisiva de construção do conhecimento.

RESUMO

Aventura das classes educadoras: interseccionalidade, hegemonia e processos extraescolares em um bairro operário da cidade do Rio de Janeiro

Este estudo busca analisar os desafios de famílias de origem camponesa à vida e ao trabalho na franja meridional de um bairro de formação operária na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro. Ao acompanhar as memórias de uma primeira geração de migrantes focais, o estudo encontrou importantes dinâmicas extraescolares que podem haver contribuído para otimizar as oportunidades de seus descendentes pela mediação de sociabilidades pré-capitalistas, camponesas e proletárias. À medida em que as primeiras descendentes da matrona chegavam à adolescência, a família focal organizou um aparelho paraeducacional complexo, ou *escolinha*, que se tornou um ponto central nas disputas locais pela hegemonia. Uma vez atingindo a idade adulta, as filhas da matrona focal do estudo seguiram trajetórias laborais e de classe divergentes, que se reencontraram com o nascimento de seus próprios filhos, a terceira geração da família. As vidas dessas três gerações são atravessadas por diferentes fatores de subalternização e exclusão social relacionados a classe social, raça, gênero, habitação e habilidade vernácula, todos entretecidos em uma matriz específica de dominação, cujas tramas articulam os novos desafios do capitalismo diante delas. A urbanização das sociabilidades da segunda geração teve seu preço: dominando diferentes processos extraescolares, a classe capitalista buscou impor-lhes um *ethos* fortemente competitivo e uma profunda clivagem geracional, que comprometem a consolidação da experiência histórica de classe em uma consciência efetiva de classe-para-si. Deste modo, por tematizar, justamente, dinâmicas formativas discretas, menos permeáveis à análise das hegemonias em conflito, esta dissertação representa uma asserção a propósito da importância de intensa pesquisa qualitativa e interdisciplinar acerca de processos extraescolares e paraescolares, convidando a pesquisa educacional a mirar além da superestrutura dos aparelhos escolares institucionais. A principal conclusão deste estudo, diante da consequência mais direta dessa clivagem geracional e ideológica — a saber, a inibição de hegemonias operárias na região em análise —, consiste na importância decisiva de favorecer solidariedades laterais entre trabalhadores subalternizados a partir de políticas de aliança e adoção mútua das pautas dos vários segmentos uns dos outros. Contra o *ethos* competitivo da hegemonia capitalista, é necessário lutar pela construção de uma ética da amizade e do cuidado entre diferentes gerações da classe trabalhadora: este é um dos mais poderosos instrumentos por meio dos quais articular hegemonias operárias e rasgar, de uma vez por todas, a trama fria do opressor hospedeiro.

Palavras-chave: Bangu (bairro carioca). Subalternidade. Interseccionalidade. Exclusão social. Processos extraescolares. Hegemonia.

ABSTRACT

An adventure of the educating classes: intersectionality, hegemony and extra-school processes in a working-class district of the city of Rio de Janeiro

This study seeks to analyse the challenges of former peasant families to living and working on the southern fringe of a working-class district on the western portion of the city of Rio de Janeiro. Following the memories of a first generation of focal settlers, the study has encountered relevant extra-school dynamics that may have contributed to optimising the opportunities of their descendants by mediating pre-capitalist, peasant and proletarian sociabilities. As the first descendants of the migrant matron came into adolescence, the focal family organised a complex paraeducational apparatus, or *mock school*, which became a central point of local struggles for hegemony. Once they came into adulthood and the daughters of the network's focal matron followed diverging class and professional trajectories, which were reunited with the birth of their own children, the third generation of the family. The lives of these three generations are cut through by different factors of subalternisation and social exclusion related to social class, race gender, habitation and vernacular ability, all of which are closely interwoven into a specific matrix of domination, whose threads articulate the modern challenges of capitalism before them. The urbanisation of the sociabilities of the second generation of the focal family came at a cost: by mastering different extra-school processes, the capitalist class has sought to impose a fiercely competitive ethos and a deep generational cleavage that compromise the consolidation of historical class experience into effective class-for-itself consciousness. Therefore, by drawing precisely upon such discrete formative dynamics, less amenable to the analysis of conflicting hegemonies, this dissertation stands as a statement to the importance of intense qualitative and interdisciplinary inquiry concerning extra-school and paraschool processes, inviting educational researchers to look beyond the superstructure of institutionalised schooling apparatuses. The main conclusion of this work, given the most direct consequence of such generational and ideological cleavage — namely, the inhibition of working-class hegemonies in the region of analysis —, consists in the decisive importance of fostering lateral solidarities among subalternised workers, by resorting to a politics of allyship and mutual adoption of the claims of each other's multiple segments. Against the competitive ethos of Capitalist hegemony, it is necessary to strive toward an ethics of friendship and care across different generations of the working-class: such is one of the most powerful instruments from whence to articulate working-class hegemonies and to tear apart, once and for all, the callous threads of the oppressor within.

Keywords: Bangu (Rio de Janeiro district). Subalternity. Intersectionality. Social exclusion. Extra-school processes. Hegemony.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. <i>Aspecto da Família Silva na Festa do Divino Espírito Santo.</i> Arraial da Felicidade, 1967. Autoria não identificada. Fotografia restaurada. Acervo da Família Silva	18
Figura 2. <i>A matriarca e a criação de animais.</i> Campo das Bromélias, 1990. Autoria não identificada. Fotografia restaurada. Acervo da Família Silva	23
Figura 3. <i>Núcleo da Família Silva.</i> Campo das Bromélias, 1986. Autoria não identificada. Fotografia restaurada. Acervo da Família Silva	25
Figura 4. <i>Aspecto da franja meridional, do complexo fabril e da zona de gentrificação.</i> Google Earth. Composição aerofotogramétrica por satélite. Google LLC, 2019	27
Figura 5. <i>Jardim comum das matronas, junto ao campo de futebol.</i> Campo das Bromélias, 2018. Fotografia de Janine Silva. Acervo da Família Silva	39
Figura 6. <i>Marta, Janine e a família de Francisco na Fazenda São Marcos.</i> Arraial de Perpétua, 1989. Autoria não identificada. Acervo da Família Silva	40
Figura 7. <i>Mulheres independentes: aspecto da reconquista da residência matronal.</i> Campo das Bromélias, fins de 1994. Autoria não identificada. Acervo da Família Silva	45
Figura 8. <i>A matrona na rua principal.</i> Campo das Bromélias, 1994. Autoria de Janine Silva. Acervo da Família Silva	47
Figura 9. <i>Emília, ao fim do Ensino Fundamental I, recebe o diploma e a premiação de melhor aluna da série, das mãos do professor Luís Otávio.</i> Campo das Bromélias, 1993. Autoria não identificada. Acervo da Família Silva	56
Figura 10. <i>Aspecto de uma das mesas de trabalho.</i> Campo das Bromélias, 1991. Autoria não identificada. Acervo da Família Silva	60

Figura 11. <i>Turma de Janine Silva em formação.</i> Campo das Bromélias, 1992. Autoria não identificada. Acervo da Família Silva	64
Figura 12. <i>Marta retorna à casa paterna com novo companheiro.</i> Fazenda Negromonte, Realeza (MG), 1998. Autoria não identificada. Acervo da Família Silva	67
Figura 13. <i>Aniversário de João no Abrigo Santa Filomena.</i> Manhuaçu (MG), 2008. Autoria não identificada. Acervo da Família Silva	68
Figura 14. <i>Absenteísmo no trabalho, resultado da filial X.</i> Rio de Janeiro (RJ), 2014(?). Autoria não identificada. Acervo da Família Silva	77
Figura 15. <i>Escolinha do patrão.</i> Rio de Janeiro (RJ), 2016(?). Autoria não identificada. Acervo da Família Silva	78
Figura 16. <i>Rita Bruno e Miguel caminham sobre a areia.</i> Praia de Botafogo. Rio de Janeiro (RJ), 2019. Autoria de Lydia Silva. Acervo da Família Silva	82
Figura 17. <i>Baixinhos, ao trabalho!</i> Unidade não identificada de rede varejista. Rio de Janeiro (RJ), 2018. Autoria não identificada. Acervo da Família Silva .	89
Figura 18. RÉGIS, Clécio. <i>Monumento a Thomas Donohoe.</i> Fibra de vidro. Bangu. Rio de Janeiro (RJ). 2014. Montagem sobre fotografia de Carlos Molinari Severino ao <i>The Sporting Statues Project</i> . Disponível em: < http://www.offbeat.group.shef.ac.uk/statues/STFB_Donohoe_Thomas.htm >.	94
Figura 19. <i>Celebração e jantar da Família Silva no shopping center de Bangu.</i> Bangu. Rio de Janeiro (RJ), 2019. Autoria não identificada. Acervo da Família Silva	99
Figura 20. <i>Bruno no carrossel da opressão e do encantamento.</i> Bangu, complexo fabril. Rio de Janeiro (RJ), 2019. Autoria de Lydia Silva. Acervo da Família Silva	110

SUMÁRIO

Introdução	01
1 A Cidade Maravilhosa e o Paraíso Perdido	14
1.1 Caracterização da Família Silva	15
1.2 Sobre a franja meridional de Bangu	26
1.3 O Campo das Bromélias entre o arcaico e o moderno	36
2 No purgatório das contradições formativas	46
2.1 Solidariedades em transformação	47
2.2 O espaço paraescolar da Família Silva	57
2.3 Laços e redes de uma burguesia educadora	67
3 Prosperidade e incerteza entre os símbolos do progresso	79
3.1 A alegria e o ônus das visitas inesperadas	80
3.2 Um monumento à dominação de classe	90
3.3 Ensaio sobre as lágrimas da colombina	100
Considerações finais	111
Referências	116

Introdução

Esta dissertação consolida um estudo sobre as várias dimensões das dinâmicas de subalternização¹ produzidas contra frações particularmente vulneráveis do proletariado da cidade do Rio de Janeiro, residentes, especificamente, na franja meridional do bairro de Bangu, na Zona Oeste da cidade. Trata-se, portanto, de região importante para o conhecimento dos processos locais de (des)industrialização e da formação da classe operária carioca, mas que esconde modos explícitos e implícitos por meio dos quais essa classe está presente à própria formação (THOMPSON, 1966). Têm particular relevo, nesse sentido, processos educativos extraescolares e paraescolares, correspondentes tanto a antigas sociabilidades pré-industriais quanto às sociabilidades emergentes a partir dos processos de desindustrialização que atravessaram a cidade desde fins do século XX.

Os estudos preparatórios que me levaram a compor o projeto de que se origina esta dissertação e a postular seu desenvolvimento junto a este Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro relacionam-se de maneira bastante direta a circunstâncias que encontrei em minhas práticas de magistério e pesquisa, frequentemente centradas na alfabetização de educandos com necessidades educacionais especiais. Em seu conjunto, trata-se de experiências reiteradas de frustração, como professora e pesquisadora, diante de vários processos de exclusão social que, segundo percebia, vulneravam decisivamente os educandos e as famílias com quem entrava em contato, ao ponto de porem em xeque, anteriormente a quaisquer processos cognitivos discentes e dinâmicas intraescolares, a eficácia de quaisquer intervenções educativas ou propedêuticas que eu viesse a desempenhar.

¹ Ao considerar processos de subalternização, ou seja, de produção social das chamadas classes subalternas, busco apresentar-me, analítica e politicamente, em solidariedade às lutas de tais classes e aos esforços do coletivo internacional do grupo de estudos da subalternidade. Trata-se de conjunto de pesquisadores marxistas constituído na Índia de começos dos anos 1980, em torno dos historiadores Dipesh Chakrabarty e Ranajit Guha, e dedicado, inicialmente, a uma revisão ampla da historiografia indiana pela perspectiva do conjunto de atores sociais frequentemente apresentados como amorfos e anônimos, muito por efeito da hegemonia residual da antiga metrópole. Em alguns anos, o programa original dos *Subaltern Studies* passava a receber pesquisadores de diversas outras especialidades, além de lançar-se sobre a circunstância das populações subalternizadas em diversas regiões do mundo, para em fidelidade à lição de Walter Benjamin, podermos “escovar a história a contrapelo” (BENJAMIN, 1994:225). O conhecido ensaio de uma das integrantes do grupo, Gayatri Spivak, intitulado *Pode o subalterno falar?* (SPIVAK, 2010), apresenta uma crítica a essa proposta no nível de seus efeitos políticos e de suas (im)possibilidades epistemológicas, por um lado, mas divulgando ainda mais sua potência, por outro.

Desde o início, portanto, planejei um estudo que se mostrasse sensível a esses diversos fatores de exclusão social, buscando voltar a análise diretamente a processos extraescolares, nos limites de uma região que me fosse acessível para o desenvolvimento de uma investigação qualitativa. Este trabalho, portanto, passando ao lado das condições discentes que se costuma recomendar a técnicas e práticas de Educação Especial, busca interpelar os processos de exploração e subalternização que, anteriores a elas, fazem, por várias vezes, com que a necessidade educacional especial se apresente como o menor entre os problemas de muitos discentes e de suas famílias. É necessário advertir, portanto, que este estudo não contempla o espaço intraescolar, e, tampouco, o campo da Educação Especial: antes, sua redação, é motivada justamente pela necessidade de se enxergar além do aparelho escolar e das técnicas e práticas de Educação Especial².

Em atenta escuta aos atores sociais da região sobre a qual desenvolvo minhas pesquisas, procurei deter-me sobre os fatores de exclusão que mais decisivamente impactam a relação dessas famílias com o aparelho escolar e com suas possibilidades de inserção laboral. Tencionava, inicialmente, deter-me sobre a interação de dois fatores, um sociolinguístico, e outro habitacional. Há um complicador na caracterização desses fatores de exclusão, encontrado já nos estudos preliminares que orientavam esta dissertação, pois era bem frequente, entre essas famílias que seus membros não se enquadrassem claramente entre categorias específicas de exclusão: embora muitos fossem jovens e sujeitos a formas precárias de inserção laboral, não tiveram a experiência de uma escolarização truncada (CARRANO *et al.*, 2015). Em outras palavras, eles não são analfabetos ou iletrados, mas intimidam-se diante da necessidade de manifestar-se por escrito, principalmente em sua comunicação com o aparelho escolar. Isso ocorre porque, segundo sua própria percepção, são estigmatizados por seu domínio — efetivo ou putativo — do vernáculo e, por vezes, obcecados em dar boa prova dele (GOFFMAN, 1986). Igualmente, a maior parte das famílias não reside em áreas a que o senso comum local atribuiria a pecha de favelas, mas intimidam-se diante da necessidade de responder a respeito de sua residência, principalmente em contextos laborais ou escolares.

² Expus a necessidade de o campo da Educação Especial atentar a fatores extraescolares e extradiscentes entre as conclusões de minha comunicação às mesas do VI Congresso Brasileiro de Educação (BIZARRIA, 2017). Buscava, com isso, convidar os congressistas e profissionais da pesquisa educacional a um maior contato outros campos disciplinares, mais precisamente, com as ciências sociais, em afrontamento ao preconceito frequente de que a pesquisa educacional somente deveria contemplar espaços escolares.

Trata-se, portanto, de fatores bastante concretos de exclusão, mas cuja manifestação é, em geral, discreta e pouco visível. Apesar de serem fatores determinantes da conduta dos agentes, são temas que apenas a muito custo lhes ocorre abordar. As ambiguidades desses fatores sugeriram a mobilização inicial do conceito de liminaridade, conforme elaborado por Victor Turner, para a própria delimitação do objeto da pesquisa, pois se tratava de pessoas que “escapavam ou passavam através das redes de classificação que normalmente assinalam estados e posições no espaço cultural” (TURNER, 1977:95. Tradução minha), sua exclusão não se enquadrando facilmente nos códigos e sistemas classificatórios vigentes. Em outras palavras, tratava-se de pessoas que não eram analfabetas ou iletradas — algumas haviam mesmo frequentado o Ensino Superior privado — nem moradoras de áreas reconhecidas como favelas em seu próprio meio: experimentavam, apesar disso, formas cotidianas de exclusão social associadas ao seu domínio do vernáculo e à sua habitação.

O pensamento de Victor Turner recomendava, portanto, a partir do distante campo da etnologia africana, a mobilização das pesquisas em torno de objetos e processos de constatação ou delimitação difíceis. Certamente, essa dupla intimidação que encontrava na observação preliminar do campo, tão concreta quanto ambígua, parecia tratar-se precisamente dessa ordem de fenômeno social. Parecia, também, refletir transformações da chamada questão social desde os anos 1990: políticas neoliberais têm efeitos bastante visíveis sobre bairros operários, pois tendem a produzir uma degradação de seu casario e equipamento urbano, enquanto os moradores são forçados a renegociar os termos de seu pertencimento à cidade e de sua inserção laboral, correspondentemente dificultados. Essa precarização também possui efeitos sobre a qualidade do ensino a que essas famílias têm acesso, e determina negativamente a relação delas com as formas da cultura letrada. Trata-se do paradoxo apresentado por Emilio Fanfani: embora o autor se dedique, principalmente, à realidade da Educação Básica na República Argentina, a universalização (ou massificação) do acesso à educação em contextos de exclusão social endêmica alcança toda a América Latina (FANFANI, 2011:125), tanto mais em contextos de fechamento do regime político e de sistêmicos golpes de Estado, desfechados contra governos nacionalistas do continente ao longo da presente década. Ademais, a educação neoliberal e seu “currículo mínimo” — corolário do “Estado mínimo” — correspondem ao grau máximo de esforço para propagar uma ideologia do conformismo diante de uma crescente vulnerabilidade social e laboral (MOTTA, 2007, 2008; CÊA, 2007).

O aprofundamento sobre as sociabilidades proletárias na região em análise exige, por outro lado, contemplar fatores de exclusão que, embora não estivessem à vista em minha exploração inicial do campo, mostraram-se igualmente decisivos para a conformação das disputas ideológicas que o atravessam. Há uma componente racial, frequentemente negada pelos agentes, que tende a constituir a negritude como o grande marcador de alteridade entre várias dessas famílias, inclusive entre pessoas negras. O racismo estrutural, portanto, aparece estreitamente ligado aos fatores habitacional e sociolinguístico que percebera inicialmente. Além disso, a relação entre as famílias dessa região e o aparelho escolar, no interesse dos discentes sob seu poder familiar, é mediada de maneira quase exclusiva por redes de mulheres, a quem o patriarcado atribui, em concurso com as formas da superexploração, a responsabilidade, pessoal e exclusiva, por tudo que diga respeito ao cuidado do lar e à educação dessas crianças e adolescentes.

Essa contingência, emergindo do próprio campo da pesquisa, exigiu que eu revisasse substancialmente meus objetivos iniciais, a metodologia do trabalho e os próprios termos de minha inserção em campo. De fato, eu começava a perceber que esses fatores estavam de tal modo inter-relacionados que eu não poderia pretender investigar qualquer um deles isoladamente. Junto com os demais agentes do campo, cada vez mais concentrados em torno de uma família focal e sua rede de relações, eu começava a perceber-me diante de processos que a intelectualidade negra e feminista buscava enfrentar, a partir da formulação original do conceito de interseccionalidade³. Não seria razoável fazê-lo, porém, com qualquer pretensão de esgotar a análise de quaisquer das quatro variáveis de exclusão que o campo apresentava — sociolinguística, habitacional, racial e de gênero: antes, parecia-me adequado deixar que os próprios agentes determinassem o peso relativo de cada uma delas, enfrentando-as a partir da bibliografia disponível e procedendo, a partir disso, a uma análise integrativa, capaz de reconduzir tais componentes às questões de que se originam, à formação da classe operária local.

³ O conceito de interseccionalidade foi proposto originalmente por Kimberlé Crenshaw, na fronteira entre o serviço social e o direito. Seu propósito — que atesta o proveito de uma mirada interdisciplinar — era interpelar criticamente os serviços de atendimento a mulheres em situação de violência doméstica, de uma maneira que permitisse compor fatores díspares de subalternização — classe, raça e gênero — e questionar, no interior dessas redes, os privilégios residuais das mulheres brancas, por um lado, e o agravamento das próprias circunstâncias de violência contra as mulheres negras, por outro (CRENSHAW, 1989:140). A mobilização do conceito de interseccionalidade, embora útil, será nuançada oportunamente, quando a análise se voltar diretamente à questão da formação da classe operária na franja meridional de Bangu.

Nesses termos, é possível reconduzir o objetivo principal dessa investigação ao propósito de *analisar as interpenetrações entre fatores interseccionais de exclusão social conforme incidentes sobre um bairro operário da região de Bangu, na cidade do Rio de Janeiro, a partir da pesquisa qualitativa junto a uma família focal, sua família estendida e sua rede de relações em sentido amplo, enfocando seu contato com instituições educacionais e laborais*. Essa análise é feita preferencialmente, como afirmei, por fora dos aparelhos escolares e laborais: a rede possui um número apreciável de discentes da educação básica e de adultos em diferentes ocupações e posições de classe, não sendo necessário, pois, delimitar o corpus da pesquisa em torno da fala dos responsáveis diretos por discentes da educação básica para estabelecer um diálogo com o conjunto da pesquisa educacional e com uma linha de pesquisa estruturada em torno da relação, estruturante e indissolúvel, entre trabalho e educação (LUKÁCS, 2013; FRIGOTTO, 2015).

Com efeito, a principal justificativa que informa este trabalho é a necessidade — percebida no seio da própria pesquisa educacional e em outros campos disciplinares — de se dar conta de fatores compostos de exclusão social, em desdém de certo preconceito, verdadeiro fetiche do aparelho escolar, segundo o qual a pesquisa educacional deveria limitar-se ao “chão da sala de aula” e às formas institucionais dos processos educativos. Assim, o estudo de espaços e processos extraescolares e paraescolares consolidado aqui busca somar-se a esforços relevantes para tematizar a educação e a aprendizagem em espaços não formais, a educação popular, a educação ambiental crítica e mesmo a chamada desescolarização, para mencionar alguns poucos exemplos, de grande riqueza. É necessário afirmar, portanto, a partir do pensamento de Antonio Gramsci, a vigência de um princípio educativo amplo que, em vez de limitar-se ao estreito domínio da superestrutura escolar, alcança a totalidade das relações de sujeição entre as classes sociais: elas funcionam, quase sempre, como *classes educadoras*. (GRAMSCI, 2001).

Antes de passar a uma caracterização do campo e das personagens deste estudo, ou de percorrer sinopticamente cada um de seus capítulos e conclusões, é necessário concentrar algumas considerações metodológicas e éticas da pesquisa que, embora presentes em todo o trabalho, permitiriam melhor leitura se apresentadas anteriormente a seu núcleo analítico. Além disso, devo assinalar que este e os expedientes mobilizados para a coleta dos dados foram profundamente modificados pelos termos da negociação que se estabeleceu entre mim e os atores sociais em campo.

A observação preliminar do campo foi possível devido à minha inserção na região em análise, onde vivi por quase trinta anos: mobilizando minha rede de relações, foi possível observar o quanto as pessoas se sentiam inseguras com relação ao contato com o aparelho escolar, e o quanto as dificuldades dessa relação poderiam ser nocivas para discentes sob seu poder familiar. Frequentemente consultada, informalmente, por vários desses adultos, a respeito de assuntos que entendem relacionados à educação de suas crianças, pude perceber a dimensão que o uso da língua ocupava em seu imaginário — veremos, oportunamente, o quanto essa relação de confiança é antiga, na mesma medida das responsabilidades envolvidas. Apesar de a grande maioria deles haver concluído o Ensino Médio, ou até mesmo o Ensino Superior, seu constrangimento para manifestar-se, principalmente por escrito, diante do aparelho escolar ou em contextos laborais, era frequentemente inconsistente com seu grau presumido de letramento. Coletei, assim, várias narrativas, que dão conta de uma verdadeira obsessão a respeito do domínio e do uso do vernáculo, e também fui protagonista de muitas delas.

Meu acesso privilegiado, portanto, às práticas de letramento dessas pessoas, sugeriu sua exploração direta na pesquisa, uma direção que foi, afinal, inteiramente rejeitada: percebi rapidamente que fazê-lo tenderia a reproduzir os próprios mecanismos de opressão que eu desejava combater, impondo-lhes grave ansiedade e desconforto sem, necessariamente, legitimá-los como agentes e participantes. Além disso, não seria moralmente aceitável que eu, apresentando-me como nativa, aliada e pesquisadora, pretendendo investigar processos extraescolares, retornasse à região onde passara a maior parte de minha vida como *agente oculta* — aos outros e a mim mesma — daquilo a que o professor Paolo Vittoria chamou, por inspiração de Paulo Freire e Amílcar Cabral, *escola colonial* (VITTORIA, 2011).

O fazer científico, de conjunto, deve cuidar dessa dimensão reflexiva como sua primeira tarefa ou imperativo ético: pessoas não são coisas; não são objetos, em nenhuma circunstância. Não são nem sequer objetos científicos: quando a pesquisa é tentada a efetuar essa redução, termina por reproduzir, apesar, eventualmente, das melhores intenções, todas condições da violência epistêmica e da subalternidade. Dito de outro modo, o objeto deste estudo, que consiste, antes, nas *relações que a exclusão social motivada por fatores interseccionais mantém com a luta de classes e a formação das hegemonias na região em análise*, foi construído e explorado com a ajuda e a agência das

e dos participantes, todas e todos com plena aptidão para colocar-se criticamente diante das estruturas e das forças sociais em meio às quais desenvolvem suas vidas. Paira sobre eles, sob a forma da eventual estigmatização lateral, e sobre mim mesma, como a tentação da dicotomia positivista que opõe sujeito e objeto, a mesma figura freireana do opressor hospedeiro (FREIRE, 2011). O pensamento da práxis, portanto, além de trazer os participantes para o centro da investigação, os traz de maneira reflexiva, sem resíduos anacrônicos, positivistas ou coloniais. A autoridade científica da pesquisa deve ser construída com os participantes, com o diálogo entre pares, com a revisão honesta do estado da arte e com o recurso a expedientes metodológicos claros, desenvolvidos a partir das contingências internas do campo e passíveis de validação. Com efeito, devo antecipar que, sem o carinho e a solidariedade de vários agentes dessa rede, eu sequer teria conseguido obter os dados necessários para o desempenho da pesquisa.

Busquei, no início da investigação, instrumentar-me para realizar tanto entrevistas semiestruturadas quanto grupos focais (FLICK, 2004; 2014). Julgava que isso seria necessário para validar os dados da observação direta e participante que já desenvolvo, embora de maneira difusa, há alguns anos. A realização de um grupo focal, porém, excederia os prazos e recursos materiais disponíveis à pesquisa, havendo sido adaptada para contemplar a intenção de realizar uma intervenção dialógica com os participantes, recorrendo a estratégias próprias da educação popular — a exemplo dos verdadeiros mutirões que membros da rede organizavam para permitir as discussões e as entrevistas.

A questão da representatividade e da amostra adequada em pesquisa qualitativa possui especificidades: não é tanto o número de participantes ou entrevistas que supre os dados necessários ou lhes empresta um mínimo de robustez, mas a sua saturação; isto é, o volume relativo dos dados obtidos. Nesse sentido, felizmente, o material recolhido excede o necessário para o enfrentamento do objetivo principal da pesquisa, permitindo, inclusive, avançar em outras direções, posteriormente. Quando me propus a entrevistar membros de uma família focal, sua família estendida e sua rede de relações, já chegava facilmente a uma dúzia de adultos, dos quais nem todos chegaram a ser entrevistados formalmente, e a cerca de oito discentes da Educação Básica sob o poder familiar de membros da rede. Tratava-se, portanto, de quórum suficiente para a realização das entrevistas e das discussões em grupo, constituindo um coletivo espontâneo que, inclusive, pode ser mobilizado em investigações que decorram desta dissertação.

Também é relevante — e não prejudicial à objetividade da pesquisa — o fato de que as participantes fizessem parte de uma rede de relações que se projeta a partir de uma família focal, de uma matrona, especificamente. Buscar participantes que eu não conhecesse previamente, ou que não se conhecessem entre si, pareceria extrapolação desnecessária de métodos quantitativos, que além de ser virtualmente impossível, pelo tamanho reduzido da região em análise, implicaria ignorar deliberadamente relações e sociabilidades que fazem parte, integralmente, do próprio campo. Em vez disso, portanto, preferi trazer o conjunto dessas relações para o núcleo da análise.

É importante observar que o convite às participantes lhes provocou grande entusiasmo. Quando confessei estar planejando uma pesquisa sobre a região, mesmo antes que elas tivessem ideia dos critérios e dos termos mais importantes de sua participação, eu já possuía mais candidatas à interlocução do que acreditava precisar. Conversando mais demoradamente, porém, pude perceber que, se o entusiasmo era grande, nenhuma delas desejava emitir, por outro lado, uma palavra pública sobre os problemas em análise, certamente uma consequência da grande ansiedade que esses temas podem provocar, e das circunstâncias relativamente especiais em que podem ser discutidos. Saber que se tratava de uma *palavra protegida* deixou-as bastante mais à vontade. Foi indispensável, por este motivo, preservar a identidade de todas as participantes, além de perfeitamente válido de um ponto de vista metodológico: trata-se de decisão ética e política, que acompanha tanto estudos consagrados das sociedades urbanas quanto as normas vigentes — a partir da provisão de nomes fictícios para pessoas e lugares sempre que necessário (FOOTE-WHYTE, 2005; ELIAS, SCOTSON, 2000; DUARTE; GOMES, 2008)⁴. A região de Bangu em si mesma, porém, é suficientemente grande para não permitir a caracterização das participantes da pesquisa, e demasiado importante para a formação da classe operária carioca para que seja omitida.

⁴ Decidi por esse procedimento em conformidade com o inciso VI do parágrafo único do artigo primeiro da Resolução Nº. 510, de 7 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde, dispondo sobre as especificidades éticas das pesquisas em ciências humanas e sociais. A teor desse dispositivo, não será nem registrada nem avaliada pelo sistema do Conselho Nacional de Ética em Pesquisa, a investigação que, tal como a que se consolida nesta dissertação, busca “aprofundamento teórico de situações que emergem espontânea e contingencialmente na prática profissional, *desde que não revelem dados que possam identificar o sujeito*” (CONEP, 2016. Grifo meu). Acrescento meu ânimo de seguir as disposições nucleares do documento — mesmo sem precisar submeter-me ao sistema CEP/CONEP — para solicitar e obter o consentimento livre e esclarecido de todas as participantes que ainda não o tenham manifestado.

É oportuno, antes de passarmos à sinopse dos capítulos e das conclusões que me foram possíveis durante a pesquisa, trazer um brevíssimo aparte teórico para orientar a leitura de seu núcleo analítico. De saída, embora eu me considere decididamente marxista tanto em minha investigação quanto em minha ação política, falo muito em conceitos e categorias que não têm origem ou primazia no âmbito do marxismo, que provêm frequentemente de setores “burgueses” da Academia. Devo afirmar que o faço deliberadamente, com o propósito de tensionar referenciais teóricos do marxismo e de variedades do chamado pós-estruturalismo, no sentido da retomada de um diálogo, arbitrariamente suspenso em fins do século XX. Devo ressaltar, porém, enfaticamente, que a derrota do bloco soviético e de sua burocracia *não* corresponde a uma derrota dos marxismos e do projeto socialista em suas dimensões políticas e epistêmicas.

Com essa ressalva, os leitores observarão rapidamente que referências a formas compósitas de exclusão social e estigmatização são bem frequentes em minha análise. Considero que esses conceitos — em regra, exteriores ao marxismo — dão conta de uma dimensão fenomenológica de múltiplos processos de opressão, cujo conjunto caracteriza com bastante precisão os obstáculos à intervenção propedêutica que me fizeram propor esta pesquisa originalmente. Por outro lado, também considero necessário reconduzir esses diferentes processos de opressão — associados a raça, gênero, uso do vernáculo ou habitação — a uma dimensão integrativa, ao próprio solo das opressões estruturais que os articulam em uma só totalidade histórica, caracterizada pelo modo de produção capitalista. Nesse sentido, a chamada “nova questão social” (CASTEL, 1999) não é senão um arranjo peculiar das forças sociais e econômicas no tempo presente, correspondente à crise mais aguda do capitalismo e do imperialismo (LENINE, 2008).

Assim, será necessário afirmar que esses fatores de exclusão social configuram, na verdade, modalidades de integração perversa que permanecem no âmbito das relações capitalistas e da economia de mercado: a exclusão social deve ser compreendida como uma forma de inclusão forçada no sistema (FONTES, 1996; 2005). Os leitores perceberão ainda outras categorias, presentes aqui como escolhas que julguei necessárias para produzir e manter uma tensão construtiva entre diferentes linhagens da pesquisa acadêmica. A manutenção da noção de interseccionalidade como categoria heurística e a caracterização das classes sociais — camponesas, proletárias e patronais — como educadoras são asserções dessa posição. Se não provocarem tensão, de nada servem.

O primeiro capítulo, destinado a caracterizar a região sob análise e a família focal que participa do estudo, permitirá aos leitores perceber que meu interesse por Bangu não se apoia em circunstâncias estritamente pessoais ou biográficas — embora estas também sejam, sob diversos aspectos, relevantes. Dito brevemente, Bangu é um dos bairros mais importantes para a compreensão do processo de formação da classe operária carioca e de suas transformações ao longo das últimas décadas. Tais transformações da região — precisamente, a estratificação interna do operariado, com o problema das aristocracias operárias, e do tecido urbano local, com a reprodução interna e multidimensional do paradigma centro-periferia — apresentam, com clareza singular, as maneiras como a classe operária se constitui como classe *em si*. Por outro lado, a análise dos processos de formação local das hegemonias, em diálogo com relevantes esforços historiográficos para pôr em revisão certa imagem idílica do ambiente fabril, também permite delinear os fatores que, na região, inibem a constituição desse mesmo operariado como classe *para si*, deixando-o exposto aos projetos paraeducacionais das classes dominantes. Deve-se investir, futuramente, sobre a hipótese de que as formas de exclusão e subalternidade em tela, além de manterem estreita relação entre si, também remontam à intensificação da exploração capitalista e da extração de mais-valia no âmbito da crise do imperialismo.

A apresentação da família focal é organizada a partir da matrona, Marta, uma senhora mineira, de extração camponesa até onde alcança sua memória, que chegou à cidade em meados do ano de 1972, justamente quando se mostrava mais aguda a repressão desfechada pela Ditadura Militar, às vésperas de um longo processo de decadência do parque industrial carioca, de uma tendência à desindustrialização que não foi revertida até o presente. A mudança de Marta para a cidade incluiu aquela de seu antigo companheiro e, poucos anos depois, dos pais e irmãos da matrona. Sua percepção da cidade, como se verá, contrasta enormemente com o fascínio que a imagem mítica e idílica da “cidade maravilhosa” despertava entre suas Minas Gerais. As ocupações da matrona, portanto, a partir de sentimentos iniciais de arrependimento e frustração, demonstram uma tentativa de inserção laboral urbana, cujos muitos reveses foram mitigados pela residência em uma região portadora, ela mesma, de várias características e sociabilidades residuais, correspondentes a um passado pré-industrial. Atualmente na terceira geração, a partir de sua matrona, a Família Silva permanece no Campo das Bromélias, compondo, aos desafios antigos, aqueles que as transformações do capitalismo recente e da crise sociopolítica da presente década lhes impõe.

O segundo capítulo apresenta a trajetória da segunda geração da Família Silva, três mulheres que, nascidas nas franjas de um bairro operário, experimentaríamos processos de formação e inserção laboral inteiramente diferentes daqueles que tocavam a seus pais, mas bastante próprios das características híbridas da região em que cresceram. Nascidas entre a crise e a resolução da Ditadura Militar, as filhas de Marta são educadas a partir de sensibilidades camponesas em plena transformação. Além disso, elas são submetidas a processos formativos escolares, extraescolares e paraescolares que expressam, de conjunto, a persistência de mecanismos ideológicos que o regime desenvolvera para conter a formação do operariado local como classe para si.

A passagem das três irmãs pela Educação Básica é concomitante a uma gama de ocupações produtivas informais: um contínuo que liga a brincadeira infantil à atividade econômica leva essas meninas cuidar de crianças de famílias vizinhas e a participar de seus processos de letramento, em um serviço paraescolar de formação espontânea, resumido nas categorias nativas da *escolinha* e da *explicadora*. Foi como cliente e, posteriormente, agente associada desse serviço, que me aproximei da Família Silva, logo antes de as filhas mais velhas de Marta conseguirem empregos formais — cada vez mais próximos do ramal ferroviário — e deixarem a mim, professora convidada, e à caçula, a tarefa de manter ou dissolver a *escolinha*. Procuo desenvolver a hipótese de que o espaço escolar da Família Silva e seus sucedâneos funcionaram como importantes mediadores das contradições entre os costumes da matriz camponesa local e as sociabilidades difundidas pelos aparelhos educacionais formais e pelo patronato.

Após a dissolução da *escolinha*, em sequência, a uma pequena e insólita estória sobre futebol e brincadeira, as filhas de Marta, se vêm transitando por uma sucessão de empregos formais fora do Campo das Bromélias. A narrativa retoma a progressiva independência dessa segunda geração, destacando sua passagem por uma rede varejista local — com direito a uma greve curta, conquanto intensa — e outros pontos notáveis da trajetória laboral e biográfica das ex-professoras da *escolinha*. Esse percurso as reunirá, no início do último capítulo, na residência matronal ou em suas cercanias, mas também permitirá o exame de uma antinomia inquietante: enquanto processos extraescolares e paraescolares permanecem relativamente pouco frequentados pela literatura acadêmica, o volumoso conhecimento patronal a seu respeito permite vê-los mobilizados de múltiplas formas, nas entranhas de uma nova rede varejista.

O terceiro capítulo apresenta a reunião das filhas de Marta em torno da residência matronal, quando já distante a memória da *escolinha*, e alcança até o presente, com o nascimento e os desafios da terceira geração da família, também tentada por iniciativas paraeducacionais da classe patronal. A primeira seção, após tematizar a revelação, às participantes da pesquisa, de minha gravidez e de seu substantivo risco clínico, narra a mobilização da Família Silva e de sua rede para permitir que eu concluísse a pesquisa. Isso impôs a tarefa de enfrentar teoricamente os diferentes fatores de subalternização que planejara contemplar nas entrevistas, buscando um diálogo com referenciais marxistas e interseccionais para permitir uma interpelação heurísticamente útil das participantes.

A segunda seção do capítulo enfrenta uma condensação ainda mais profunda de processos extra e paraescolares, a partir da conversão do extinto núcleo da fábrica têxtil em um espaço monumental complexo, apenas superficialmente organizado como um *shopping center*, e destinado a dirigir-se, como *espaço educador*, à totalidade geracional e populacional de Bangu. Esse processo desenvolvido sob relativa prosperidade nacional, parece haver orientado as mulheres da Família Silva e outros habitantes do Campo das Bromélias em relação a sociabilidades erigidas em torno do consumo, o que surge tanto como uma possibilidade para estabelecer ritos de dignificação, quanto para uma perigosa interpelação, pelos valores do consumismo e da mercadoria como fins em si mesmos. A frequência das mulheres às hegemonias concorrentes que operam no novo núcleo fabril é mediada pela inserção laboral e pela posição de classe de cada uma delas, trajetórias que já divergem acentuadamente entre si, reunindo-se em torno da própria matrona.

A última seção do capítulo, após abordar um episódio da frequência relativamente corriqueira das mulheres da Família Silva ao *shopping center* do complexo fabril, tematiza diretamente o conteúdo das entrevistas e a posição de diferentes participantes da rede relativamente a fatores de subalternização específicos. Foi possível observar que o racismo estrutural, mascarado pela ideologia da branquitude, é um conteúdo implícito — principal ou aditivo — de todos os outros fatores de subalternização considerados na pesquisa. O capitalismo, como sistema intrinsecamente racializado de exploração em nível mundial, não pode ser superado sem uma convergência das lutas antirracista, socialista, feminista e habitacional, pois todos esses fatores de subalternização são mobilizados pra produzir uma variedade de práticas de estigmatização lateral, que inibem a formação de solidariedades e hegemonias operárias na região em análise.

Entre as conclusões deste estudo, foi possível confirmar que as quatro variáveis originalmente consideradas para a realização da investigação — gênero, habitação, raça e uso do vernáculo — estão intimamente imbricadas na formação do proletariado banguense, no interior da zona de relegação representada pelo Campo das Bromélias. Essas variáveis compõem, por dizer, a forma local de uma interseccionalidade ampliada (NASH, 2008; WALBY *et al*, 2008). Embora a análise de cada variável isoladamente fosse impossível — e, provavelmente, supérflua — em uma pesquisa dessa natureza, a exploração contextual de como elas comparecem à vida das três gerações da Família Silva e de sua rede de relações permite avançar em direção a hipóteses mais amplas sobre formas sutis de hegemonia em desenvolvimento na região, compreensivos de processos educacionais implícitos e explícitos que se lançam sobre as sociabilidades proletárias.

Uma primeira conclusão diz respeito à correspondência entre o conjunto das variáveis interseccionais de subalternização e as práticas de concorrência entre membros da própria classe trabalhadora na região: a internalização do *ethos* competitivo pelos trabalhadores da segunda geração da Família Silva e sua rede de relações parece tentar os agentes a lançar-se em processos laterais de estigmatização e subalternização. Esses agentes, mobilizando gênero, raça, habitação e uso do vernáculo, buscam, pela desqualificação do outro, otimizar as próprias possibilidades de inserção laboral e ascensão social, mas ao preço das próprias condições de existência como classe para si.

Uma segunda conclusão diz respeito ao papel de instituições escolares informais na adaptação de portadores de sociabilidades pré-industriais e camponesas ao espaço urbano. A *escolinha* da Família Silva apresenta-se como instituição mediadora da produção social de um certo tipo de discente, véspera de um certo tipo de trabalhador urbanizado, almejado pelos aparelhos educacionais formais da região. Nesse sentido, a *escolinha* e os aparelhos educacionais formais parecem convergentes, operando na órbita da hegemonia burguesa. Seria oportuno, avançando no estudo de processos educacionais informais, documentar e articular práticas capazes dar relevo a valores subalternizados e favorecer a formação de novas hegemonias da própria classe trabalhadora. Estas, aptas a reafirmar centralidade do trabalho na produção social da vida material, poderiam restaurar as profundas disjunções entre a visão de mundo da rede de matronas e na de suas filhas, reconciliando a frugalidade da mulher camponesa e o espírito profundamente urbanizado de suas filhas e filhos, para o alento e proveito de suas netas e netos.

1 A Cidade Maravilhosa e o Paraíso Perdido

Este capítulo busca caracterizar a Família Silva a partir da pessoa de sua matrona, a senhora Marta, e reconstituir, por entre as memórias dela própria e de sua rede de relações, as condições de sua transferência para a cidade do Rio de Janeiro e de sua instalação na franja meridional de Bangu, em meados de 1972, logo após seu casamento. Essa caracterização e o relato consolidado na primeira seção deste capítulo recorrem amplamente às memórias da própria matrona, à observação direta e ao testemunho de vários membros de sua rede de relações, exigindo o tratamento crítico desses relatos. Em despeito deles, e a partir dos expedientes necessários para supri-los, será possível tanger vários elementos que tornam esses participantes efetivamente representativos das condições do proletariado da franja meridional de Bangu e, principalmente das relações que os habitantes da região em análise estabelecem diante das transformações de sua inserção laboral-educacional ao longo de três gerações.

A segunda seção do capítulo se destina a caracterizar a própria região de Bangu e as especificidades de sua franja meridional — do Campo das Bromélias, em particular. Em vez, porém, de visitar demoradamente a historiografia sobre a região, prefiro fazê-lo no limite que a caracterização dos processos de ascensão e crise do espaço fabril exijam, suprimindo eventuais lacunas com informações recolhidas junto aos habitantes mais antigos da região — em geral, entre os contemporâneos de Marta —, portadores de uma perspectiva diferente sobre a influência do espaço fabril no desenvolvimento da região. Finalmente, essa caracterização é reconduzida às percepções da própria matrona e às texturas de seu encontro com o espaço e as sociabilidades urbanas.

A terceira seção do capítulo busca retomar a discussão em torno da trajetória da primeira geração da Família Silva. A infância das filhas de Marta é perpassada por tensões entre a matrona e seu companheiro. A recuperação da narrativa busca analisar a permanência de formas pré-capitalistas na franja meridional como resistências de uma rede de matronas. A certo ponto, Marta consegue livrar-se do companheiro, mas ao preço de um período de castigo, destinado às mulheres descasadas e suas descendentes. Como essas sociabilidades estivessem já em acelerada transformação, a adolescência da primogênita e as discontinuidades dos processos formativos a que as meninas estavam expostas — com a experimentação produtiva entre o laboral e o lúdico — permitiram o gradual restabelecimento da Família Silva entre os moradores do Campo das Bromélias.

1.1 Caracterização da Família Silva

A Família Silva vive no Rio de Janeiro há quase cinco décadas. A matrona, a senhora Marta, chegou à cidade do Rio de Janeiro em 1972, aos dezesseis anos, logo após casar-se com Seu Francisco, oito anos mais velho. Vinham do leste de Minas Gerais, da mesorregião da Zona da Mata, dos modestos arraiais de Felicidade e Perpétua, respectivamente. Marta era filha de lavradores itinerantes da região, a segunda de quatro irmãos. Francisco era o filho mais novo de uma família de posseiros de Perpétua, que haviam — segundo Marta — se tornado conhecidos após haverem esbulhado com grande violência uma pequena fazenda às margens do Rio Manhuaçu.

Francisco desenvolveu uma estratégia curiosa para obter prestígio, em despeito de sua posição tendencialmente desfavorável na fratria: em um contexto no qual a luta pela terra se tornava particularmente violenta, ele começou a viajar regularmente para o Rio de Janeiro, na entressafra do café. Chegava em busca de trabalho, sempre junto a algum membro de sua parentela que já vivesse na cidade, retornando periodicamente à Zona da Mata com histórias e objetos, casos e coisas da “Cidade Maravilhosa”, sempre oportunos para gabar-se aqui e ali e, a certo ponto, encontrar uma esposa. Foi em uma dessas ocasiões que ele e um irmão mais velho chegaram a Felicidade: rivalizaram brevemente pela oportunidade de casar-se com Marta até que esta, preterida pelo mais velho, viu no casamento com Francisco uma oportunidade para sair do Arraial. Em suas palavras, a matrona afirma que “àquela altura, casaria com qualquer um que me levasse para bem longe da minha mãe, e achei que vir para o Rio seria muito bom”¹.

Marta relata que os trâmites para o casamento foram rápidos, sem fotografias, com um vestido cedido por uma amiga da família, e um festim bem modesto, logo após a Missa. À noite, Marta seguia para o Rio de Janeiro com dezesseis anos, um marido e um par de sandálias, seu primeiro. Talvez seja por isso que as poucas fotografias que Marta possui de sua infância evitem enquadrar os pés dos retratados — é bem possível, porém, que a euforia em torno do acontecimento singular não permitisse esse detalhe. A questão da fotografia é interessante, ainda, por outros motivos, aos quais retornarei brevemente. Por hora, é adequado apresentar características de meu acesso aos dados qualitativos e de sua interpretação para reconstituir a trajetória da Família Silva.

¹ Entrevista à autora, em 01 de setembro de 2018.

A reconstituição da trajetória da primeira geração da Família Silva depende, em boa medida, dos relatos da própria matrona, obtidos diretamente ao longo de um convívio pessoal já extenso, aprofundado em certas ocasiões específicas ao longo dos anos — minha frequência à *escolinha*, o início da amizade entre a matrona e minha própria mãe, a saída e o retorno das filhas de Marta à residência matronal etc. Com meu posterior interesse em desenvolver uma pesquisa a partir da região, realizei, também, algumas entrevistas abertas, de duração variável, com a própria matrona e alguns de seus contemporâneos, muitos entre os primeiros habitantes do Campo das Bromélias.

Essa característica de meu contato com a rede levanta vários problemas quando surge a tarefa de dar a essa trajetória a forma de uma narrativa coerente, que ocupe determinada extensão na exposição da pesquisa. Um primeiro problema envolve as relações entre a vivência individual e a coletividade: lidamos, neste capítulo, de maneira predominante, com as memórias de uma só mulher, que não é, ela própria, nativa da região para a qual se transferiu na juventude, embora seja amplamente reconhecida como uma das matronas mais antigas e respeitadas da região — “nossa vereadora” é uma brincadeira frequente de familiares e outros moradores a respeito de Marta. Creio, além disso, a partir do ensinamento de Maurice Halbwachs, que até mesmo as memórias mais íntimas de uma pessoa possuem uma dimensão social, pois “diríamos que a memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que esse ponto de vista muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes” (HALBWACHS, 2006:69).

Na medida do possível, portanto, busco sempre considerar as memórias de Marta ao lado daquelas de outros integrantes da rede, especialmente, seus contemporâneos. Isso não esgota todos os problemas que a memória do vivido impõe à análise, pois é sabido já há algum tempo, ao menos desde que historiadores se lançaram à exploração sistemática de fontes orais e histórias de vida, que o conjunto da memória dos participantes de uma pesquisa nunca é linear, ou mesmo cronológico, senão intensamente elástico, uma “ilha de edição” ou uma “câmara de ecos”, como cantou o poeta baiano Waly Salomão, em seu belo encontro com os artistas da banda fluminense *O Rappa*. É necessário acrescentar que é justamente onde contrastam a maior e a menor saturação da lembrança que a análise deve se concentrar: ou seja, aquilo que os agentes dizem com maior insistência ou riqueza, ou aquilo que eles dizem em termos mais vagos, consistem justamente nos lugares dos dados mais preciosos (POLLAK, 1992; 2006).

Para a geração posterior, o conjunto dos dados disponíveis inclui, também, dinâmicas de grupo e discussões temáticas, mas o conhecimento da primeira geração da Família Silva se baseia, de modo quase exclusivo, em observações diretas e em entrevistas individuais abertas. Desse modo, busquei suprir a análise com documentos escritos e iconográficos, a maior parte disponibilizada pela própria Família Silva. Isso exige retomar a questão da fotografia e dos problemas teóricos e metodológicos que ela impõe, principalmente quando o anonimato e a palavra protegida são condições não negociáveis da investigação. Como afirmei anteriormente, o entusiasmo das mulheres da Família Silva e sua rede de relações em participar da pesquisa era bastante grande, mas ainda maior era sua preocupação com relação à proteção de suas palavras e identidades.

Se isso é algo fácil de produzir na transcrição de entrevistas, a ideia de reproduzir imagens causou certa ansiedade em Marta — e grande excitação entre suas filhas, como se esquecessem, por um instante, da necessidade do anonimato. Sugeri, um pouco desconcertada, que o rosto de todas as pessoas retratadas fosse descaracterizado eletronicamente, principalmente porque decidira que, a certo ponto do trabalho, abordaria imagens de crianças em contexto paraescolar. Fiquei um pouco surpresa quando a matrona aceitou. Temendo, porém, que a insistência de suas filhas lhe viciasse a vontade, também busquei confirmar esse aceite regularmente, e para cada uma das imagens que relacionei neste trabalho. Sei o quanto a pesquisa qualitativa pode ser prejudicada quando o acesso às expressões faciais dos participantes é comprometido, mas considerei que, mesmo com essa omissão, algumas imagens eram simplesmente muito potentes diante do objeto do estudo para que eu pudesse ignorá-las². Assim, considerei que o mais importante seria estabelecer com segurança que se tratava de procedimento ético e heurísticamente válido, apto a aprofundar minhas análises.

² As ciências sociais reconhecem há algum tempo a importância das relações face a face na pesquisa qualitativa (GOFFMAN, 1966): a impossibilidade de capturar, em vídeo, os rostos de todas as participantes foi um dos motivos que me fizeram desistir de organizar grupos focais em sentido estrito, já nos primeiros meses da pesquisa. As dinâmicas de grupo foram uma solução importante, porque puderam ser realizadas com grande flexibilidade quanto à duração, ao tema, às participantes e à ocasião. Quanto às imagens, foram descaracterizadas com o uso do GIMP — *GNU Image Manipulation Program* (NATTERER *et al.*, 2019), programa de computador de código aberto, próprio para a manipulação de imagens e frequentemente utilizado na restauração de fotografias — uma ironia que ele seja utilizado proteger as identidades das participantes. Para uma discussão sobre a prática e a ética da produção de anonimato fotográfico em pesquisa qualitativa, é indispensável considerar as discussões e o recurso já frequente à essa espécie de tratamento nas ciências sociais e na pesquisa educacional (JORDAN, 2014; ALLEN, 2015).

Marta é segunda das crianças nascidas a Dona Ana e Seu Antônio, lavradores itinerantes do Arraial da Felicidade, na Zona da Mata mineira, em 1956. O primogênito e único filho do casal, João, foi, ao longo de toda a vida, o grande amigo e parceiro de Marta, que se ressentia gravemente de vê-lo confinado a um asilo em Manhuaçu, onde se internara por vontade própria e do qual, poderia, antes que sua saúde se deteriorasse, sair livremente e visitar a irmã e as sobrinhas no Rio de Janeiro. Entre as irmãs mais novas, a caçula, Sônia e a outra irmã, Sílvia, também participaram da aventura carioca iniciada por Marta e seu companheiro. As duas meninas vieram para o Rio de Janeiro em 1974, com seus pais, quando nascia a primogênita de Marta e Francisco, Lydia. As condições de adaptação ao meio urbano — especificamente, as dificuldades de inserção laboral e educacional — de Marta, seus pais e irmãos, estão no centro de uma série de tragédias pessoais, decisivas para a formação da segunda geração da Família Silva. Ao longo dos anos, o fundo rústico da Figura 1 se transformava, nas mentes de Marta e da matriarca, Dona Ana, nos reflexos vagos de um verdadeiro Paraíso Perdido.



Figura 1. *Aspecto da Família Silva na Festa do Divino Espírito Santo. Arraial da Felicidade, 1967. Autoria não identificada. Fotografia restaurada. Acervo da Família Silva. Da direita para a esquerda, Dona Ana e a caçula Sônia, Marta, João e Sílvia.*

Após cerca de quatro anos vivendo na cidade do Rio, na franja meridional de Bangu, o pai de Marta, decidira romper a união com Dona Ana, voltando para sua terra natal. A matriarca, sem possibilidades de honrar os pagamentos mensais do terreno que haviam adquirido, foi forçada a transferir-se para a casa de Marta, apenas para ser, algumas semanas depois, expulsa pelo temperamento explosivo de Francisco, junto com as filhas Sônia, ainda uma criança, e Sílvia, já uma adolescente. As três, sob o prognóstico de passarem a viver nas ruas, foram acolhidas na caridade de um advogado, frequentador da paróquia local, que resolveu assumir as prestações do terreno, pagando as parcelas a vista e celebrando a promessa de compra e venda em seu próprio nome, contra o patrimônio de uma tal Dona Margarida, senhora que fracionou sua propriedade nos terrenos que constituem, hoje, a maior parte do Campo das Bromélias³.

João, embora possuísse o mesmo nível de instrução de Sílvia, hoje equivalente ao quinto ano do Ensino Fundamental, conseguiu empregar-se na Companhia e desenvolver carreira apreciável — em face da de sua formação modesta — até o cargo de encarregado, uma espécie de capataz das operárias que moviam os teares. O salário da fábrica permitiu-lhe unir-se à esposa, Maria, e desenvolver uma estratégia de moradia que os liberava da “aquisição” desses terrenos: Maria tornava-se “caseira” da paróquia, permitindo que a maior parte da receita se destinasse ao auxílio das porções mais vulneráveis da parentela, mulheres, a quem a fome sempre alcançava primeiro.

Com o nascimento da filha de João, em 1978, essa ajuda se tornava bem mais escassa, e a situação da matriarca e das filhas mais novas, embora na posse relativamente segura de um terreno, se agravava. Dona Ana, e as duas filhas mais novas, após um período de adaptação, começaram a percorrer o bairro em busca de latas, papeis, metais, alimentos e outros restos com algum valor comercial. Com os modestos dividendos dessa operação, organizavam-se para fazer e vender doces em pontos de interesse do bairro.

³ A precariedade dessas aquisições será considerada oportunamente. Creio necessário, porém, apresentar um aparte pessoal, intuição da qual tenho alguns indícios e poucas certezas. Parece-me, hoje, após tomar conhecimento de animadíssimo mercado de grilagem de terras e invasões que se insinuava na região desde fins dos anos 1960, que a decisão do advogado, de lavrar o contrato em seu próprio nome, buscava proteger a matriarca das artimanhas de várias pessoas que poderiam esbulhá-la. Com efeito, o terreno permanece, ainda hoje, com a morte da matriarca e a incapacidade civil dos irmãos, na posse segura de Marta, que o aluga, a preços modestos, a membros necessitados de sua família extensa — embora mantenha, no quintal, uma pequena roça, que lhe é livremente acessível, em despeito dos inquilinos.

Um importante local para essas vendas eram as escolas locais, além de pontos de ônibus e dos arredores da estação ferroviária. Apesar da doença mental, Sônia conseguiu estudar até o atual sétimo ano do Ensino Fundamental, sendo retida no avanço à série seguinte por algumas vezes e, finalmente, convidada a deixar a escola, por “incapacidade intelectual” — vocabulário de uma época que dava de ombros às formas mais cruentas de vulnerabilidade social. O jubramento de Sônia, no entanto não chegava a ser um problema para a família: segundo suas sensibilidades camponesas e, principalmente, segundo suas necessidades mais imediatas, era até mesmo desejável que as crianças trabalhassem desde cedo, até porque os ex-colegas de classe tornavam-se freguesia cativa da barraca de doces que Sônia instalou, primeiro a apenas alguns metros da escola em que estudara, depois, no ponto final de uma importante linha de ônibus, que, até o presente, conecta as zonas norte e oeste da cidade.

A história de Sílvia termina bem mais cedo, talvez porque sua sanidade e temperamento não lhe permitissem superar essas adversidades com a mesma facilidade: a separação dos pais, a impossibilidade — ao contrário da irmã mais nova — de estudar, a necessidade, enfim, de alimentar-se dos restos e sobras da industrialização acelerada e desumana da região, condensaram-se todos na ocasião extrema de seu suicídio, no Natal de 1980. Trata-se de evento bastante traumático para toda a família, marcado até mesmo na memória das filhas mais velhas de Marta, que o testemunharam bem de perto, já que todos haviam acorrido ao hospital, na esperança de evitar o pior. Desta forma, sempre evitei abordar diretamente o falecimento de Sílvia entre os membros nucleares da Família: limitei-me àquilo que me contaram de forma espontânea, ao longo dos anos, e a perguntas esparsas que fiz à minha própria mãe, amiga de Marta. Em qualquer caso, minhas análises não sofrerão qualquer prejuízo se transpusermos detalhes do episódio e nos voltarmos, enfim, a seus efeitos sobre a coesão da Família Silva.

Mencionei que, no final da década de 1970, a contribuição de João e Maria para alívio das dificuldades da matriarca se tornava mais escassa, e isso nunca mudou muito. Marta, porém, sempre que Francisco estava fora de casa, buscava ir com as filhas — agora Lydia tinha uma irmã, Janine, nascida em 1976 — até a casa da matriarca, levando alimentos que começava a produzir em sua roça. Marta e a matriarca, diante das dificuldades em garantir uma alimentação diversificada para elas e suas filhas, nunca deixaram de buscar maneiras de plantar e criar animais em seus próprios terrenos.

Pode parecer impressionante que Marta e Dona Ana tenham, em seus terrenos, que mal chegam aos 100m², conseguido estabelecer uma economia de subsistência tão diversificada, e que se tornava ainda mais complexa à medida em que o próprio Campo das Bromélias crescia — passo a interpelar mais diretamente as ambiguidades desse crescimento nas seções seguintes, mas antecipo, desde já, que ele não equivale, necessariamente, a uma prosperidade. Com efeito, a luta da matriarca e da matrona pela moradia e pela subsistência ilustra, de maneira singela, várias características pré-capitalistas da região em análise, e da franja meridional de Bangu em sentido mais amplo. Entre essas características, por exemplo, têm grande importância as formas não monetárias de produção e circulação de riqueza, frequentemente excedendo o simples escambo sob a forma de uma complexa série de regras implícitas e explícitas, que governam e ritualizam favores e expectativas de reciprocidade.

Os atores sociais que participam dessas redes incluem toda a Família Silva e suas relações vicinais, além de sua família extensa, determinando a renovação periódica dos vínculos sociais e econômicos, até o presente, entre a Zona da Mata mineira e a franja meridional de Bangu. As estratégias de Dona Ana e Marta para desenvolver a criação de animais ilustram bem esse fenômeno: uma vizinha ainda mais antiga do Campo das Bromélias, Dona Edna, havia estendido sua cerca um pouco além dos limites do terreno. Seu “puxadinho” lhe permitiu apropriar-se de um espaço de cerca de 15m² e construir um pequeno galinheiro. Como suas aves fossem muito prolíficas, ela propôs a Marta que tomasse conta de algumas de suas galinhas, devolvendo seus ovos periodicamente.

Dona Edna foi uma das primeiras matronas para quem Marta começou a lavar roupas, ainda no início dos anos 1980, mas esse serviço, remunerado em dinheiro, não fazia parte do acordo das galinhas; tratava-se, em princípio, de um favor que Marta prestava, na expectativa de cativar uma de suas primeiras clientes, respeitada na região. O acordo, por outro lado, apresentou a oportunidade de Marta manter para si alguns ovos, primeiro para comê-los com as filhas e o marido; depois, para começar, ela própria, a criar algumas galinhas. Ela e suas filhas mais velhas gostam de gabar-se de como, com uma lâmpada incandescente e um pedaço de pano escuro, conseguiram improvisar uma chocadeira e escondê-la na cozinha. Assim que vingavam os primeiros filhotes, também ocultos, Marta devolveu as galinhas de Dona Edna, sob o argumento de que havia levantado dinheiro suficiente para construir um quarto no lugar do galinheiro.

O acordo com Dona Edna deu a Marta algumas galinhas, e aumentou um pouco mais sua a clientela de sua lavanderia, mas este era um serviço sempre instável na recessão aguda dos anos 1980. Por um lado, era cobiçado por praticamente todas as famílias da franja meridional de Bangu, como indicador de prestígio; por outro, o acesso a ele não era uma questão do simples querer, senão da possibilidade concreta de pagar por ele de maneira estável e continuada. Essa não era exatamente a condição da maior parte da clientela: era bem frequente que deixassem de pagar, que reclamassem do sumiço ou de danos a uma ou outra peça etc. Além disso, a literatura e a sabedoria popular demonstram que pesa sobre o ofício de lavadeira e outras ocupações de desempenho exclusiva ou predominantemente feminino — acrescento, sob condições de racismo estrutural, negro — uma série de estigmas complexos e de longa duração, que buscam imputar má-higiene, promiscuidade e desonestidade ao conjunto dessas mulheres (RONCADOR, 2007). Tanto é assim, que o próprio companheiro de Marta costumava insultá-la diante das filhas e de quem mais. Nas palavras de Marta,

[...] ele sempre vinha perto de mim, no tanque, enquanto as meninas estavam brincando de lavar roupa e me ajudando, acendia um cigarro — porque ele ainda plantava e enrolava fumo na nossa plantação — e ficava dizendo essas coisas pra mim: “você sabia que lavadeira é tudo puta?” E as meninas ouvindo aquilo e crescendo com aquilo⁴.

A relação de Marta com as galinhas e com o serviço de lavanderia somente foi possível após ela e o companheiro conseguirem tornar-se mutuários, em 1978, de um dos terrenos de Dona Margarida, onde foi construída a residência matronal. Antes de ocupar o terreno dotá-lo de cozinha, quarto e banheiro, Marta viveu em situação bastante mais delicada, mudando-se frequentemente entre lotes do Campo das Bromélias e da vizinha Estrada do Viana. Sua atividade econômica pode ser percebida como um movimento duplo de independência: com relação à ascendência de Dona Ana, e com relação aos abusos de Francisco. O nascimento da filha caçula de Marta, em 1984, foi uma ocasião oportuna para que a matrona e a matriarca fizessem as pazes de maneira definitiva: as duas mulheres agradaram-se ao ver a condição uma da outra. A vida era um pouco menos dura que na década anterior, e o trauma da perda de Sílvia se sublimava nos primeiros passos da bebê Emília. Em uma ocasião, Dona Ana deu a Marta um presente decisivo: uma última lição de sobrevivência da mulher camponesa na cidade.

⁴ Entrevista à autora, em 01 de setembro de 2018.



Figura 2. *A matriarca e a criação de animais.* Campo das Bromélias, 1990. Autoria não identificada. Fotografia restaurada. Acervo da Família Silva. Da direita para a esquerda, Janine e Dona Ana. À esquerda da porca e seus filhotes, observa-se carcaças de fornos abandonados, convertidos em abrigo para galinhas (e uma galinha junto a ele); ao fundo, um dos chiqueiros de Dona Ana.

Durante o hiato na relação das duas, Dona Ana conseguiu começar uma criação de porcos, com a qual sonhava desde que chegou ao Rio. Logo após o nascimento de Emília, Dona Ana deu a Marta um leitão que a mãe rejeitara e uma fêmea da mesma ninhada, junto com uma mamadeira:

Minha mãe me disse: “filha, criar galinha é bom, porque dá a carne, dá pra vender os ovos; mas porco é muito mais lucro, porque dá muito mais carne, dá banha, vende bem no Natal...”. Dava pra manter as galinhas e a plantação, só que eu tinha sempre que mandar as meninas buscarem lavagem, que é a comida dos porquinhos. Eu ainda lavava e passava roupa pra oito famílias, mas se os porquinhos vingassem eu não ia ficar por só com a roupa, que não é certeza⁵.

E não era mesmo. Além dos inconvenientes com os clientes, pesava sobre ela e sobre as filhas, por efeito da criação dos porcos, uma nova série de estigmas. Marta conta que sua mãe chegou a ser ameaçada por um vizinho, que a denunciava para a Prefeitura toda semana; mas além de as intimações avisarem a data aproximada das inspeções dos agentes da vigilância sanitária, a rede de amigos de Dona Ana conseguia alertá-la sem dificuldades quando as equipes, afinal, chegavam ao Campo das Bromélias. O grande inconveniente era mover os porcos para o terreno vizinho, ou para a casa de Marta, ou simplesmente desfilá-los além da Estrada do Viana. Não perguntei sobre isso, mas creio que esses desfiles, pondo os animais em vitrine, também animassem a clientela.

A criação dos porcos é uma forma interessante de resistência dos moradores de extração rural do Campo das Bromélias em face das exigências de um ambiente urbano que lhes negava o acesso às suas ocupações sancionadas, no comércio ou na indústria, mesmo que o processo também convenha à classe dominante. Era, porém, pouco viável mantê-las, com o adensamento do bairro e com os crescentes inconvenientes para cuidar dos animais, de sorte que as criações foram se retraindo em direção à subida do maciço da Pedra Branca, onde ainda subsistem, ou à residência de famílias com as “costas quentes”, protegidas do achaque institucional. Marta relata haver abatido seu último porco em 1997. A clientela dos serviços de lavanderia, por outro lado, também entrou em decadência no início dos anos 1990. A um certo ponto, ela somente cuidava das roupas da Família Santana, de um oficial militar do Estado do Rio de Janeiro, da área da saúde, a quem presta serviços até o presente — após um hiato de alguns anos, e muita hesitação. Oportunamente, discutirei o papel educador dessa família.

⁵ Entrevista à autora, em 01 de setembro de 2018.

Em meados dos anos 1980, portanto, o núcleo da segunda geração da Família Silva está completo. Há inumeráveis omissões que a pesquisa, por opção ética ou pelas limitações institucionais e intrínsecas de seu desempenho, não poderá cobrir. Ainda assim, avançamos no objetivo de apresentar como a Família Silva — e, igualmente, sua família extensa e sua rede de relações — representa centenas de outras famílias em momentos decisivos da história da classe operária carioca, entre aparelhos implícita ou explicitamente educadores. As filhas de Marta desenvolvem, contudo, sua própria aventura carioca, e merecerão, correspondentemente, seu próprio capítulo.

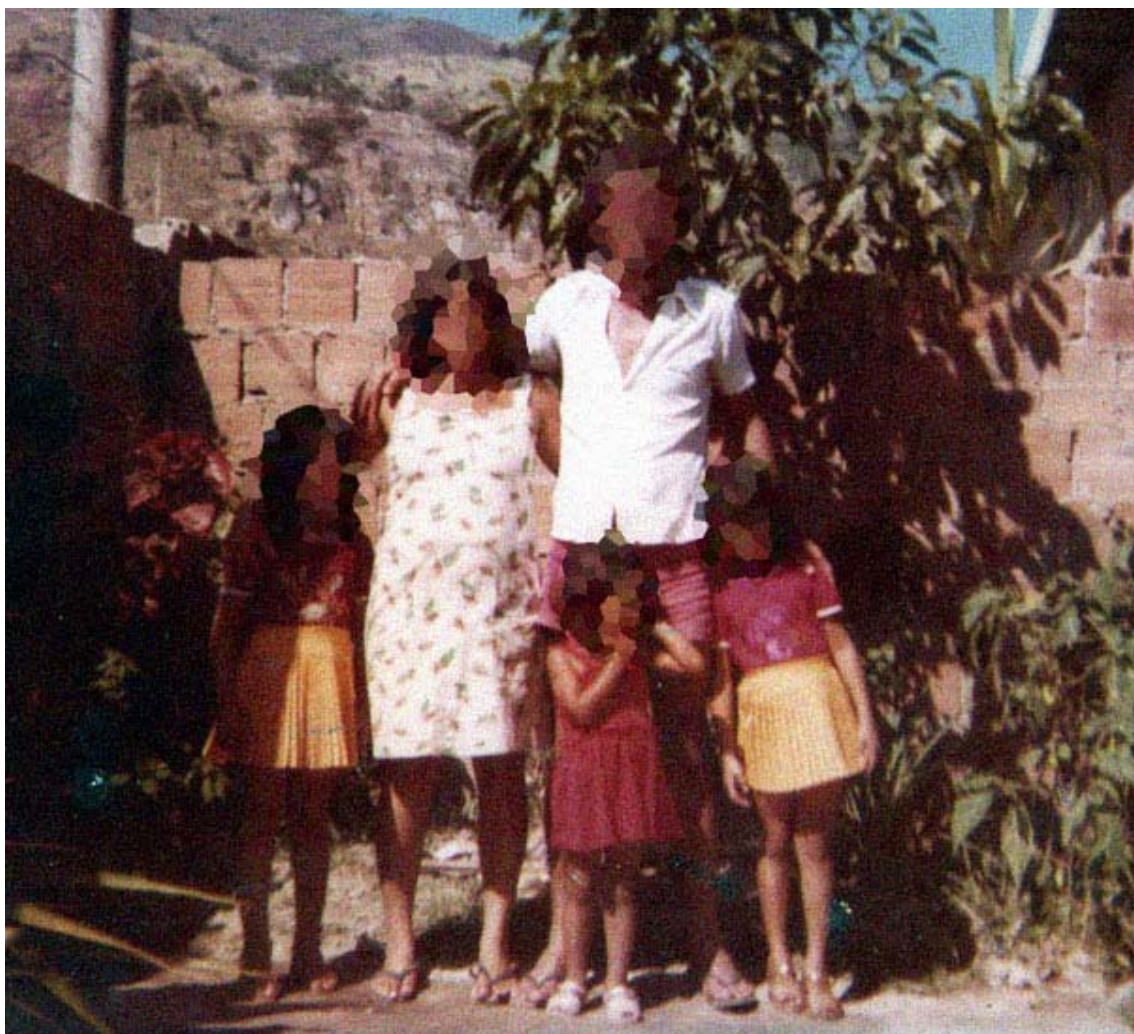


Figura 3. *Núcleo da Família Silva.* Campo das Bromélias, 1986. Autoria não identificada. Fotografia restaurada. Acervo da Família Silva. Da direita para a esquerda, Janine, Francisco e Emília, Marta e Lydia. Esta fotografia dialoga intensamente com a primeira, tomada no Arraial da Felicidade, cerca de vinte anos antes: todos são enquadrados calçados, entre o muro de alvenaria, seu orgulho, e alguns espécimes da roça familiar.

1.2 Sobre a franja meridional de Bangu

A apresentação da região em análise buscará afastar-se de certa tendência a se abordar o estudo de periferias a partir de alguma região “central”, o que correria sério risco de apenas reforçar mecanismos de subalternização, apesar das melhores intenções. Assim, proponho caracterizar Bangu não a partir de seus espaços comerciais ou fabris, aqueles que transpiram a hegemonia de uma antiga burguesia industrial carioca, mas a partir daquilo a que denomino franja meridional, em sentido estritamente geográfico. Esse procedimento, apenas aparentemente simples, permite deslocar e desafiar os termos de hierarquias socioeconômicas nem não implícitas, de maneira a caracterizar o Campo das Bromélias não apenas como região importante e representativa da franja meridional, mas como portadora, em potência, da emergência de novas hegemonias.

A região que denomino franja meridional, assim como a maior parte da Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, era considerada uma área rural durante toda a história imperial do Brasil, de sorte que a história republicana da cidade é, quase invariavelmente, a história da substituição e da sobreposição parcial de texturas, sociabilidades e meios de produção tipicamente agrários por aqueles próprios de ambientes urbano-industriais. Essa substituição, em termos gerais, ocorreu em começos do século XX, a partir dos ramais ferroviários da Central do Brasil, cujos carris eram capazes de deslocar com impressionante velocidade — relativamente às estradas de terra e comboios de mulas — pessoas e bens até a região portuária da cidade.

Com a fundação da sociedade anônima Companhia Progresso Industrial do Brasil, no mesmo ano da instalação República, em 1889, a franja meridional de Bangu, isto é, as terras planas que, junto às faldas do maciço da Pedra Branca, estendem-se até o maciço do Gericinó, ao norte, foram tentadas a conformar-se a um padrão específico de urbanização, que articulou sistematicamente elementos rurais e urbanos, de maneira a tornar viável um empreendimento têxtil de grandes proporções (OLIVEIRA, *in*: OLIVEIRA; FERNANDES, 2010:116; SILVA, 2017:43). Esse empreendimento — tal era a força dos capitais que se condensaram para sua formação — organizava vários espaços do bairro para permitir a operação de uma fábrica, de inspiração e arquitetura vitorianas, instalada junto à linha férrea, sobre o engenho de cana-de-açúcar da antiga Fazenda Bangu. A formação do capital da Companhia incluiu, entre 1889 e 1904, a aquisição da inteira extensão das Fazendas Bangu e do Retiro, além de terras esparsas a sudoeste, de maneira a cercar parte da franja meridional do bairro.

A figura 4, obtida a partir dos recursos aerofotogramétricos do programa *Google Earth*, apresenta com fidelidade a maior parte da mancha urbana do bairro de Bangu e seus vizinhos imediatos. Minhas marcações incluem, em vermelho, os contornos da franja meridional, além de um quadrilátero que representa uma fração meramente ideal e ilustrativa de dez hectares, capaz de oferecer uma dimensão aproximada do Campo das Bromélias e dos cerca de quinhentos lotes individuais que, atualmente, o compõem.



Figura 4. *Aspecto da franja meridional, do complexo fabril e da zona de gentrificação.* Google Earth. Composição aerofotogramétrica por satélite. Google LLC, 2019.

Há outras marcações relevantes na figura. A faixa amarela que corre de leste a oeste corresponde ao ramal ferroviário e, junto a ela, em tom ligeiramente mais escuro, indico a área ocupada pela estação ferroviária, mandada construir pelos administradores da Companhia. O quadrilátero sombreado em azul representa o complexo nuclear das instalações da antiga fábrica têxtil, hoje convertida em forma singular de espaço monumental, que mal se poderia descrever como um *shopping center*. As complexidades desse monumento — e, inclusive, seu funcionamento como um espaço educador — serão abordadas diretamente no terceiro capítulo. Finalmente, o quadrilátero sombreado em tons de verde corresponde à vila operária, extinta em 1970, e seus terrenos circundantes. Trata-se, atualmente, da zona de gentrificação principal do bairro, constituída pelo centro comercial da região, o chamado *Calçadão de Bangu* e suas adjacências, até a Praça da Fé, sede da Paróquia de São Sebastião e Santa Cecília, templo católico de feitiço neogótico, também mandado construir pela Companhia, e ladrilhado com os mesmos tons de vermelho que se impõem em toda parte, até mesmo ao calçamento das ruas.

A partir do fim do século XIX, portanto, a Companhia passa a determinar a urbanização da região a partir do espaço fabril e em direção aos maciços do Gericinó, ao norte, e da Pedra Branca, ao sul. Compreender o funcionamento e as sociabilidades da franja meridional de Bangu, portanto, exige atentar às formas pré-capitalistas contra as quais a Companhia investia, buscando influenciá-las no interesse da produção fabril. As franjas da mancha urbana do bairro de Bangu possuem condição nitidamente residual no tecido urbano, e têm a mesma centralidade para a compreensão da formação da classe operária carioca que o próprio edifício da fábrica.

A franja meridional contém uma constelação de divisões internas, de “sub-bairros”, alguns dos quais negociando muito precariamente seu pertencimento à cidade formal e buscando fugir, o quanto possível, da pecha infamante de “favelas”. Esta é uma preocupação muito evidente entre todos os participantes da pesquisa, e uma memória bastante viva de minha infância. Recordo os dias em que passageiros mais jovens, frequentemente com uniformes de escolas particulares, desciam do coletivo, nas últimas paradas da rua Rio da Prata. Era bastante comum que gritassem, aos que permaneciam no ônibus, frases que nunca mais me saíram da cabeça: “agora só vai ficar quem mora mal!” ou “agora vai geral pro matagal!”, frequentemente como partes de uma rima. Considero haver superado esses episódios de maneira mais saudável que a maior parte das participantes, sem ressentir-me deles e trazendo-os, objetivamente, para a análise.

De saída, observo que a brincadeira infantil assinalava, sobre a rua Rio da Prata, necessariamente, um dos limites externos da franja meridional de Bangu, representada, na figura 4, pelo longo e retilíneo traço vermelho, a borda setentrional: entre seus extremos, chamo a atenção para a existência de duas pedreiras, a partir das quais a urbanização do local encontra o recorte da Pedra Branca. Há, sem dúvida, inúmeras outras subdivisões da franja meridional, articuladas em torno de significantes tão singelos quanto o traçado de uma rua, um canal, uma vala, um comércio, uma praça ou um ponto de mototaxistas. Uma descrição mais aprofundada destes, na medida em que pudesse estabelecer indiretamente a localização exata do Campo das Bromélias, poderia prejudicar as condições de anonimato e proteção à palavra que a pesquisa requer.

Em qualquer caso, é importante indicar a existência e a elasticidade dessas subdivisões, pois elas testemunham preocupações centrais de todos os habitantes da franja. A observação direta e as discussões que mantive com as participantes demonstram reiteradamente que qualquer elemento da paisagem cultural (JONES, 2003) pode ser mobilizado por moradores no interior da franja para produzir e negociar a dignidade de sua própria residência, frequentemente a partir da desqualificação de áreas adjacentes ou próximas. Esta sociabilidade, especificamente, concentra toda a seriedade da brincadeira infantil nos últimos trechos do longo trajeto do coletivo: sua reprodução entre adultos corresponde a uma dinâmica de ressentimentos e da reprodução sistemática de processos de estigmatização territorial (WACQUANT, 2007; WACQUANT *et al.*, 2014).

Isso permitiu estabelecer e confirmar uma hipótese, a de que processos laterais de estigmatização tendem a inibir as formas de solidariedade vicinal — com as quais, inobstante, coexistem — e as condições de existência do operariado local como classe para si. Dito de outro modo, a sociabilidade da estigmatização territorial, entre crianças e adultos, estabelece um jogo perverso, que não pode ser vencido por ninguém: enquanto se digladiam para estabelecer o sentido sempre fugidio do “morar bem” e do “morar mal”, os moradores de toda a franja tendem a ser também desqualificados, mas por moradores de áreas mais próximas ao núcleo do complexo fabril e à principal zona de gentrificação de Bangu, em termos muito semelhantes àqueles com que costumam se desqualificar uns aos outros. Além disso, o conjunto da Zona Oeste da cidade está sujeito a práticas de exclusão de longa duração, que podem, eventualmente, condensar-se em estigmas territoriais específicos. Seus bairros constituem a maior parte daquilo a que os discursos hegemônicos do Rio de Janeiro costumam chamar *subúrbios*:

A compreensão de que o subúrbio, assim como as favelas, constitui um espaço à parte, segregado e fora da cidade, de tão naturalizada parece não ter uma história, um começo e um desenvolvimento. Os subúrbios não são considerados bairros que compõem a cidade, com especificidades e semelhanças com outros bairros populares; foram (e talvez ainda sejam) tratados como acidentes, desvios na expansão urbana planejada, como anormalidades (onde até as normas de como construir, viver, morar eram distintas) que destoam do restante da cidade e, por essa razão, não fazem parte da história do Rio de Janeiro. Não sendo parte do passado da cidade, não teriam também um lugar em seu presente nem, menos ainda, em seu futuro. Fora da cidade, à margem do tempo, os subúrbios não são considerados parte do processo de constituição histórica do Rio de Janeiro, nem são associados a um movimento que definiu projetos e práticas de exclusão e segregação da pobreza e dos pobres — e que se renovam ao longo do tempo. (MACIEL, *in*: OLIVEIRA; FERNANDES, 2010:189).

Laura Maciel observa, assim, que a acepção carioca de subúrbio é uma categoria específica da produção de zonas de subalternização na cidade do Rio de Janeiro: seus contornos depreciativos, presentes em expressões de uso corrente, como fazer-se alguma coisa *à Bangu* — ou seja, *mal* —, é inteiramente estranho aos sentidos que o urbanismo tende a dar à categoria em outras regiões do mundo, nos quais é evocada simplesmente com respeito à distância linear relativamente ao centro da mancha urbana, e a uma menor densidade populacional — em geral correspondente a habitações familiares individuais e de extração burguesa. Nesse sentido é relevante considerar a proposta de Nelson da Nóbrega Fernandes (2011), para quem a palavra subúrbio se tornou, na cidade do Rio de Janeiro, um simples operando ideológico que, travestido de categoria científica, penetra a própria literatura sobre a cidade com as texturas dessa hegemonia:

As origens do rapto ideológico da categoria subúrbio e sua transformação no conceito carioca de subúrbio expressam um espírito de busca exacerbada de distinções e hierarquias sociais que caracterizam historicamente a sociedade do Rio de Janeiro e a brasileira em geral. A permanente necessidade da hierarquia em nosso caso, manifesta-se, sobretudo, na simples razão de que vasta parte da cidade onde foi e continua sendo aplicado o conceito carioca de subúrbio, por nenhum critério — jurídico, administrativo ou geográfico — pode ser caracterizada como subúrbio. (FERNANDES, 2011:158).

O uso da categoria subúrbio na cidade do Rio, para o autor, teria, como única finalidade, a desmoralização da classe trabalhadora a partir de uma componente espacial. Embora, em geral, simpática às suas afirmações, gostaria de considerar seu reverso: observo que significantes ligados a estigmas sociais podem tornar-se símbolos eventuais de orgulho e fatores de aglutinação da população subalternizada. Laura Maciel, que venho de citar, apresenta exemplo candente:

[...] em plena campanha eleitoral do segundo turno em 2008, acompanhei pelos jornais as avaliações pouco lisonjeiras do candidato a prefeito Fernando Gabeira (PV) sobre a vereadora Lucinha (PSDB), liderança expressiva na Zona Oeste, reeleita para o quarto mandato na Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Apesar da coligação entre seus partidos, a discordância entre ambos em torno da instalação de um aterro sanitário em Paciência, na Zona Oeste, motivou Gabeira a desqualificar os argumentos da vereadora alegando que ela seria uma “analfabeta política” com “uma visão suburbana” da política. A opinião, expressa ao telefone e captada por jornalistas sem conhecimento do candidato, causou polêmica e reações: mobilizou cidadãos e lideranças nas zonas Oeste e Norte, desdobrou-se em várias formas de protesto e desagravo aos moradores dessa região. A resposta da vereadora, “*sou suburbana da Zona Oeste com muito orgulho e amor*”, *repercutiu na imprensa, gerando demonstrações de pertencimento como “sou suburbano de coração”, “suburbano com muito amor”, “suburbano com orgulho” ou “sou carioca, sou suburbano. Respeite”*. (MACIEL, *in*: OLIVEIRA; FERNANDES, 2010:188. Grifo meu).

Gostaria de suprimir uma citação que já me parece longa, mas ela própria contém alguns elementos interessantes, como a própria posição de classe da vereadora (atualmente, deputada estadual), sua condição de mulher e sua base eleitoral na Zona Oeste. É certo que a população subalternizada pode apropriar-se de signos ligados à própria estigmatização em direção à produção de novas hegemonias, mas não é menos verdadeiro que as classes dominantes podem adaptar-se a essas iniciativas: é notável que uma parlamentar profissional burguesa, mobilizando esses sentimentos, seja capaz de eleger-se com grande facilidade — foi a vereadora mais votada naquele pleito — para desenvolver seu mandato em sentido contrário, em termos gerais, aos interesses da classe trabalhadora carioca. Não que a construção de um aterro sanitário em Paciência trouxesse qualquer prestígio para a Zona Oeste, mas a oposição de Lucinha àquela obra deslocou temporariamente a vereadora de sua posição de classe a partir de sua condição de gênero, levando-a a denunciar um colega cujas prioridades com o meio-ambiente raramente iam além da Zona Sul da cidade. Nem mesmo a necessidade de fazerem pazes e dividirem palanques pôde evitar a derrota de Fernando Gabeira para Eduardo Paes.

Sem mais nada a acrescentar sobre estigmatização territorial, creio oportuno retomar a discussão dos problemas de história levantados pelos trabalhos que venho de citar, pois dizem respeito à caracterização do bairro e da franja meridional de maneira direta. Historiadores da cidade, nos últimos anos, dedicaram-se à trajetória de Bangu e de seus espaços fabris: suas preocupações, porém, normalmente centradas na primeira hora da formação da classe operária carioca, tendem a preferir recortes temporais que apenas muito raramente ultrapassam os anos 1940, com o fim do Estado Novo.

Em que pese a prioridade em torno das primeiras décadas da industrialização brasileira, essa historiografia apresenta contribuições decisivas para a compreensão dos processos de formação local das hegemonias, além de, em direção às lutas do presente, trabalhar para pôr em revisão certa imagem idílica do ambiente fabril, um dispositivo ideológico que busca aglutinar a população subalternizada de Bangu e de sua franja meridional em torno de projetos e solidariedades patronais⁶. As prioridades cronológicas dessa historiografia, por outro lado, exigem que eu considere, ao lado de textos que, em menor número, avançam em direção aos anos 1950 e ao período que contempla as gerações ainda vivas da Família Silva e sua rede de relações, o testemunho de membros específicos da rede que possam facilitar a caracterização do desenvolvimento social e fundiário da franja durante as últimas décadas.

O texto de Márcio Piñon de Oliveira (OLIVEIRA, *in* OLIVEIRA; FERNANDES, 2010), apesar de sua brevidade, consiste na revisão mais ampla da trajetória da Companhia Progresso Industrial do Brasil que pude encontrar, abordando o empreendimento desde a instituição de seu contrato social até o encerramento das atividades fabris — e a consequente liquidação da Companhia, em 2004. Após esse período, o complexo fabril e o espólio da Companhia passam a integrar-se de novas maneiras ao equipamento urbano de Bangu, apresentando desafios igualmente novos aos moradores da região e, especificamente, de sua franja meridional e de nosso Campo das Bromélias.

Mencionei algumas das características residuais da franja, e observei que ela é cercada por duas pedreiras, como se algo quisesse, a partir de certo ponto, explodir pelos ares suas características pré-industriais. Há, certamente grande medida de esforço para silenciar certos aspectos do passado da região, a exemplo da influência direta da Companhia sobre as atividades locais, sobre sua conformação fundiária e sobre a proteção e a degradação ambientais que, em momentos diferentes, lhe convieram.

⁶ Passando em revista alguns desses trabalhos, com a ressalva de que não seria possível justificar seu número e variedade, deve-se os textos de Marcela Goldmacher (2009) e do historiador e memorialista nativo Carlos Molinari Severino (2015), que enfocam as diferenças internas do operariado da fábrica — de composição multirracial e multinacional — no contexto das greves e agitações deflagradas pelo setor têxtil no início do século XX. O trabalho de Gustavo Santos Silva (2017), também historiador, memorialista e militante marxista-leninista, procura dar conta da formação operária da região, mas com destaque para as sociabilidades ligadas ao futebol. Entre os torcedores do clube, o coletivo *Bangu Antifascista* busca, atualmente, consolidar-se como espaço de resistência ao golpe de estado de 2016 e à atuação da extrema-direita na cidade — esta também possui membros orgânicos no bairro. Também é justo destacar, entre essas iniciativas de luta, as atividades do coletivo *Mulheres Guerreiras*, que reúne mães e parentes de encarcerados no complexo penitenciário local, extensão pedagógica de seus espaços laborais.

Nas primeiras décadas da instalação da Companhia, vingava o arranjo que Oliveira (2010) denomina “fábrica-fazenda”, e em cujos termos a manutenção das atividades e sociabilidades pré-capitalistas no interior da Franja era conveniente para os capitalistas. Inicialmente, talvez em aprendizado da lição que a Guerra de Secessão dos Estados Unidos (1861-1865) representara para os industriais do setor têxtil, os administradores da fábrica buscaram desenvolver, no interior da Franja, o cultivo do algodão. Rapidamente convencida da inviabilidade da produção algodoeira, antes mesmo da virada do século, a direção da Companhia recuou em sua estratégia de mobilização da franja meridional, deixando-a novamente aos cuidados de arrendatários e antigos possuidores, mostrando-se relativamente indiferente às atividades produtivas que desejassem desenvolver.

Não se trata de simples negligência: além da renda com a cessão da posse e com a produção habitual da região, a presença dos antigos atores sociais na franja meridional dispensava a companhia de preocupar-se com a segurança armada de suas terras. Além disso, a manutenção da produção de gêneros agrícolas era parte da própria estratégia de exploração, que passaria a lucrar com um armazém, junto ao qual os empregados eram virtualmente obrigados a adquirir bens de consumo — a partir de descontos em folha de pagamentos, vales e outros instrumentos cotidianos de monopólio. A própria ocupação da vila operária, contígua ao complexo fabril, estava sujeita a descontos periódicos nos salários: ocupar a vila era um privilégio disputado duramente no interior da classe operária local, dividida entre gênero, cor da pele, nacionalidade e especialização na produção. Os empregados e mutuários da vila operária, porém, quando perdiam a condição de funcionários da fábrica, eram automaticamente expulsos de seus lares de orgulho, frequentemente passando a buscar trabalho e moradia no interior da franja.

A Companhia, portanto, buscou organizar a franja meridional de Bangu como uma zona de relegação do exército industrial de reserva, o que explica, inclusive, esforços de emissários em convidar habitantes de outras regiões rurais do Rio de Janeiro e municípios vizinhos a habitar suas terras. A Companhia, muito longe da imagem benfazeja que tenta o presente, sempre buscou governar a vida do bairro de Bangu e de sua franja meridional com mão-de-ferro, sob a razão instrumental do Capital. A forte resistência dos trabalhadores a essas políticas está na base das greves e mobilizações recuperadas na historiografia recente (GOLDMACHER 2009; SEVERINO, 2015).

Havia um limite, porém, para a liberdade dos rendeiros da franja meridional durante as primeiras décadas da atividade da Companhia, certas porções de terra que sua direção não desejava que os habitantes utilizassem: trata-se da jusante dos cursos d'água entre a Pedra Branca e o complexo fabril, uma vez que as várias atividades de beneficiamento da produção estabeleciam uma necessidade constante de água limpa, recolhida em um açude vizinho ao complexo. Essa preocupação está por trás da aquisição adicional de dois sítios e de uma pequena fazenda, de sorte a instalar um aqueduto cujos vestígios ainda estão evidentes em vários pontos da Franja.

Quando os sistemas de distribuição de água da própria cidade passaram a abastecer com regularidade as atividades da fábrica, as medidas da Companhia com relação à proteção dos cursos d'água em sua propriedade foram relaxadas⁷. Estamos, assim, diante do segundo período da atividade da Companhia sobre Bangu, segundo Márcio Piñon de Oliveira (2010), de desconcentração — controlada e cuidadosa — da propriedade fundiária. Os administradores da Companhia convieram, a certo ponto, que a manutenção de uma grande propriedade, além de inibir a urbanização do Bairro como um todo, poderia tornar-se progressivamente mais custosa, à medida em que a instalação de equipamento urbano lhes exigisse suportar uma sequência de desapropriações.

Assim, já em 1930, a Companhia cria um departamento territorial que, embora, desfazendo-se da maior parte de suas terras, não deixaria de influir sobre a ocupação do bairro: a maior parte das terras da franja é fracionada e alienada a diferentes proprietários, constituindo a forma embrionária da constelação de divisões internas, sub-bairros e favelas que caracterizam a região a partir dos anos 1980. Este, porém, é o período em que mais escasseia a informação disponível na historiografia, exigindo-me supri-la por outros meios. Bem poderia buscá-la entre arquivos públicos e hemerotecas, mas há informações que escapariam até a esses registros, informações que não se destinam a registro algum. De resto, embora de modo esparso, esse conhecimento já faz parte do patrimônio da Família Silva e sua rede, sendo gentilmente compartilhados.

⁷ A degradação dos cursos d'água na região de Bangu, portanto, possui um padrão singular, pois ela corresponde à decadência — e não ao apogeu — do empreendimento fabril. É a desconcentração do controle da Companhia sobre a franja meridional de Bangu que deflagra os processos de assoreamento e poluição, em geral causados pela urbanização acelerada da região, com processos de invasão de terras, grilagem e ligações clandestinas de esgoto residencial. Trata-se de processo que convidaria outros estudos, além de sugerir o acento sobre outra região, a Vila Aliança, para cujo coração confluem esses rios.

Um dos moradores mais antigos da região — e, coincidentemente, o segundo companheiro de Marta, durante cerca de dez anos — era, no início dos anos 1940, um menino a engraxar os sapatos da aristocracia operária que frequentava o cinema instalado nas cercanias da fábrica. Seu Moreira relata com satisfação que, a certo ponto, também começou a vender doces, obtendo, eventualmente permissão para entrar na sala de projeção. Mineiro de Cataguazes, Moreira afirma ter vindo com a família para o Rio de Janeiro aos quatro anos de idade, após uma parte de sua parentela morrer em uma “tromba d’água”, algum acidente com uma barragem ou açude — algo de que ele se lembra pouco, e de que tem, compreensivelmente, poucos motivos para falar.

Moreira relata que seu pai e uma de suas irmãs chegaram a ser funcionários da Companhia. Ele próprio conseguiu, transitando a partir de ofícios ligados à sua origem camponesa, tornar-se soldador e prestar serviços a companhias de construção civil e manutenção predial no centro da cidade. Deixado pela primeira esposa no cuidado de dois filhos ainda bebês, ele relata haver se demitido de seu emprego no centro da cidade e passado a trabalhar no interior da franja meridional, em ofícios que misturavam sua origem camponesa e sua experiência no setor da construção civil. Eventualmente, com os conhecimentos — e capitais — de ofícios urbanos e rurais acumulados, conseguiu montar uma pequena loja de materiais de construção, que já não existe mais.

Moreira, em histórias semelhantes às que pude recolher entre homens um pouco mais jovens — e a cuja trajetória devo voltar-me oportunamente — relata uma série de esbulhos e conflitos fundiários, que parecem congruentes com os anos nos quais as terras da franja já haviam sido, em sua maioria, vendidas. Esse, certamente, é um dos motivos a explicar porque a historiografia da região se mostra mais escassa além dos anos 1940: a alienação dos terrenos da franja envolve processos violentos, dos quais a própria Companhia, através de terceiros, teria participado ativa e recorrentemente, entre lavradores, posseiros, pecuaristas e outros atores sociais que se desenvolvem nas margens do Estado. Contento-me em apenas arranhar a superfície desses processos, pois sua abordagem incorreria em diversos tipos de risco para os participantes da pesquisa e para mim própria. Certamente, Moreira me pareceu disposto a trazer à luz todas essas “memórias subterrâneas” (POLLAK, 1989), mas convém, com pesar, deixar esses problemas nas mãos de historiadores e passar a considerar as características educacionais e formativas que as histórias da franja meridional e de nossos participantes contêm.

1.3 O Campo das Bromélias entre o arcaico e o moderno

Após haver apresentado uma caracterização inicial da Família Silva e da franja meridional de Bangu, já tentada pelas atividades da Companhia Progresso Industrial do Brasil durante décadas, é possível discutir as complexas relações e contradições que caracterizam a instalação da matrona no Campo das Bromélias. O encaminhamento da discussão sobre os aspectos socioeconômicos e formativos dessas contradições exigirá retomar uma importante lição de Florestan Fernandes a respeito das tramas do capitalismo dependente: a de que ele “suscita seja a arcaização do moderno seja a modernização do arcaico” (FERNANDES, 1975:61)⁸.

A inserção laboral das mulheres da Família Silva representa bem essa conjunção, a ver, por exemplo, pelos fornos da Figura 3, bens de consumo tipicamente urbanos, arcaizados e reaproveitados como galinheiros, ou seja, bens de produção camponesa de subsistência. Tal inserção, porém, não era determinada somente pela origem agrária, mas, sobretudo, pelos laços do patriarcado, que buscavam confinar as mulheres à terra e ao lar. Havia, certamente, mulheres a movimentar os teares na produção têxtil, como a irmã de Moreira, mas seu próprio emprego costumava ser condicionado pelo patriarcado na figura do capataz ou encarregado, preferencialmente branco, de extração urbana e voz dura que, com uma prancheta, percorria a linha de produção. Mesmo sem reunir todas essas características, João, o irmão de Marta chegou a desempenhar, especificamente, essa função — sem jamais conseguir empregar as irmãs na fábrica.

Coloca-se aqui, pela primeira vez, o problema da formação local de aristocracias operárias, algo que se repetirá em gerações posteriores do Campo das Bromélias. João — apesar de seu temperamento me fazer duvidar que ele fosse um representante particularmente eficiente da opressão patriarcal contra as operárias da fábrica — sempre apresentava a Companhia sob uma perspectiva positiva ou saudosa; enquanto a irmã de Moreira, operária, se mostrava bem menos simpática à hegemonia de seus patrões, principalmente após perder sua moradia na vila operária e passar a viver na franja.

⁸ Sem negar a especificidade da exploração capitalista na América do Sul e a singularidade da relação entre a franja meridional de Bangu e a Companhia, as observações de Florestan Fernandes estão próximas de preocupações de autores centrais do marxismo, a exemplo de Leon Trotsky, que costumava abordar o problema do desenvolvimento desigual e combinado da União Soviética (GUIMARÃES; LOPES, 2016), ou de Antonio Gramsci, enquanto escrevia sobre a “questão meridional” italiana (GRAMSCI, 2007).

A formação de aristocracias operárias é o prêmio de práticas divisionistas, que sempre foram ativamente buscadas pela administração da Companhia, tanto entre seus funcionários quanto entre os outros habitantes do bairro, a partir do controle sobre o desenvolvimento fundiário da região. As necessidades emergentes e específicas do empreendimento fabril, em uma região sujeita às formas do desenvolvimento desigual e combinado, exigiam aos administradores empenhar-se na constituição de “um novo tipo humano”, uma complexa “adaptação psicofísica” do proletariado, que o tornasse adequado às mudanças necessárias do trabalho fabril (GRAMSCI, 2007:248).

Essas mudanças atingiam praticamente todos os domínios da vida, da sucessão demográfica à sensibilidade estética, do trabalho manual ao surgimento do conceito de lazer. A enunciação gramsciana do princípio educativo, portanto, deve ser vista para além da bipartição histórica dos aparelhos educacionais (CUNHA, 2000) e em direção que permita à pesquisa educacional enriquecer-se pelo estudo dos processos formativos em sua inteira variedade. É necessário afirmar, portanto, a partir de Gramsci que todas as relações de subordinação e sujeição entre as classes sociais tendem a expressar-se, com a exceção notável dos períodos de violência revolucionária, como relações entre *discentes* e *docentes*, e que todas as classes sociais tendem a operar, no jogo das hegemonias, como *classes educadoras* (GRAMSCI, 2001; THOMPSON, 2010).

Nessas disputas, tanto a classe dominante quanto as classes subalternas lançam mão de processos de transmissão de técnicas, valores e conhecimentos que possuem, em perspectiva multigeracional, ampla valência como processos formativos. O sucesso desses expedientes, seja nas regiões industriais mais avançadas do mundo, seja nas regiões de desenvolvimento industrial dependente, é sempre relativo e negociado, entrecrocando-se com os costumes e a agência das classes subalternas em uma frente complexa de disputa pela hegemonia. Na exposição desta pesquisa e no sentido de ampliar o escopo da pesquisa educacional em seu conjunto, os processos educacionais devem ser admitidos em três acepções complementares: há aqueles que são internos aos aparelhos educacionais institucionais (escolares); aqueles que são estabelecidos por emulação ou inspiração a eles (paraescolares); e os que se estabelecem espontaneamente na sucessão geracional de populações subalternizadas específicas (extraescolares). Após esse brevíssimo aparte teórico, passemos a considerar como a variedade desses processos educacionais aparece no Campo das Bromélias e no conjunto da franja meridional.

Os administradores da Companhia, como bons representantes de uma burguesia educadora, sempre buscaram transmitir os signos, ou, literalmente, *ensinar* à classe operária, o sentido da respeitabilidade, da disciplina, da pontualidade e de tudo levasse os encarregados, ao fim de seu exame das linhas, atestar ou não o *bom comportamento* dos operários que desejassem fazer parte da equipe de futebol da Casa (SILVA, 2017:91). Entre a população subalternizada, por outro lado, mulheres de extração camponesa como Marta e Dona Ana tendiam a exercer e difundir várias práticas pré-capitalistas que lhes permitiam acomodar-se, de diversas maneiras aos expedientes utilizados pela Companhia contra o proletariado do Bairro em seu conjunto.

Os conhecimentos necessários para o exercício da agricultura familiar e para a criação de animais reagem, por exemplo, ao vetor de exploração que a burguesia fabril tende a estabelecer pela via do consumo, a partir do controle dos armazéns e do comércio de alimentos a varejo. Certamente, a consequente redução dos custos para manter força de trabalho, que convém a essa mesma burguesia, marca uma ambiguidade importante entre acomodação e resistência. Inobstante, mesmo quando não conseguem cultivar alguma planta de sua preferência, as matronas possuem um conhecimento de tal modo vasto das espécies vegetais em seu meio que lhes basta uma caminhada à casa da comadre para que colham pelo caminho hortaliças e frutas capazes de alimentar uma família por alguns dias. Muitas dessas espécies sequer costumam ser encontradas em comércio, não sendo, em geral, acessíveis às frações mais profundamente urbanizadas e proletarizadas da população do bairro sem o contato com as matronas de extração camponesa⁹.

É significativo que Marta e outras senhoras do Campo das Bromélias mantenham, até hoje, junto ao alambrado do campo de futebol da praça local, uma espécie de jardim comunitário de espécies comestíveis (apresentado na figura 5), organizando-se espontaneamente para mantê-lo e utilizá-lo de maneira que não comprometa sua continuidade. Moradores mais jovens do Campo das Bromélias respeitam a presença do jardim comunitário, mas mostram-se relativamente indiferentes a ele e, em geral, ignorantes das técnicas para o reconhecimento e cultivo dessas plantas. Será necessário considerar, oportunamente, essa e algumas outras descontinuidades intergeracionais.

⁹ Recordo que minha mãe, também mineira e parte dessa rede de matronas, ainda costuma preparar aquilo que certos círculos urbanos vêm chamando de “plantas alimentícias não convencionais”, como a serralha (*Sonchus oleraceus*), a taioba (*Xanthosoma sagittifolium*), o almeirão-do-mato (*Hypochaeris radiata*) etc.

Ao retomar a narrativa da trajetória da Família Silva, encontraremos ainda outra forma dessas resistências à exploração pela via do consumo de bens não duráveis. Tão decisiva quanto a manutenção, por Marta e sua mãe, de práticas ligadas à economia agrária e pré-industrial, foi a manutenção dos vínculos com a parentela e a família extensa que permanecia na Zona da Mata ou que, havendo também migrado para o Rio de Janeiro, instalava-se em outros bairros da capital e mesmo em outros municípios. Cartas e telegramas — e, a partir desta década, telefonemas e redes sociais — serviam para propor várias visitas entre os membros da família extensa.

Frequentemente organizadas em torno de datas comemorativas do catolicismo popular ou do calendário civil, essas visitas, a partir das obrigações mútuas de dádiva e contradádiva (MAUSS, 2003), criavam um circuito não monetário de diversos bens, ocasionalmente decisivos para a sobrevivência de um membro da rede que estivesse sob maior necessidade. Essas visitas fizeram com que o núcleo da Família Silva viajasse, em algumas ocasiões, para cidades da Zona da Mata e do Sul Fluminense. O fato de a família retornar ao Rio de Janeiro quase sempre abastecida de víveres, às vezes suficientes para vários meses, ajudou a consolidar, no imaginário de Marta e suas filhas, a imagem da paisagem rural como uma espécie de paraíso perdido de abundância e afabilidade.



Figura 5. *Jardim comum das matronas, junto ao campo de futebol. Campo das Bromélias, 2018. Fotografia de Janine Silva. Acervo da Família Silva.*

Mencionei que a família de Francisco, envolvida nos conflitos pela posse da terra na Zona da Mata mineira, conseguiu apossar-se de uma pequena fazenda no Arraial de Perpétua. As viagens do casal para visitar a família de Francisco, desse modo, lhes rendia presentes especialmente fartos. A contrapartida — considerando-se o volume às vezes impressionante de víveres que traziam em ônibus e sobre os próprios ombros no retorno para o Rio de Janeiro — era bastante modesta: um ou outro objeto ou curiosidade “da cidade” como uma lata de goiabada industrializada e um corte de tecido da fábrica para as senhoras mais velhas, um pacote de biscoitos recheados para as crianças da fazenda, algumas roupas para os homens etc. Já de volta ao Campo das Bromélias, o casal também incorria na obrigação de trazer presentes para os membros da rede que haviam ficado na cidade. Esse padrão de viagens e reciprocidades continua até o presente; a ocasião da figura 6, porém, foi a última vez que a matrona e suas filhas visitaram perpétua.



Figura 6. *Marta, Janine e a família de Francisco na Fazenda São Marcos. Arraial de Perpétua, 1989. Autoria não identificada. Acervo da Família Silva.*

Essa economia informal de reciprocidade não é simples, e tampouco é sua transmissão: será interessante ver como as filhas de Marta a apreenderam quando elas próprias se tornarem mães, e tiverem a ocasião de ensinar a seus filhos o tênue equilíbrio entre altruísmo e egoísmo, entre solidariedade e competição. Além de alimentos, esse dispositivo de reciprocidade nas relações da Família Silva e sua rede deu às filhas de Marta a possibilidade de conviverem com outras crianças, como favor da matrona a seus pais; algumas dessas chegaram e partiram sem deixar muitas lembranças; outra, tornou-se quase uma irmã adotiva, afilhada de Batismo, “caçula da caçula”, Rita, de 1986. A menina cresceu sob os cuidados de Marta entre 1986 e 1990, mas frequenta a casa da matrona quase ininterruptamente desde então. Sendo ela própria parte da segunda geração da Família Silva, voltarei a considerar sua trajetória no próximo capítulo.

A última viagem do casal para Perpétua ocorrera em um período no qual sua relação já se tornava insustentável. Francisco era tão violento quanto sempre fora: Marta relata que em mais de uma ocasião, os parentes de seu antigo companheiro intercediam para defende-la, e a primogênita sequer tolera ouvir o nome do pai. A novidade, que efetivamente viria a romper a união do casal foi a reaproximação entre Marta e a Dona Ana, com a eventual superação da morte de Sílvia: à medida em que se percebiam, cada vez mais, como arrimos materiais e morais do crescimento das meninas, Marta e Dona Ana passaram a enfrentar abertamente Francisco, que tentava proibir o encontro das duas. Em fins de 1989, Marta e Francisco não eram mais, de fato casados: ele se instalara no quarto mais confortável e deixara Marta dormir com as filhas, no chão. A partir desse ponto, a rede de mulheres — que já incluía a agência das meninas — organizava-se para tentar retomar os espaços da casa e, eventualmente, expulsar Francisco.

Não era apenas o privilégio patriarcal que permitia a Francisco arroubar-se dono da casa. Se isso era verdadeiro e, talvez, o fator mais importante, ele, de fato, buscava racionalizar seus privilégios. Segundo Marta, seu principal argumento consistia no fato de que ele “trabalhava”, ao contrário dela, pois esses “serviços de mulherzinha”, como dizia, não eram, de fato, “trabalho”. Deve-se concluir, portanto, que um aprendizado decisivo das filhas de Marta foi, desde o início, o enfrentamento concreto das ideologias da divisão do trabalho doméstico e, principalmente, do difícil equilíbrio entre acomodação e resistência, uma das bases de sua segurança física e emocional, e a principal textura de sua infância (ANYON, 1990:16).

Antes de passar aos tais “serviços de mulherzinha”, devo enfrentar o segundo argumento de Francisco para apropriar-se da casa: ele considerava havê-la construído sozinho. Algumas das brigas mais violentas que Marta e suas filhas relatam eram deflagradas quando a matrona ousava responder que ela, com o serviço de lavanderia e da criação dos porcos, era quem levantava o dinheiro para a compra dos materiais, e que não lhe pagaria nem um centavo de mão-de-obra, porque todos estavam construindo a casa comum. Isso era o suficiente para que Francisco tivesse um acesso de fúria e destruísse alguns dos materiais ou partes da casa. Mas quem, afinal, a construiu? A quem, de fato ou de direito, ela pertencia?

Entre os empregos que conseguia, Francisco tentava aprender tarefas próprias da construção civil, sem nunca dominar qualquer delas o suficiente para ser reconhecido como pedreiro, carpinteiro, eletricista etc. Emília relata lembrar-se de alguns acidentes que ele próprio causava, como efeito de sua pouca habilidade; em um deles, com uma solda improvisada, ele próprio concluiu que jamais poderia ser eletricista. Às vezes, quando conseguia juntar dois ou três amigos, Francisco os chamava para “bater laje” e trabalharem juntos na casa; era a forma de homens se integrarem a essa economia informal de favores, enquanto a matrona cozinhava e dava de beber a todos. O que essa história deixa de fora é o fato de que a matrona e as filhas, além de alimentarem e darem de beber a Francisco e seus amigos, também trabalhavam diretamente na construção da casa: carregar areia, preparar a argamassa, lavar os instrumentos e várias outras tarefas que sua constituição física permitisse lhes eram exigidas explicitamente.

Estamos, certamente, diante de uma textura específica da superexploração: a forma como o privilégio patriarcal busca transferir o fardo da exploração laboral às mulheres do núcleo familiar. Mas a própria autoconstrução da moradia é parte de um processo aprofundado de espoliação urbana, por meio do qual a classe capitalista busca reduzir os custos da manutenção da força de trabalho, impondo ao operário, de fato, uma jornada extra e não remunerada, no interior da própria residência (KOWARICK, 1979). A propriedade do terreno, como mencionei, envolve aspectos do campo que não podem ser razoavelmente expostos sem uma série de riscos, mas o Campo das Bromélias, havendo sido fracionado por uma senhora que tinha a propriedade segura e escriturada de sua chácara, permitiu-lhe vender um lote que poderia, de fato, passar à propriedade plena da família, que chegou a honrar todos os pagamentos do financiamento.

Esses sistemas de financiamento, porém, escondem ainda outro vetor de extração de mais-valia, pois vige na totalidade da franja meridional de Bangu uma ideologia da casa própria, que determina o sentido do “morar bem”, integrando as práticas de dignificação da própria residência e que, a certo ponto, se tornam verdadeira obsessão dos moradores (VALLADARES, 1978). Ocorre, porém, por capricho do direito fundiário brasileiro, que, mesmo quando válidos e honrados os contratos, a propriedade efetiva da terra somente é possível às famílias que podem suportar uma sucessão extorsiva de impostos e taxas notariais. Isso efetivamente proíbe a propriedade plena da terra e sua transmissão aos descendentes e sucessores para a maior parte da população trabalhadora da cidade, e a posse relativamente segura deve ser afirmada e ritualizada rotineiramente, tratando-se de um aspecto puramente costumeiro e relacional do uso da terra.

O caso da residência matronal é, ainda, complicado pela circunstância do litígio, iniciado por Francisco quando ele foi, afinal, forçado a deixar a casa. Mesmo após o processo ser decidido favoravelmente a Marta e arquivado, ela tem tamanho horror de fóruns e advogados que o problema da escrituração nem chega a ser colocado. Enquanto isso, ela participa desses rituais de confirmação da posse, frequentemente, a partir da desqualificação de um terreno vizinho, de sua conservação etc. Entre os membros da Família Silva, o tijolo nu é a véspera da favela e o pavor de todos os seus membros, sendo associado à preguiça, ao desleixo e ao conjunto dos chamados mitos da marginalidade (PERLMAN, 1977). Essa forma de estigmatização lateral corta na própria carne, pois atinge membros da família extensa que foram, com as crescentes dificuldades de inserção laboral, levados a residir em favelas próximas; mas esse também não é mais assunto para essa geração, devendo ser discutido quando retornarmos à trajetória de Rita.

Uma última história da primeira geração da Família Silva também está relacionada ao patriarcado; ou melhor, aos dilemas de acomodação ou enfrentamento diante dele. Isso exige recuperar a circunstância da progressiva independência de Marta e de Dona Ana, além dos estigmas a que ambas foram expostas quando se separaram de seus companheiros. Dona Ana foi deixada por Antônio, ainda nos primeiros meses de sua transferência para o Rio de Janeiro; a separação de Marta, porém, envolve um processo longo, iniciado quando ela anunciou o desfazimento da união ao padre da paróquia local, em 1989, e concluído apenas seis anos depois, quando a matrona e suas filhas conseguem expulsar Francisco de casa definitivamente.

Recuperando as características residuais da franja meridional de Bangu, é possível supor que a sanção social local ao Estatuto da Mulher Casada e à Lei do Divórcio somente tenha chegado muito depois da promulgação, respectivamente, em 1962 e 1977. Os costumes camponeses da maior parte das famílias do Campo das Bromélias, ainda em fins dos anos 1980, previam duras punições às “mulheres desquitadas”. Assim que a notícia da separação alcançou o rebanho da paróquia local, Marta e suas filhas, sem que o pároco lhes dissesse uma única palavra, foram convidadas, pelos olhares e línguas indignadas, a deixar de frequentar a Igreja enquanto não “se arrependessem”. Francisco, por seu turno, passava a frequentá-la ainda mais intensamente, como se quisesse, pela exibição de sua devoção, convencer a comunidade da iniquidade de sua esposa e filhas.

Enquanto boa parte dos vizinhos passava a restringir seu contato com Marta e suas filhas ao mínimo, uma minoria mais fervorosa — ou atrevida — parece haver começado a profetizar: “Diziam que a gente ia virar tudo puta!”, relatam Lydia e Janine, cuidando de confirmar, se tinha problema “falar palavrão”¹⁰. Entre algumas semanas de silêncio, aparecia um vizinho para aconselhar: “Marta, você tinha que pensar bem, vai ser muito pior sem ele”, afirmava outro vizinho¹¹, enquanto passava a proibir suas filhas de ter contato com as de Marta.

A clientela da lavanderia de Marta, que já vinha em um processo de decadência, passou a reduzir-se unicamente à Família Santana, composta por Marcelo, um militar do Estado, Sara, uma professora, e seu filho único, Pedro. Marta precisou desenvolver estratégias novas para alimentar os porcos, mas não observara mudanças na clientela: o serviço já possuía uma sazonalidade, e a maior parte dos fregueses era composta por homens que compravam os animais abatidos ou vivos para revenda, sendo inteiramente indiferentes, portanto, às fofocas da paróquia local. A rede de apoio a Marta e suas filhas também se tornava mais frágil: definitivamente, elas não eram mais bem-vindas em Perpétua, de onde ganhavam bom volume de víveres; na casa de Dona Ana, apesar de sua renda não estar comprometida diretamente, a saúde de Sônia piorava, e João já havia deixado de trabalhar para a Companhia e retornado para a Zona da Mata. O início dos anos 1990, foram, para a Família Silva, um período de privação e solidão.

¹⁰ Entrevista à autora, em 02 de outubro de 2018.

¹¹ Marta, em entrevista à autora, em 02 de outubro de 2018.

Nem todos os vizinhos, claro, deram de ombros a Marta e suas filhas. Algumas matronas do bairro, principalmente entre aquelas que não frequentavam a paróquia, mantinham a amizade. O fator mais decisivo para o sustento da família, além da venda dos porcos, havia começado como uma forma “brincadeira séria” das filhas de Marta: como a primogênita fosse frequentemente incumbida de ajudar as irmãs mais novas e as crianças que, na economia da dádiva, estivessem sob o cuidado temporário de Marta, Lydia passou a ser reconhecida como uma boa *explicadora* e como, ao contrário da profecia de alguns paroquianos, um bom modelo moral para outras crianças da Franja. Assim, em um contínuo que liga a brincadeira infantil — ou o que sobra dela, pois a própria noção de infância é, originalmente apanágio da burguesia em sua hora revolucionária — à atividade econômica produtiva, as filhas de Marta viram-se rapidamente no desempenho rotineiro de uma atividade paraescolar, decisiva para o sustento da família e para a composição de elementos formativos arcaicos e modernos no Campo das Bromélias. Passaremos, no capítulo que cobre a trajetória dessa segunda geração, a analisar o escopo e a profundidade desses processos paraescolares.



Figura 7. *Mulheres independentes: aspecto da reconquista da residência matronal.* Campo das Bromélias, fins de 1994. Autoria não identificada. Acervo da Família Silva.

2. No Purgatório das contradições formativas

Este capítulo busca retomar a trajetória da Família Silva a partir de sua segunda geração, constituída pelas filhas de Marta e Francisco: Lydia, Janine e Emília — além de Rita, virtual irmã adotiva das filhas da matrona. A crise da união entre Marta e Francisco altera profundamente as relações da família com a vizinhança do Campo das Bromélias e com o conjunto da franja meridional de Bangu. A primeira seção do capítulo, porém, situa esse episódio no contexto das sociabilidades da própria região, já em profunda e acelerada transformação. Assim, o Rio de Janeiro que as filhas de Marta encontram não era tanto o inferno que a matrona descobrira nos anos da mudança, mas o cadinho onde se fundem as contradições formativas da nova geração.

A subsistência da Família Silva, mesmo antes de as mulheres conseguirem livrar-se inteiramente dos abusos de Francisco, foi facilitada pelo desenvolvimento, a partir da primogênita, de um serviço paraescolar que mediou boa parte das contradições que caracterizaram o bairro e a formação daquelas gerações, em fins do século XX. A *escolinha* da Família Silva, além de seu significado econômico, representa um importante aparelho de hegemonia da população do Campo das Bromélias e adjacências, consistindo no principal tema da segunda seção do capítulo. O desempenho da *escolinha* expressa e compõe as diversas componentes camponesas, operárias e burguesas em uma espécie singular de instituição, sobre a qual o conhecimento disponível é relativamente escasso.

A última parte do capítulo busca dirigir-se ao período após a dissolução da *escolinha*, quando as filhas de Marta deixam a residência matronal e empregam-se no comércio a varejo da cidade. Reunidas novamente no Campo das Bromélias ou em suas imediações, as filhas de Marta encontram as várias artimanhas do patronato junto ao qual as três se empregaram — duas delas de maneira mais duradoura. Além disso, o reencontro dessas mulheres permitirá que a análise recupere posteriormente, sob novas bases, o problema da formação e da reprodução das aristocracias operárias e do sentido ideológico das sociabilidades locais, com seus deslocamentos entre altruísmo e egoísmo. Com o olhar atento aos diversos processos extraescolares que descrevemos, poderemos ver como os administradores de uma rede varejista multinacional se mostram hábeis em sua mobilização para a produção de uma hegemonia patronal: avaliações, boletins, ritos e todo um vocabulário de inspiração deliberadamente escolar ainda fazem parte do cotidiano dessas mulheres, mesmo antes de se tornarem, também, mães.

2.1 Solidariedades em transformação

Uma importante estratégia de Marta para integrar-se à economia local da dádiva era o cuidado temporário de crianças de outras famílias locais. Essa sociabilidade, originalmente agrária, do cuidado compartilhado de crianças em terreiros, chácaras e quintais de residências matronais, ainda é uma importante estratégia das camadas populares urbanas brasileiras para otimizar a divisão social do trabalho doméstico entre redes de mulheres, e para transmitir, às mais jovens, os saberes e valores da maternidade (GUEDES, 1998). Na vida de Marta e suas filhas, a presença corriqueira de crianças de outras famílias e suas mães limitou a intensidade dos castigos que a membresia da paróquia local buscava impor, mesmo que a frequência dessas crianças da região tenha sido um pouco menor — ou, segundo veremos, qualitativamente diferente — a partir dos anos 1990. É significativo que algumas crianças do Campo das Bromélias, hoje, tenham Marta como uma espécie de “avó afetiva”: são as crianças nascidas àquela geração que cresceu junto à casa de Marta em meados da década de 1980.



Figura 8. *A matrona na rua principal.* Campo das Bromélias, 1994. Autoria de Janine Silva. Acervo da Família Silva. Da direita para a esquerda, Emília, Marta e Rita.

Alguns entre os comensais de Marta nos anos 1980 chegam a reconhecer suas filhas, correspondentemente, como “irmãs afetivas” — certamente não é o caso da maioria, embora seja, decididamente, o de Rita. As relações que os membros da geração das filhas de Marta mantêm uns com os outros são bem diferentes daquelas que as matronas mantêm entre si: essa segunda geração, porque ainda reverente às antecessoras, concede que suas crianças reconheçam avós afetivas pelo bairro. A concessão, porém, não corresponde mais aos principais elementos de formação de condutas entre esses adultos. Para compreender adequadamente as transformações dos costumes locais em tempo relativamente curto, é necessário dirigir a atenção aos diferentes processos formativos a que as filhas de Marta e seus contemporâneos foram expostos.

Certamente, Marta tentou transmitir às suas filhas o conjunto de sua formação camponesa, mas a própria matrona estava, ela mesma, em transformação, reinventando-se para resistir às dificuldades específicas da sobrevivência na cidade. Os valores do ambiente agrário como uma imagem idílica de fartura — algo reforçado, como se viu, pelo efeito material e afetivamente positivo das visitas da Família Silva à Zona da Mata mineira — foram integralmente transmitidos às filhas de Marta e às de outras matronas de extração camponesa locais. Isso está em certo contraste, porém, com um fato mais concreto da formação de suas filhas: nenhuma delas jamais aprendeu ofícios tipicamente agrários, ou chegou a dominar a flora local e servir-se dela com a mesma perícia das matronas. As atividades e valores que lhes foram transmitidos por Marta consistiram, principalmente, na autoconstrução da moradia, no trabalho doméstico em geral e na participação junto aos mecanismos locais de solidariedade e reciprocidade.

A decisão de não transmitir ofícios rurais é, em ampla medida, deliberada: a matrona ouvia as queixas de suas meninas quando vizinhos as provocavam pelo fato de sua mãe os exercer. Janine e Emília, em particular, queixavam-se sempre das provocações e, também, da conduta de Lydia, já adolescente, que se recusava a cumprir quaisquer dessas tarefas e ser chamada de “porca” ou “roceira”, pois, segundo afirmava, “nunca conseguiria arrumar namorado buscando lavagem”¹. O que Marta ambicionava para as filhas era o exercício do que chamava “trabalhos reconhecidos”, consciente de que se insinuavam, contra a franja meridional de Bangu, estigmas ligados à origem camponesa.

¹ Lydia, Janine, Emília e Rita, em entrevista à autora, em 20 de janeiro de 2019.

O principal entre esses trabalhos reconhecidos, à frente de qualquer outro em prestígio ou devoção, na imaginação de Marta, era aquele que ela acalantava com respeito a si própria, desde seus dias em Felicidade: tornar-se professora, de alguma maneira, algum dia. Marta via com semelhante simpatia quaisquer empregos — ou mesmo subempregos — que pudesse considerar “urbanos”: no comércio local, no serviço contínuo e seguro a famílias “bem situadas” das zonas de gentrificação fora da franja etc. Outras matronas, a quem nasciam meninos, podiam sonhar em vê-los engajados nas Forças Armadas — na força terrestre, particularmente — ou na Polícia, unindo-se a mulheres de extração propriamente urbana. Assim, percebe-se que Marta e as matronas de sua geração sempre buscaram selecionar os aspectos dos processos formativos extraescolares de sua prole de maneira a lhes urbanizar o espírito e promover, desse modo, segundo acreditavam, algum horizonte de mobilidade social ascendente.

As ocupações dessas próprias matronas e de seus companheiros, nesse sentido, eram vistas como algo pernicioso ou impróprio para transmitir à prole. As expectativas de seus pais impunham às filhas de Marta uma experimentação contínua de novas atividades que, a partir do feitio apenas superficialmente infantil, as orientasse no sentido de sociabilidades urbanas. Algumas dessas habilidades foram discutidas no capítulo anterior; outras foram surgindo naqueles mesmos anos. Lydia, por exemplo, zelosa e orgulhosa de suas responsabilidades como primogênita, começou a vender pulseiras e adereços que aprendera a fazer sozinha, para si própria, e levantar algum dinheiro. Na confecção das pulseiras, aproveitando a semelhança delas com uma moda da ocasião, conseguia comprar um uniforme escolar si — que seria, nos anos seguintes, passado a Janine e Emília — ou suprir alguma necessidade mais urgente da família etc.

O desempenho da primogênita na manufatura é uma memória bastante viva das três irmãs, despertando-lhes demonstrações evidentes de euforia e orgulho sempre que evocadas, em nossas conversas. Emília, bem mais jovem, encontrara outra “brincadeira produtiva”: seguir Francisco pelas ruas de Bangu em busca de latas e metais com algum valor comercial. Ao perceber que os olhos de Emília estavam sempre atentos a qualquer pilha de lixo, Marta interveio, de sorte que isso não acontecesse mais: desesperava-lhe ver sua caçula fazer como Dona Ana, ainda nos dias mais difíceis da chegada ao Rio de Janeiro. Janine não tinha ocasião de ser tão inventiva: ajudar com os porcos e com a cozinha já consumia a maior parte de seu tempo e energia.

As queixas de Janine e Emília a propósito das chacotas da vizinhança eram bastante grandes e, a certo ponto, foram capazes de modificar a estratégia de Marta para a alimentação dos porcos. Com a adolescência de Janine, e também indignada com sua humilhação por crianças da rua, Marta passou a comprar sacas de milho e cevada a um chacareiro que havia se apossado de um terreno na outra margem do rio. Trazer a ração dos porcos em sacas inteiras sobre o carrinho de mão foi, para Janine, uma forma de ritualizar sua dignificação diante da vizinhança: não transportava mais os restos da boa vontade alheia, mas os bens adquiridos com seu próprio dinheiro. Marta compreendeu rapidamente as vantagens — simbólicas e materiais — em proceder desse modo: além de permitir que ela e suas filhas se apresentassem como consumidoras, a compra da ração se mostrava bem mais vantajosa que buscar restos de comida para os porcos, pois as contrapartidas exigidas equivaliam facilmente a um animal inteiro, ao fim do ano. Esse deslocamento com relação à economia da dádiva torna-se decisivo na formação da segunda geração, ajudando a explicar a escassez de irmãs e irmãos afetivos.

É oportuno, aqui, realizar um aparte teórico com relação ao desempenho das atividades econômicas informais da infância e da juventude das filhas de Marta, mas com ressalvas importantes. Se é verdadeiro que a visita aos textos marxistas e à trajetória da classe operária em potências industriais da Europa ocidental poderia recomendar que eu evitasse uma “demonização” apressada ou incondicional do trabalho infantil — típica de sensibilidades burguesas — é absolutamente necessário caracterizar as “brincadeiras produtivas” das filhas de Marta por aquilo que elas são. Trata-se, em seu conjunto, de uma forma aprofundada de exploração, característica de zonas de relegação do exército industrial de reserva em contextos de capitalismo dependente.

Na “brincadeira produtiva”, é importante observar a composição da própria expressão: a contrário do que ela poderia sugerir, o produtivo é o termo principal, e a brincadeira, o termo acessório. O elemento lúdico, sempre condensado naquilo a que poderíamos denominar *reserva mínima de infância*, é um elemento incidental de uma forma particularmente perversa de integração à economia da franja, de uma efetiva “produção”, socialmente necessária, e apenas eventualmente “brincante”. Essa reserva constitui o mínimo que, nesse contexto, é capaz de separar as funções de crianças e adultos, havendo possibilitado, por exemplo, a frequência das meninas de Marta aos aparelhos escolares institucionais da região — a certo contragosto de Francisco.

“Brincadeira produtiva” ou “produção brincante”, essa maneira de integração das filhas de Marta aos mecanismos locais de exploração possui, também, suas contradições. A partir delas, as meninas puderam intervir de maneira direta — como veremos na seção seguinte — sobre as forças sociais em desenvolvimento no Campo das Bromélias. O exame dessas contradições exige revisitar o elemento experimental ou contingente das ocupações das filhas de Marta quando não estivessem diretamente engajadas nos aparelhos escolares institucionais

A autoconstrução da moradia, a confecção de objetos — adereços, roupas, perfumes etc. — a partir de restos, a criação de animais, a coleta de espécies vegetais comestíveis fora de comércio, ou de restos de metal com algum valor consistem, na trajetória das filhas de Marta, em processos formativos extraescolares de grande importância, mesmo que tenham sido, também, expressões da mais cruenta exploração do trabalho infantil. O conjunto dessas atividades ainda preserva, de modo residual — e aí está a principal contradição — o que poderíamos chamar, a partir do pensamento de György Lukács, de forma constitutiva do trabalho, na medida em que a intervenção sobre mundo material é mediada por uma antecipação teleológica dos frutos do labor.

Poderíamos ir à letra dos textos e registrar como o trabalho constitutivo se torna “o modelo de toda a práxis social” (LUKÁCS, 2013:47), em uma atividade projetiva e definidora de todo o mundo da cultura a partir do meio natural (NETO; BRAZ, 2006:34). É a satisfação dessas mulheres, porém, ao imaginar a casa pronta, a roupa nova, os porcos limpos, a verdura fresca e o uniforme novo sobre a cama, que permite tanger sensivelmente o sentido libertador do trabalho como antecipação teleológica.

Contra o trabalho constitutivo, que forja o ser social a partir do animal humano, o aprofundamento da exploração capitalista impõe o trabalho alienado, buscando o efeito inverso, de reconduzir o ser humano às formas mais brutas de sua existência. A urbanização das sociabilidades da Família Silva é inseparável desse enfrentamento entre trabalho constitutivo e o alienado. É claro que a exploração do trabalho infantil, quando busca apropriar-se de *todo* o tempo ocioso — inclusive daquele necessário ao pleno desenvolvimento das aptidões físicas e psíquicas — é perversa em si mesma. As modalidades de exploração que se anunciavam, porém, no âmbito dos aparelhos educacionais institucionais e nos primeiros empregos formais que as filhas de Marta conseguiriam mostrariam logo as texturas de uma exploração ainda mais dura.

A exploração do trabalho a partir da propriedade privada dos meios de produção, com a apropriação de seus frutos por atores sociais ociosos, precede o desenvolvimento pleno do capitalismo, mas já aponta para a origem do trabalho alienado. No modo de produção capitalista, ensinava Marx, o que é martírio para o trabalhador é “fruição para um outro e alegria de viver para um outro” (MARX, 2004:86). Essa expropriação tende à desumanização do animal que esse mesmo trabalho havia, antes do surgimento da sociedade de classes, constituído como humano, reprimindo a aptidão para a antecipação teleológica e a expressão das formas culturais. É nesse sentido ontológico que Marx apresentava as formas mais dramáticas da alienação como embrutecimento:

A formação dos cinco sentidos é um trabalho de toda a história do mundo até aqui. O sentido constrangido à carência prática rude também tem apenas um sentido tacanho. Para o homem faminto não existe a forma humana da comida, mas somente a sua existência abstrata como alimento; poderia ela justamente existir muito bem na forma mais rudimentar, e não há como dizer em que esta atividade de se alimentar se distingue da atividade animal de alimentar-se. O homem carente, cheio de preocupações, não tem nenhum sentido para o mais belo espetáculo; o comerciante de minerais vê apenas o valor mercantil, mas não a beleza e a natureza peculiar do mineral; ele não tem sentido mineralógico algum; portanto, a objetivação da essência humana, tanto do ponto de vista teórico quanto prático, é necessária tanto para fazer humanos os sentidos do homem quanto para criar sentido humano correspondente à riqueza inteira do ser humano e natural. (MARX, 2004:110. Grifos do autor).

Os aspectos formativos e educacionais do trabalho constitutivo e do trabalho alienado estão centro das preocupações de Mario Alighiero Manacorda. Embora suas considerações digam respeito, principalmente, à relação que o pensamento de Marx mantém com aparelhos educacionais institucionais no âmbito de sociedades capitalistas desenvolvidas, seu texto vai bem além do “chão da sala de aula”, avançando em direção a uma descrição típica da subjetividade humana sob regimes formativos opostos. Com o conceito de unilateralidade, Manacorda resume a catástrofe civilizacional do trabalho alienado. Este, sobrepondo-se ao trabalho constitutivo e à omnilateralidade intrínseca ao ser social (MARX, 2004:108), se volta, inclusive contra todas as classes:

Dessa condição histórica do trabalho alienado — no qual a atividade humana, rebaixada de fim a meio, de automanifestação a uma atividade completamente estranha a si mesma, nega o próprio homem — decorre uma situação de “imoralidade, monstruosidade, hilotismo dos operários e dos capitalistas”, pois o que em um é atividade alienada, é estado de alienação no outro, e uma potência desumana domina a ambos. Eis aí o homem unilateral, fruto da divisão do trabalho [...]. (MANACORDA, 2007:42. Grifo meu).

Um importante vetor de unilateralidade — e, portanto, de trabalho alienado — na juventude das filhas de Marta apresenta-se sob a forma de aparelhos educacionais formais que, em fins do século XX, atuavam no Campo das Bromélias. Essas escolas, mesmo pertencendo às redes públicas de ensino do Estado e do Município do Rio de Janeiro, eram portadoras de hegemonias patronais bastante específicas, amadurecidas nas décadas anteriores, a partir do projeto da Ditadura Militar (1964-1985) — e do empresariado que apoiava o regime — para a educação formal e profissional, bem como para a repressão sistemática da classe trabalhadora. O gesto global de seu currículo implícito — recebido docilmente por influência do imperialismo norte-americano — consiste naquilo que Gaudêncio Frigotto, em seu *A produtividade da escola improdutiva*, denunciava como as *ideologias do capital humano*, que buscam, até o presente, reduzir o processo formativo e a subjetividade da classe trabalhadora em termos unilaterais:

[...] a visão de capital humano, além de estabelecer esse tipo de redução, vai reforçar toda a perspectiva meritocrática dentro do processo escolar. Assim como no mundo da produção todos os homens são “livres” para ascenderem socialmente, e *essa ascensão depende única e exclusivamente do esforço, da capacidade, da iniciativa, da administração racional dos seus recursos*, no mundo escolar, a não-aprendizagem, a evasão, a repetência são problemas individuais. Trata-se da falta de esforço, da “não-aptidão”, da falta de vocação. Enfim, *a ótica positivista que a teoria do capital humano assume no âmbito econômico justifica as desigualdades de classe por aspectos individuais*; no âmbito educacional, igualmente, mascara a gênese da desigualdade no acesso, no percurso e na qualidade de educação que têm as classes sociais. (FRIGOTTO, 1989:67. Grifos meus).

Essas ideologias se projetam contra as filhas de Marta, inicialmente, a partir de aparelhos educacionais institucionalizados aos quais elas próprias tiveram acesso. Seus preceitos fundamentais se mantêm e se integram ao senso comum, porém, a partir de novos aparelhos de hegemonia, reproduzindo a crença de que a renda do trabalhador é uma *retribuição* de seu capital humano acumulado — estudo, treinamento etc. — e de seus atributos morais — comportamento, assiduidade etc. Esse fenômeno, consistente com a aproximação, no capitalismo avançado, entre funções laborais e formativas, exige insistir, ainda com Manacorda, que “não é o marxismo, mas o capitalismo, a produção capitalista que [...] limita os trabalhadores ao ensino da prática” (MANACORDA, 2007:94). Desse modo, o que está em jogo, quando apresento as texturas das disputas ideológicas na franja meridional — a partir da mediação de aparelhos e processos extra e paraescolares — é a própria constituição de seus habitantes como sujeitos omnilaterais.

Abordarei outros vetores importantes de hegemonias patronais e unilateralidade nas seções seguintes, mas é necessário dedicar algumas palavras para a frequência das filhas de Marta aos aparelhos educacionais institucionais locais, e suas consequências sobre a trajetória da família. As sensibilidades camponesas de Marta, alimentadas por sua admiração pelo ofício de professora, faziam com que ela tivesse grandes expectativas com relação ao papel da escola na vida de suas filhas. Não se tratava de crer que as meninas acumulassem uma quantidade abstrata de capital humano², mas de esperar, de seus professores, uma contribuição propriamente urbana para que as filhas conseguissem um bom trabalho no futuro.

A escola significava, em geral, o local onde as meninas mostrariam à matrona e ao conjunto do Campo das Bromélias a véspera das mulheres que se tornariam: com o início da separação de Marta e Francisco, a escola também apresentava oportunidades diversas para a Família Silva afirmar sua estatura moral diante do conjunto das famílias da franja. Quando as filhas de matronas que haviam condenado a separação de Marta e Francisco passavam por alguma experiência que ela entendesse repreensível — repetir de ano, ficar grávida, brigar na rua etc. — ela celebrava com grande insistência a exemplaridade de suas filhas: “nunca uma filha minha repetiu de ano”, “minhas filhas sempre tiveram responsabilidade”, “eu sempre tive pulso firme” e outras frases do tipo são verdadeiros bordões, ditos até hoje, sempre que a ocasião lhe parece exigir.

Mas a quem, de fato, incumbia o comparecimento ao espaço escolar e o contato com seus profissionais, no interesse da matrícula e do acompanhamento das meninas? A resposta não é simples, pois apesar de Lydia, Janine, Emília e Rita haverem frequentado exatamente as mesmas escolas, as quatro mulheres estão separadas por mais de uma década, e é bem difícil generalizar sobre o assunto. A matrona foi particularmente frequente ao aparelho escolar no interesse da Lydia e Janine, incumbindo a primogênita de substituí-la na função sempre que possível, no interesse de Emília. O caso de Rita é ainda mais ambíguo, tratando-se de uma filha “de criação” que, afinal, não chegaria a concluir o atual quarto ano do Ensino Fundamental. A responsabilidade compartilhada pela criação de Rita significava, nesse caso, que ela também fosse fragmentada e descontinuada, o que se reflete, até hoje, na hierarquia relativa das mulheres da família.

² A noção implica uma expressão quantificável e acumulável, como a própria forma-dinheiro. O que a matrona esperava, porém, era uma formação *moral*: a escola era uma propedêutica do bom trabalho.

Se é difícil generalizar ou buscar alguma síntese da passagem das filhas de Marta pelo aparelho educacional institucional local, a cerimônia retratada na figura 9 ainda é a que melhor poderia mediar a tarefa. Trata-se da ocasião do fim do ano letivo de 1993, quando Emília, acompanhada por Lydia, recebia, do professor Luís Otávio, o diploma de conclusão do primeiro segmento do Ensino Fundamental e uma caixa de bombons. Tratava-se de um prêmio que os professores decidiram dar, espontaneamente, como homenagem aos “melhores alunos” da escola. Esse prêmio, certamente pensado como gesto de estima e carinho, da parte dos professores — cujo largo e sincero sorriso é desfigurado pelas exigências metodológicas do tratamento das imagens — também sugere uma memória bastante alegre da Família Silva, de Lydia, em particular.

Decidi fazer o possível para não violar essa alegria em nossas reuniões, deixando para estas páginas a interpelação do amargor que se esconde naqueles bombons: sua oferta reforçava uma tendência a práticas competitivas que surgiam em meio à geração das filhas de Marta, e corresponde a um dos preceitos mais basilares das ideologias do capital humano. Como uma disposição naturalizada, um *ethos* (CÊA, 2007), essas práticas competitivas se afastam decisivamente da economia da dádiva que ainda vige entre as matronas do bairro. A ocasião da fotografia, aliás, também investia diretamente sobre essas senhoras: observo que as grades que delimitavam os vários espaços da escola — algo bem comum dentro e fora da Franja — estavam abertas, permitindo a entrada de todos em um evento de certa importância, destinado a inculcar esses novos valores no conjunto dos habitantes da franja meridional de Bangu.

A caçula e a primogênita, na ocasião, representaram a maior realização moral e escolar da Família Silva diante do bairro: as meninas, contra quem pesava tanta maledicência, eram, finalmente, apresentadas publicamente como bons exemplos. Mas a imagem da cerimônia também é importante pelo que ela não diz. Emília confessa, em uma das dinâmicas, estar um pouco contrafeita, naquela ocasião: “é claro que eu estava feliz, mas aí de mim se eu não ganhasse aquele prêmio!”³. Sua angústia era compreensível, pois a cerimônia afrontava sua agência individual, tornando-a, como a caixa de bombons, um objeto mais ou menos especial, um prêmio dos esforços de Lydia, um manequim a desfilarem com um capelo e um pálio feitos pelas mãos hábeis da irmã.

³ Lydia, Janine, Emília e Rita, em discussão mediada, em 9 de março de 2019.

A caçula funcionara, de fato, como um instrumento de divulgação dos esforços de Lydia: enquanto o professor Luís Otávio premiava Emília, não deixava de observar, aos adultos presentes, que a moça que a acompanhava também era professora, “uma excelente explicadora”, a cujo trabalho poderia seguramente atribuir um papel decisivo na excelência de sua aluna. Isso introduz a uma característica singular da franja meridional de Bangu, decorrente do desenvolvimento desigual e combinado da região: havia uma série importante de (des)continuidades entre o funcionamento do aparelho educacional institucional e os processos formativos extraescolares do espaço doméstico. No Campo das Bromélias, essas (des)continuidades foram expressas, ao longo de pouco mais de uma década, no funcionamento de um aparelho paraescolar específico, controlado diretamente pelas mulheres da Família Silva.



Figura 9. *Emília, ao fim do Ensino Fundamental I, recebe o diploma e a premiação de melhor aluna da série, das mãos do professor Luís Otávio. Campo das Bromélias, 1993. Autoria não identificada. Acervo da Família Silva.*

2.2 O espaço paraescolar da Família Silva

Para compreender o surgimento e o desenvolvimento do espaço paraescolar da Família Silva, é adequado recuperar o episódio da formatura de Emília e buscar seu sentido como um entrelaçamento de múltiplos saberes, valores e hegemonias. Tanto o aparelho escolar institucional quanto os processos formativos extraescolares aos quais a geração das filhas de Marta foi exposta estavam em transformação, entremeados por uma matriz de costumes agrários e pré-capitalistas, por sociabilidades urbanas próprias do capitalismo avançado e por diferentes projetos de hegemonia patronal, que incluíam tanto o já decadente empreendimento têxtil quanto as empresas de comércio a varejo que o vieram sucedendo, com o passar dos anos, na paisagem e na economia de Bangu.

Esta seção permite observar e problematizar em que medida espaços paraescolares como o que as mulheres da Família Silva constituíram não são apenas reflexos das hegemonias em conflito, mas mediadores ativos de suas contradições. A análise poderá explorar alguns sentidos dessas mediações e buscar essa agência conforme ela se apresentava na residência de Marta e no Campo das Bromélias, mas não creio ser possível ou desejável pacificar, de maneira definitiva, em que medida nossas participantes influenciam e são influenciadas pelas forças sociais.

Lydia, na ocasião em que era recomendada pelo professor Luís Otávio, com a dignidade e o respeito que ele poderia emprestar a uma colega, já era, de fato, experiente no serviço paraescolar: prestava-o sistematicamente, sob remuneração recorrente e em dinheiro, desde 1986, após haver adquirido alguma segurança ajudando na alfabetização das crianças que frequentavam a casa de Marta. Se a comenda do professor era fonte de satisfação e orgulho para toda a família, ela também possuía um significado econômico direto: era a partir dessas relações informais que Lydia passara a cultivar com professores de aparelhos institucionalizados de ensino, particularmente, professores das crianças sob seu cuidado, que a *escolinha* poderia receber um fluxo estável de crianças:

Nem tinha mais espaço direito, mas além da mesa e dos bancos que meu pai havia feito, uma das mães falou com o pastor da igreja que ela frequentava, e ele mandou entregar um banco lá em casa que dava pra umas cinco crianças. Cada mureta dava pra mais duas... acho que eu e a Janine chegamos a ter quase trinta crianças, dependendo do turno⁴.

⁴ Lydia, em entrevista à autora, em 2 de março de 2019.

Em uma perspectiva multigeracional, a *escolinha* participa de um processo de conquista da autonomia das mulheres da Família Silva, que começa com a retomada das relações entre a Dona Ana e Marta, em inícios dos anos 1980, e termina quando suas filhas começam a conseguir empregos formais — a “carteira fichada”, na terminologia ambígua da matrona — e a constituir suas próprias famílias. A trajetória da *escolinha* corresponde, em termos gerais, a quatro grandes fases.

Em uma primeira fase, entre 1984 e 1986, Lydia, ainda criança, vinculada aos termos da economia da dádiva e da experimentação produtiva que apresentei na seção anterior, ajudava na alfabetização de outras crianças que frequentavam a residência matronal. Isso aumentava o fluxo de mulheres na residência e servia para limitar os abusos de Francisco; exigia, ao menos, que eles acontecessem de maneira um pouco mais discreta, de modo a não chamar a atenção dos comensais. Além disso, o cuidado de crianças, nessa fase preliminar do espaço paraescolar, colocava Marta em posição de exigir, às famílias dessas crianças, contrapartidas informais pelos cuidados que ela e sua primogênita prestavam — alimentos, no mais das vezes.

A segunda fase da *escolinha* corresponde ao período em que Lydia, no início da adolescência, começava, por sugestão de outra matrona da vizinhança, a exercer o serviço paraescolar por meio de remuneração mensal em dinheiro. Esse período se encerra em 1989, quando o início da separação de Marta e Francisco viria a pôr toda a estrutura de subsistência e as relações vicinais da Família Silva à prova. Como, em 1989, já não havia praticamente nenhuma criança não pagante na *escolinha*, o poder das senhoras paroquianas sobre o sucesso dessa atividade era bastante limitado. O que importava era que Lydia fazia crianças passarem de ano por dinheiro, sendo respeitada tanto pelas famílias que pagavam por seu serviço quanto pelos professores que, nos aparelhos educacionais institucionais, atestavam o efetivo progresso das crianças⁵.

⁵ Observo que esforços para abordar, entre os espaços paraescolares, as especificidades das chamadas *escolinhas*, apesar de pouco numerosos no conjunto da literatura, chegam a conclusões interessantes sobre seus efeitos na trajetória de sua clientela entre os aparelhos educacionais institucionais. Nesse sentido, Maria Olga Ferreira de Melo (1982) já destacava vários aspectos da complexidade das relações entre os dois espaços. *Escolinhas* costumam prosperar quando há, entre os profissionais de cada tipo de aparelho, uma relação de, no mínimo, coexistência negociada — ou, no caso da Família Silva, de ampla sanção dos profissionais das instituições oficiais. Além disso, mesmo que sejam frequentemente tematizadas como serviços de reforço escolar, as *escolinhas* não são apenas o lugar de crianças com “dificuldades de aprendizagem”, mas espaços de cuidado compartilhado de crianças cujas mães trabalham fora do lar.

A terceira fase da escolinha, portanto, se inicia com o fluxo de crianças para o ano letivo de 1990, confirmando seu sucesso e representando uma derrota tanto para a rede de fofocas da paróquia local quanto para Francisco, por ela defendido. Ao longo dessa etapa, Lydia tentava dividir suas responsabilidades com Janine, embora esta não fosse tão exigente com os alunos e nem tivesse, junto aos professores da Escola Municipal local, o mesmo prestígio. Ao longo deste período, acredito que eu tenha sido a última aluna não pagante, afora Rita, das filhas de Marta, algo facilitado pela amizade profunda entre ela e minha própria mãe. O fim do ano letivo de 1993, cujo ritual foi apresentado anteriormente, com Lydia e Emília, marca o fim dessa terceira fase da *escolinha*.

Lydia, já noiva de seu primeiro companheiro, e em uma busca incansável por algum emprego formal, conseguiu deixar a escolinha nos primeiros meses de 1994. Seu receio quanto à continuidade da escolinha e ao sucesso de Emília fez com que ela e Marta, após falarem com minha mãe, me convidassem para assumir as responsabilidades do turno vespertino — e, portanto, do acompanhamento direto de Emília na segunda etapa do Ensino Fundamental. Enquanto isso, Janine continuava lecionando pela manhã, ainda buscando empregos formais que, em breve, acabaria conseguindo.

Posso dizer que eu mesma presidi a última fase da *escolinha*: no ano de 1995, recordo que eu já cuidava dos alunos sozinha, ajudada por Emília, durante a tarde, embora ela fosse quatro anos mais nova. Isso impôs um dilema: eu não conseguira vaga em nenhuma escola de Bangu para cursar o Ensino Médio; e minha própria mãe não tinha mais energia para interceder. Não diria que meus próprios irmãos tinham uma posição privilegiada, mas eu mesma, como caçula, precisei realizar o Ensino Médio por minha própria conta, às minhas próprias custas, em um curso supletivo na rua Rio da Prata. A *escolinha* durou apenas o suficiente para que eu terminasse meus estudos, em 1998 e, com a ajuda de Janine, conseguisse emprego em uma rede varejista local. Emília, sem a *escolinha*, conseguiu, por influência de cabos eleitorais de uma vereadora que abordei no capítulo anterior — e para quem chegamos a trabalhar, em finais de semana — cursar o Ensino Médio em um disputado colégio público no centro de Bangu.

É nas próprias atividades e no cotidiano da *escolinha* que poderemos apreender e analisar as contradições formativas que se impunham à franja meridional de Bangu durante aqueles anos. Elas, ao fim, orientam a formação local das hegemonias em um sentido específico, que encontraremos, inicialmente, nas redes do comércio a varejo.

O desempenho do espaço paraescolar da Família Silva possui contradições importantes em todas as etapas de sua existência e entre todas as mulheres que participaram dele. Essas contradições começam na própria conformação da residência matronal. Os leitores se recordarão que, ao longo de praticamente toda a existência da *escolinha* da Família Silva, no mesmo terreno, de cerca de 100m², Marta trabalhava com serviços de lavanderia, criação de aves — e, posteriormente, porcos — e cultivo de algumas espécies vegetais úteis para si. A existência do espaço paraescolar, portanto, se desenvolve de tal modo imersa em práticas rurais, que os costumes pré-capitalistas e camponeses da Franja existiam em continuidade com os discursos vindos do aparelho escolar institucional. Mais seriamente, estes discursos eram processados por meio do costume e, sob esta forma arcaizada, eram devolvidos aos aparelhos institucionais. Considero que Lydia era bastante consciente do estigma territorial que pesava sobre as continuidades agrárias da Franja: assim, a composição da figura 10 parece enfatizar e exaltar os livros, enquanto instrumentos e materiais necessários para a autoconstrução, não apenas da casa, mas das almas, no sentido de uma formação propriamente urbana.



Figura 10. *Aspecto de uma das mesas de trabalho.* Campo das Bromélias, 1991. Autoria não identificada. Acervo da Família Silva. À cabeceira da mesa, entre três alunas, Lydia.

Como espaço de *autoconstrução da formação* e mediador de hegemonias rurais e urbanas, a *escolinha*, ironicamente, levou os sonhos mais preciosos de Marta a termo: ela se tornava, com o sucesso das aulas e segundo os próprios alunos, “a diretora”. Não se trata apenas da suposição discente de que ela, sendo a matrona da casa e a mãe de Lydia e Janine, tivesse ascendência e autoridade sobre o que acontecesse ali: pelo que pude apurar entre as memórias da família quanto aos primeiros anos da *escolinha*, Marta funcionara, de fato, como uma autoridade paraletiva, de entremeio às que aparelhos educacionais formais mantêm, com os cargos de diretora e coordenadora pedagógica.

Marta relata com grande satisfação as ocasiões em que, descansando de algum dos seus afazeres, ela se sentava junto à porta da varanda para observar e ajudar alguma criança com suas dificuldades de aprendizado ou adaptação, com questões de disciplina etc⁶. Suas filhas, em regra, lidavam com as crianças e suas famílias, mas era a própria matrona quem mediava, em última instância, todos os conflitos que surgissem nas atividades do espaço paraescolar: isso alcançava a disciplina, as relações com os pais e, até mesmo, o mérito dos conteúdos das lições.

Aqui se apresenta a primeira irrupção do fator sociolinguístico no espaço paraescolar da Família Silva: o padrão normativo da língua portuguesa falada no Brasil foi desenvolvido a partir da hegemonia carioca e cortesã, com os olhos em Lisboa, e sempre em aberto desprezo pelas variantes do idioma faladas no vetor de ocupação do território que se projeta a oeste, a partir de São Paulo. As formas dialetais e os costumes do campesinato do Sudeste e do Centro-Oeste do país são de tal modo abominadas pelas hegemonias que construíram essa norma culta brasileira que o chamado *caipira*, antes de sua redenção entre os linguistas, seria imortalizado e caricaturado, nas páginas de Monteiro Lobato, como um dos grandes símbolos do atraso nacional.

É sobre esse pano de fundo da indignidade do português de matriz camponesa — aos olhos dos aparelhos educacionais institucionais — que emerge uma das dimensões mais decisivas da agência das mulheres no espaço paraescolar da Família Silva. A língua e a palavra da matrona eram recebidas com uma deferência que retornava à Escola Municipal sob a forma de uma narrativa contrária, de que nas Minas Gerais estaria a forma mais “correta” e “autêntica” do português do Brasil.

⁶ Dinâmica de grupo, em 23 de março de 2019.

Evidentemente, a literatura acadêmica não pode corroborar nem confutar essa ideia, mas é extremamente significativo o fato de que ela tenha surgido entre as participantes, de que o vernáculo, conforme falado por Marta, tenha se imposto contra a norma culta dos aparelhos oficiais. Se as mulheres do espaço paraescolar e suas crianças não chegavam a brandir a língua de Marta como “correta” ao ponto de emendar e reescrever os livros didáticos, reconheciam-na de modo quase espontâneo como uma forma válida e digna do vernáculo, mesmo que essas qualidades fossem, na teoria nativa, limitadas à língua falada⁷.

O aparelho educacional institucional — principalmente quando trilha os passos de um projeto autoritário-modernizador de nação — é difusor de uma forma particular do vernáculo: se acompanharmos a lição de Paolo Vittoria, não será difícil perceber que o aparelho educacional e fortemente heteronômico que ele denominava *escola colonial*, faz sempre questão de exaltar uma língua que é, aos ouvidos dos discentes e suas famílias, inteiramente *estrangeira* (PEREIRA; VITTORIA, 2012:305). Essa língua estrangeira é o que chamamos “norma culta” ou “português correto”, ela é a língua do colonizador — ora representado pelo professor, nos aparelhos educacionais formais, ora representado pelo socioleto dos gerentes-gerais e feitores, nos aparelhos laborais que lhe sucedem.

Essa língua estrangeira, portanto, não existe acima das realidades humanas: a “boa língua”, o “bom português”, é sempre língua de uma classe, a língua do burguês, pois “a classe que é o poder *material* dominante numa determinada sociedade é também o poder *espiritual* dominante” (MARX; ENGELS, 2002:48. Grifos dos autores). Entre as camadas mais vulneráveis da franja meridional de Bangu, portanto, ninguém pode “falar direito”. Aqui também opera toda a violência epistêmica (SPIVAK, 2010), mas é no sentido mais rasteiro e literal que o subalterno “não pode falar”.

⁷ Relato uma característica interessante da dinâmica de grupo em que abordamos o uso da língua mais detalhadamente. Foi possível perceber que as filhas de Marta se esforçam para pronunciar a letra S terminal das sílabas como uma consoante fricativa alveolar não vozeada [s], como em “passeio”, a mesma valência que ela tende a possuir em Minas Gerais. No Rio de Janeiro, diferentemente, é mais comum que, a mesma letra tenha a valência de uma consoante pós-alveolar não vozeada [ʃ], como em “peixe”. Deste modo, essa observação um tanto lateral permite perceber que, embora o padrão hegemônico do vernáculo a que essas mulheres são expostas tenha mudado significativamente, como veremos, a fala das Minas Gerais ainda ocupa um lugar importante em suas estratégias de dignificação, pois percebem que as articulações fluminenses da letra S terminal é “errada” ou desprestigiada — especialmente se ela for articulada como uma consoante vibrante alveolar [r] ou uvular [R], como em “verme”.

Sei que referência a Spivak não convida conclusões particularmente otimistas: é até bem possível que as hegemonias divergentes representadas pelas componentes pré-capitalistas da *escolinha* tenham sido, afinal, derrotadas, sucumbindo às tramas de uma burguesia educadora. Alertei, porém, que responder definitivamente sobre isso escapa às pretensões dessa investigação; será suficiente haver demonstrado que as participantes são agentes sociais em sentido pleno, mesmo que, em algum momento, estejam perdendo o jogo. Antes, porém, de liquidarmos o placar da escolinha em uma pequena história sobre futebol e meu próprio sentido de responsabilidade pessoal nisso, é necessário considerar outros aspectos das contradições do espaço paraescolar da Família Silva.

A *escolinha* não possuía um currículo diretivo próprio: nesse sentido, ela funcionava a partir de uma tentativa continuada de apropriar-se dos conteúdos, das práticas e dos discursos que recebia do aparelho educacional formal, almejando a urbanização das mentalidades e a formação em sentido amplo — tanto das mulheres que se articulavam para o funcionamento do espaço paraescolar, quanto dos alunos que o frequentassem. Esse objetivo, por mais que a *escolinha* fosse uma mediadora de sociabilidades camponesas, operárias e burguesas, não fazia dela um ambiente necessariamente emancipador ou dialógico. Lydia, por exemplo, não adquirira sua reputação sendo uma boa colega de seus alunos, ou uma figura particularmente carismática, mas sendo tão rígida quanto cada uma dessas diferentes sensibilidades o exigisse: era justamente isso que as famílias dessas crianças esperavam e exigiam dela.

Em uma de nossas reuniões, Lydia chega a confessar que gostaria de não ter sido tão dura, mas não acredito que esse rigor se deva somente a características individuais: Marta também costumava reforçar os castigos e a exposição das crianças “bagunceiras”, ou que não obtivessem boas notas, frequentemente com bordões que recordavam a escola rural, o uso da palmatória, a continuidade entre ser bom aluno e bom trabalhador etc. Os castigos eram, frequentemente, uma oportunidade para as crianças irem para os fundos do terreno, para junto da matrona e seus próprios afazeres: sem deixar de conversar com as crianças sob punição, Marta proferia longos discursos sobre disciplina, honestidade, e, inclusive, sobre os castigos físicos que, em um tempo não tão distante, existiam na sala de aula ou no chão dos quintais e terreiros. Curioso incidente biográfico: sonhando sempre em ser professora, mesmo sem nunca exercer o magistério, Marta conseguiu que sua casa se tornasse um ponto nodal na formação de toda uma geração.

Janine, ao contrário de Lydia, jamais conseguiu o mesmo respeito das famílias: sendo mais jovem e possuindo temperamento mais ameno que o da irmã, costumava precisar da intercessão dela ou da própria “diretora”. Segundo seu próprio julgamento, ela não necessitava tanto de Marta ou de Lydia assim; de fato, ela própria tomava a iniciativa de buscar a ajuda de professores das séries mais avançadas na escola onde estudava, para perguntar uma ou outra coisa que ela ainda não houvesse aprendido. Não sendo tão disposta a aplicar castigos aos seus alunos, Janine desenvolveu outra estratégia para angariar o reconhecimento das famílias: sabendo-se especialmente carismática, ela aprendeu e aperfeiçoou maneiras para criar e manter uma imagem de seriedade e respeitabilidade. A imagem da figura 11 ritualiza esses esforços em uma fotografia de fim de ano: seu *tailleur* — feito, novamente, pelas mãos de Lydia — e a confiança com que segura a mão de Rita foram uma boa peça de divulgação para o ano seguinte.



Figura 11. *Turma de Janine Silva em formação.* Campo das Bromélias, 1992. Autoria não identificada. Acervo da Família Silva. À direita, Janine posa com os alunos, em traje feito por Lydia. A primeira criança à direita, junto de Janine, em traje rosa, é Rita, que, à época, ainda frequentava as duas escolas.

Como aluna da escolinha e, pouco tempo depois, “professora convidada”, testemunhei alguns dos episódios mais tensos da separação definitiva de Marta e Francisco, seja porque esses episódios, eventualmente violentos, necessariamente transbordavam sobre as atividades do espaço paraescolar, seja porque minha mãe, que ainda vivia nos fundos de uma das casas vizinhas, era uma importante confidente da matrona. O fato é que, quando eu mesma assumi a responsabilidade pela escolinha e pelo acompanhamento de Emília e Rita, o ambiente que eu tinha ao meu dispor era inteiramente diferente daquele em que Lydia e Janine trabalhavam: foi um período de decadência da escolinha, talvez mais pela carestia que atingia a região do que pelos próprios problemas da Família Silva e de seu hóspede inconveniente.

Assim, narrar a expulsão definitiva de Francisco seria bulir com memórias bastante tensas da Família Silva, sem proveito. Por mais orgulho que a “reconquista” da residência matronal pudesse inspirar, Marta estava visivelmente desgastada com o processo, e suas duas filhas mais velhas passavam cada vez menos tempo em casa, já ocupadas em uma sequência de empregos formais no centro de Bangu ou, por outro modo, nas imediações do ramal ferroviário. Essa nova disposição da casa de Marta, e a menor frequência de crianças, com o afastamento de Lydia, mal rendia o suficiente para que eu pagasse minhas mensalidades no colégio, e para que Emília, então no início da adolescência, começasse a adquirir alguma responsabilidade com dinheiro. Rita, que já acumulava, no início de 1995, algumas repetências, começava a aparecer cada vez menos na *escolinha*; nessa solidão, com um prognóstico sombrio para a continuidade dos meus próprios estudos, concebi, meio sem querer, uma estratégia para atrair mais alunos.

Percebi, em algum momento, que muitas famílias abusavam um pouco dos atrasos na hora de buscar as crianças. Eu havia organizado três turnos diários, dois vespertinos, de duas horas cada um, mas era bem comum que mais da metade da turma anterior ainda estivesse no quintal de Marta enquanto os alunos do turno seguinte chegavam. Eu e Emília, em vez dos castigos, decidimos premiar boas notas e comportamento com o direito de brincar durante os últimos vinte minutos de cada turno. Essas brincadeiras, rapidamente, se transformaram em futebol, e dirigiram um fluxo incomum de meninos para a *escolinha*, ávidos para tirar boas notas e jogar. Durante dois anos, foi nossa galinha dos ovos de ouro, para usar uma imagem camponesa, até que uma das mães, injuriada com a existência do torneio, espalhasse a fofoca, em fins de 1998.

Em retrospecto, observo uma ironia cruel, no fato de que eu, pretendendo limitar os castigos contra os alunos, lhes impusesse outros, talvez tão violentos quanto a exposição, o “chapéu de burro” ou as recordações da palmatória. Em minha defesa, Emília interveio na discussão, observando que as notas dos alunos falavam a nosso favor⁸. A certo ponto, mesmo com a defesa carinhosa, reconheço-me inteira na imagem freireana do opressor hospedeiro (FREIRE, 2011) quando recordo que o patronato da fábrica de tecidos impunha os mesmos critérios de desempenho e conduta aos operários que desejassem fazer parte da equipe do *Bangu Athletic Club* (SILVA, 2017).

Os torneios de futebol da *escolinha* provavelmente não teriam acontecido nos anos anteriores, quando nem Marta e nem Lydia consentiriam com a prática. Sabiam bem melhor que duas adolescentes a maneira de lidar com as sensibilidades locais: as famílias locais jamais aprovariam o futebol. Eu e Emília pagamos o preço dessa ignorância com uma defecção que nos forçou a dissolver o espaço paraescolar. Felizmente, em 1998, eu havia concluído o Ensino Médio. Após conversar com Janine, conseguimos mobilizar nosso pistolão junto à influência de certa vereadora, para quem trabalhávamos de vez em quando, e assegurar a matrícula de Emília em um colégio estadual no Centro de Bangu, junto à praça Primeiro de Maio. Também passei o início de 1999 sentada na calçada de casa, pensando como levantaria algum dinheiro, até que Janine, mais uma vez, me conseguisse um emprego em uma rede varejista da região.

Creio que a contradição formativa mais decisiva em toda a existência do espaço paraescolar da Família Silva seja, justamente, a oposição entre a economia informal da dádiva e da reciprocidade, de um lado, e o *ethos* competitivo e as diversas práticas laterais de estigmatização, por outro. Entre o jogo e a competição, entre o altruísmo e o egoísmo, a geração das filhas de Marta tem, ainda hoje, diversos desafios que se interpõem entre a experiência e a consciência de classe. Será necessário observar como elas se movimentaram entre essas variáveis durante sua vida adulta. Percorrendo a narrativa de sua inserção laboral, teremos a oportunidade de ver que, se o conhecimento *acadêmico* sobre processos formativos extraescolares e paraescolares ainda é mais ou menos escasso ou marginal, o conhecimento *patronal* já instrumentaliza esses processos com facilidade, talvez proficiência.

⁸ Dinâmica de grupo, em 23 de março de 2019.

2.3 Laços e redes de uma burguesia educadora

Com a dissolução do espaço paraescolar e com o progressivo afastamento de suas filhas, Marta passou a aprofundar seus vínculos com Dona Ana e com sua parentela na Zona da Mata mineira. O início de seu relacionamento com Moreira — outro habitante antigo da Franja, cuja contribuição ao corpus da pesquisa foi destacada anteriormente — foi uma ocasião para a renovação e o aprofundamento desses contatos. Assumido após a expulsão definitiva de Francisco, em um período no qual suas filhas tornavam-se cada vez mais independentes, o relacionamento obtinha a sanção da maior parte do Campo das Bromélias e regiões vizinhas. Particularmente importante, entre as memórias da matrona nesse período, estão as viagens nas quais levava Moreira para conhecer seus tios e seu pai, Seu Antônio, que passou a viver como caseiro em uma região rural nos arredores de Manhuaçu, desde o tempo em que deixara Dona Ana. Nas imagens desse período, Marta parece sentir-se, com o fim da *escolinha*, a expulsão de Francisco e a formação de suas filhas, mais jovial e restaurada, liberada de grandes responsabilidades.

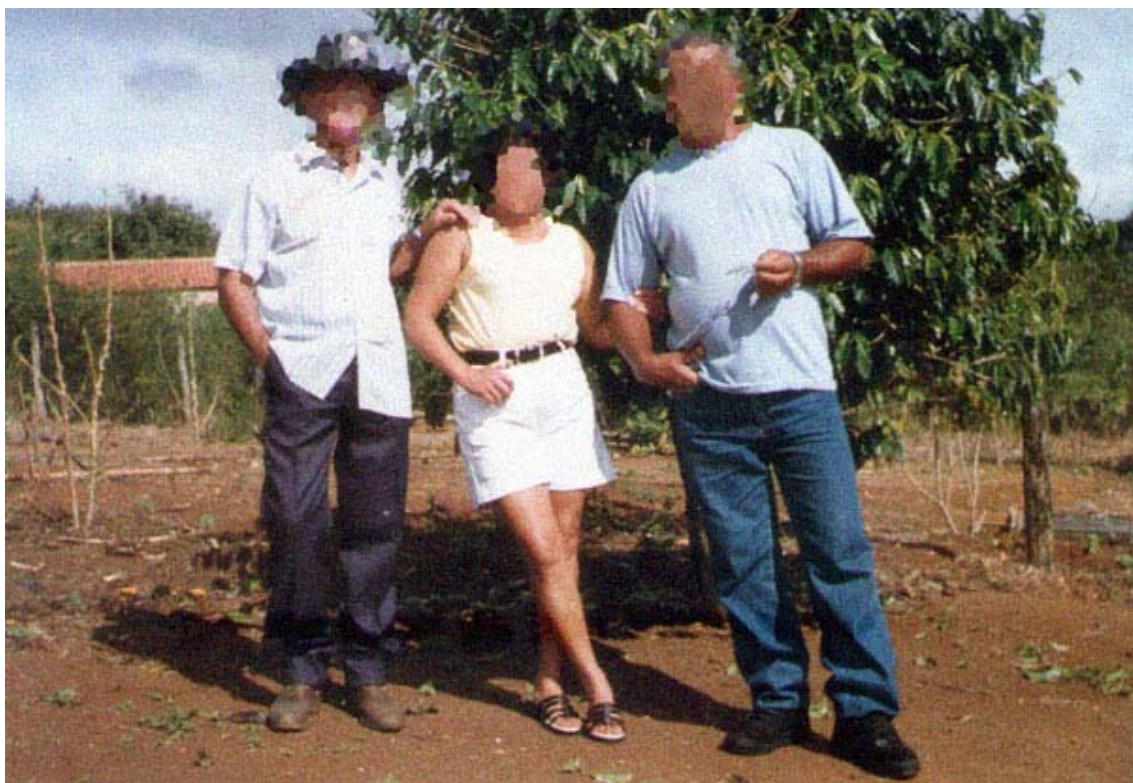


Figura 12. *Marta retorna à casa paterna com novo companheiro.* Fazenda Negromonte, Realeza (MG), 1998. Autoria não identificada. Acervo da Família Silva. Da direita para a esquerda, Seu Moreira, Marta e Seu Antônio.

Esse sentimento de libertação vinha em certo desfavor de Emília, tendencialmente prejudicada por sua posição na sororidade, se não fosse pelo concurso, em momentos diferentes, de meninas mais velhas, que assumissem boa parte da responsabilidade por sua formação: primeiramente, Lydia; posteriormente, eu mesma. Ao mesmo tempo em que se liberava de responsabilidades antigas, Marta passava a comprometer-se com as questões de outras pessoas em sua rede, frequentemente sob os termos da economia de reciprocidades em meio à qual permanecia. A saúde de seus pais e de Sônia consumia boa parte desses esforços, mas permitia, também, que Marta se encontrasse mais frequentemente com o irmão, que já vivia no asilo de Manhuaçu.



Figura 13. *Aniversário de João no Abrigo Santa Filomena. Manhuaçu (MG), 2008. Autoria não identificada. Acervo da Família Silva. Da direita para a esquerda, Marta, João e Sônia.*

Com o passar dos anos, a sociabilidade residual da dádiva permitiria que Marta e sua rede de matronas se organizasse para a assistência, tanto umas das outras, às portas da velhice, quanto de elementos mais vulneráveis da população local. Após a resolução de seus laços com Moreira — que também se tornava um companheiro um tanto abusivo — e sua reintegração às senhoras da paróquia local, a participação de Marta nessa rede se tornaria ainda mais intensa. Seria um erro, porém, supor que essa sociabilidade da ajuda mútua se deva a laços religiosos: além de a rede de matronas ser interconfessional, suas práticas precedem as instituições religiosas que operam na região, servindo-se ou expressando-se a partir delas apenas eventualmente.

Mas em que medida os costumes dessas matronas teriam sido legados, a partir de instrumentos como o espaço paraescolar da residência de Marta, à geração de suas filhas? É difícil responder a essa questão. É bastante claro que, seja nos aparelhos escolares institucionais, seja sob a órbita do poder patronal, as filhas de Marta foram expostas a várias práticas competitivas, que recorrem sistematicamente a formas laterais de desqualificação e estigmatização. Por outro lado, exemplos recentes mostram como as duas gerações são capazes de articular-se em gestos de altruísmo.

Apenas há alguns meses atrás, as filhas de Marta relatam haver acionado a rede para ajudar uma senhora que, escapando de um marido que a violentava e ameaçava de morte, refugiou-se na casa de uma das matronas com quatro crianças. O coletivo, sem o protagonismo de nenhuma instituição religiosa, forneceu alimentos, os quatro primeiros meses do aluguel de uma pequena casa de vila e um emprego em uma empresa de comércio a varejo na própria Franja. Ainda em outra ocasião, que dura até o presente, a rede de matronas e da geração de suas filhas vem ajudando a manter as necessidades básicas de um senhor já idoso, em posição ainda mais vulnerável. Sem conseguir trabalho em nenhum lugar, o dono do terreno — também filho de uma das matronas — permitiu que Lázaro construísse um pequeno barraco de plástico e madeira em seu no interior: sua presença serve para inibir invasões, e sua única obrigação é manter o local capinado e oferecer esse serviço — frequentemente como contradádiva — às famílias locais.

Mas o que dizer das práticas que deslocam as filhas dessas matronas em direção ao egoísmo, à competição e às ideologias do capital humano? Responder a essa questão exige voltar o olhar à trajetória e à inserção laboral das filhas de Marta, destacando, afinal, as iniciativas paraescolares de seus empregadores.

As responsabilidades residuais com a *escolinha* e suas próprias exigências para concretizar o casamento com seu primeiro companheiro, Cristóvão, fizeram com que Lydia permanecesse mais tempo ligada à residência matronal. Mesmo sem participar de quaisquer atividades da escolinha ou da formação de Emília, Lydia somente se casaria no ano 2000, após um noivado de quase dez anos. A primeira das filhas a casar-se foi Janine, em 1998, em um ostensivo gesto de asserção de sua autonomia e afrontamento à autoridade de Marta. Ambas as uniões duraram pouco mais de dois anos.

Lydia deixaria Cristóvão espontaneamente, retornando brevemente à casa de Marta — para juntar-se a um novo companheiro alguns meses depois: viver longe do poder da matrona parecia uma prioridade importante da primogênita. Janine, por seu turno, retornou à casa de Marta em começos do ano 2000, mas lá habitando continuamente até 2007, quando, novamente a contragosto da matrona, se juntaria a um novo companheiro. Emília, em um movimento explicado pela sua posição entre as irmãs, casou-se bem mais tarde, apenas em 2012: sua preocupação com a saúde de Marta fez com que ela buscasse viver próxima ao Campo das Bromélias, em um quarteirão residencial logo a leste da Franja, junto a uma das pedreiras, na rua Maravilha. A união de Emília e Caio dura até o presente, nascendo-lhes Nicole em meados de 2014. Já não era, nem de longe, a primeira entre os netos — consanguíneos ou afetivos — de Marta, mas a aventura dessa última geração pertence ao próximo capítulo.

Rita começou a afastar-se da *escolinha* da casa de Marta justamente quando suas dificuldades de aprendizagem comprometiam seu progresso entre as etapas do aparelho educacional institucional, somente aparecendo em ocasiões estritamente não letivas. Em 2001, após acumular algumas retenções, aos quinze anos, grávida de sua primeira filha, vivendo com seu primeiro e atual companheiro, Marcos, Rita deixa finalmente a escola, sem completar o atual quarto ano do Ensino Fundamental. À época, ainda residia no Campo das Bromélias, mas a nova família foi logo forçada a mudar-se para o Morro do Tambor, no limite noroeste da Franja. Seu companheiro, apesar de haver completado o segundo segmento do Ensino Fundamental, é paciente psiquiátrico há muitos anos, e enfrenta dificuldades de inserção laboral ligadas a esse estigma específico. Rita perdeu o pai justamente nessa época, e sua mãe biológica deixou o Campo das Bromélias. Ela e Marcos tiveram, ao todo, cinco filhos, cuja formação foi facilitada por redes de matronas do Campo das Bromélias e da Vila Vintém, onde vivem os pais biológicos de Marcos.

A inserção laboral dessas mulheres permitirá encontrar os muitos expedientes paraeducacionais utilizados por seus patrões para manter hegemonias construídas sobre as ideologias do capital humano⁹. Lydia, ao deixar a escolinha, em 1995, emprega-se como frentista em um posto de gasolina, conseguindo uma vaga para Janine no mesmo local, no ano seguinte. Com a falência do estabelecimento, no início de 1997, Lydia passa a trabalhar em uma padaria, nas imediações da estação ferroviária de Campo Grande. Janine torna-se secretária no consultório particular do patriarca da Família Santana, a quem Marta prestava serviços de lavanderia, naquele mesmo ano. Seis meses depois, na sequência de uma negociação bastante tensa para a Família Silva, Janine aceita o convite de um amigo para trabalhar em um supermercado no centro de Bangu, mas deixando Lydia em seu lugar, no consultório da Família Santana.

Embora o emprego das filhas no consultório de Marcelo tornasse a família duplamente dependente dos Santana, a ocasião foi celebrada, por Marta com grande euforia: esse sim era dos “trabalhos reconhecidos” a que almejava, um serviço propriamente urbano, ligado à área da saúde, em que as filhas — a quem tanto haviam chamado de “roceiras” — trabalhariam sentadas, ao telefone, de jaleco. Marta recebeu a notícia de que Janine passaria a trabalhar no supermercado com alguma ambiguidade: por um lado, estava contente pela filha, que passaria a trabalhar em uma “empresa grande de verdade”; por outro, tinha grande receio em “ficar mal” com o “Doutor” Marcelo, algo aplacado pela convocação de Lydia.

Lydia permaneceu no consultório entre 1998 e 2000. Seu temperamento não lhe permitia uma boa convivência com Marcelo, e Marta já não tinha filhas disponíveis para colocar em seu lugar: Emília ainda era muito nova, e Rita, além de ser ainda mais nova, “não possuía formação para aquele serviço” — uma frase que Marta costuma repetir até hoje, quando entende que deve intervir na conduta de sua filha afetiva. Assim, quando Lydia, a convite de Janine, vai trabalhar no mesmo supermercado, o episódio, de fato, parece haver desgastado a relação de Marta com a Família Santana: sem aviso, Sara deixa de recorrer à lavanderia de Marta e de pagar seu carnê do INSS durante cerca de dois anos; Moreira, felizmente, assumiu essa obrigação ao longo do período.

⁹ Oportunamente, eu havia organizado uma discussão tentativa, em grupo, especificamente para assentar a cronologia e a sucessão da inserção laboral das filhas de Marta, em 25 de agosto de 2018. Embora não tivesse clareza da forma final da pesquisa, aproveitava o aniversário de uma delas para o encontro.

Recupero a ocasião em que estava sentada à porta de casa, com a *escolinha* dissolvida, pensando em como levantaria algum dinheiro para ajudar minha mãe. Sentia-me pessoalmente responsável pela debandada dos alunos e por colocar a formação de Emília em risco, e fiquei muito grata quando Janine me convidou para trabalhar no mesmo supermercado, naquele mesmo ano de 1999: Emília seria a próxima, logo após concluir o Ensino Médio. A cadeia de supermercados em que trabalhávamos, porém, sem que a maior parte dos funcionários soubesse, estava à beira da falência: salários começavam a atrasar já em 2004. No ano seguinte, os gerentes anunciavam que a rede fora vendida, e que a situação poderia melhorar. Não. Ela piorou.

Após a operação, os salários não atrasavam apenas alguns dias, mas semanas inteiras. Além disso, os contracheques chegavam com descontos inesperados e extorsivos, que equivaliam, às vezes, a mais de dois terços do salário-base, especialmente no caso de funcionários com filhos. Nosso sindicato era uma entidade-fantoches, criada e controlada pelos patrões, e não nos ofereceria qualquer ajuda; mesmo assim, nossa loja fez, espontaneamente, piquetes, manifestações e uma greve de dois dias. Foi uma greve de mobilização: apesar de nosso rancor — e consciência de classe — não nos permitir fazer agitação entre os clientes ou entre colegas de outras unidades, fechamos os caixas e nos alojamos no depósito, o que, efetivamente, impedia o funcionamento da loja.

Aproveitei a oportunidade para cuidar de minha tendinite, ficando afastada por alguns meses, até a liquidação a rede. Sabia, pelas filhas de Marta, que os funcionários remanescentes começavam a fazer grandes saques: chegaram a improvisar uma polia em uma das janelas do depósito para descer cargas de bacalhau, carnes, queijos, produtos de higiene pessoal etc. Enquanto isso, *pallets* inteiros de bebidas alcóolicas e outros produtos saíam pela porta da frente. Rapidamente, muitos deles já estavam à venda no Calçadão de Bangu e na própria fachada do mercado — e vários funcionários já estavam, correspondentemente, nos laços do sistema penal. Esse é um capítulo bem interessante do movimento operário na cidade, e não creio que tenha sido escrito: ele sobrevive à boca miúda, ou em grupos de *WhatsApp*, como uma memória dos funcionários que testemunharam ou receberam esses relatos. Hoje, com a mente nas páginas de Gramsci ou Trotsky, creio que a existência de uma liderança orgânica e vigorosa poderia ter escrito uma história muito diferente, poderia ter impedido que se sobrepusesse, a essa espécie de acontecimento tão importante, o conto de fadas da fábrica têxtil.

Aqui, nossos percursos laborais divergem mais acentuadamente. Lydia não havia participado da greve: antes que a rede varejista local entrasse em decadência manifesta, novamente pela influência e pelo carisma de Janine, ela havia passado a trabalhar em outra rede, bem maior que a anterior, saindo de uma filial relativamente modesta nas bordas da Franja e galgando à área de recursos humanos da empresa, onde permanece até o presente. Janine, que havia, com o apoio da rede familiar, iniciado uma graduação em administração de empresas, trabalhou como estagiária nos Correios e em uma casa de espetáculos no centro da cidade.

Nos últimos anos do curso, Janine passou a ser funcionária efetiva do setor de contabilidade da casa de espetáculos, novamente para o orgulho de Marta. Como efeito bastante nocivo de sua união a seu segundo companheiro, Cláudio — e da qual, apesar de tudo, nascera-lhe o primeiro neto consanguíneo de Marta, Bruno — Janine deixou trabalho e faculdade para trás. Apenas nesta década, após romper com Cláudio e retornar à residência de Marta, conseguiria concluir seu curso, com decisivo apoio da rede. Lydia conseguiu-lhe uma vaga na nova rede varejista, embora o hiato profissional de Janine e a crise socioeconômica nacional a tenham obrigado a retornar ao trabalho formal em termos bem aquém daqueles que poderia esperar de sua formação.

Emília, alguns meses após participar da greve, enquanto testemunhava a última crise do supermercado local, conversava com Marta na porta de casa quando foram surpreendidas pela visita de Marcelo. Queria saber se a matrona tinha interesse em retomar o serviço de lavanderia para sua família; vendo que Emília também estava em casa e já crescida, perguntou se ela tinha interesse em trabalhar com ele no consultório. Emília ficou por quatro anos no serviço da Família Santana, até eu lhe conseguisse uma entrevista no curso de idiomas onde eu trabalhava, na Barra da Tijuca. Eu havia aceito uma oportunidade como recepcionista. Com verdadeiro horror de redes varejistas, eu aceitaria qualquer tipo de serviço, desde que para outro tipo de patrão.

No curso de idiomas, eu e Emília nunca deixamos de procurar outros empregos na Barra da Tijuca. A recepção do curso nos permitia acesso a material de escritório e contato com uma boa quantidade de pessoas, ao ponto de haveremos transformado nossas mesas em centrais de distribuição de currículos. Em uma noite de sexta-feira, conversando após o serviço, Emília irrompeu no que se tornou nosso objetivo comum: “precisamos conseguir um consultório bom aqui na Barra; é neles que está o dinheiro”.

Esse é o ponto em que me retiro da narrativa, embora continue a fazer parte do conjunto dessa história. Direi apenas que, com diferença alguns meses, eu e Emília começamos a trabalhar em consultórios diferentes, e dos consultórios, conseguimos salários um pouco melhores, além de horários um pouco mais flexíveis. No segundo semestre de 2008, Emília conseguiu matricular-se em um curso graduação em contabilidade, com o apoio do cirurgião plástico para quem passara a trabalhar. No último ano da faculdade, em 2012, Emília assumiu seu relacionamento com Caio, representante comercial que, à época, frequentava o consultório de cirurgia plástica. Nessa mesma época, mudam-se para uma casa nas proximidades da Franja.

A apresentação da inserção laboral das filhas de Marta após a dissolução da *escolinha* permite algumas considerações importantes sobre a formação das hegemonias na franja durante o período. Embora o espaço paraescolar da Família Silva ainda fosse um vetor de sociabilidades camponesas e constituísse um poderoso contraponto às ideologias do capital humano e à difusão, a partir do aparelho educacional institucional, do *ethos* competitivo, pode-se dizer que a relação das filhas de Marta entre altruísmo e egoísmo ainda é contraditória. Por um lado, elas continuam a participar, junto com a rede das matronas, dos mecanismos de ajuda mútua e solidariedade lateral da região; por outro, passaram a competir até mesmo entre si, desde a época em que trabalharam juntas, na rede varejista local. Foi a crise da empresa que lhes tornou evidente a pequenez de suas disputas: nenhuma delas seria promovida, toda a rede estava em decadência, e a solução mais prudente seria buscar outro emprego.

Haveria mais a considerar sobre as relações atuais entre as irmãs, o que será feito no próximo capítulo. Por hora, convém analisar a maneira como o conjunto da Família Silva se apresenta diante de outras duas famílias da região, em posições de classe diametralmente opostas. Diante dos Santana, que lhes tomam o serviço de lavanderia até o presente, as duas gerações se dividem. Marta demonstra franca admiração diante de Sara e Marcelo, prepara-lhes presentes — quase sempre, produtos de sua roça — e parece sentir-se como as amas e “mães pretas” de certas digressões de Gilberto Freyre. As filhas temperam essa docilidade: tendem a exhibir mais facilmente sentimentos de resistência, presentes como uma mágoa viva, a “raiva apaixonada” que Gramsci atribuía à forma menos dócil da sociabilidade camponesa (GRAMSCI, 2001:23). As relações cotidianas entre as duas famílias, assim, mantêm civilidade, sem antagonismo aberto.

Em qualquer caso, o mais importante é que os membros da Família Santana são percebidos, pelas mulheres da Família Silva, como exemplos gerais de conduta e realização pessoal e profissional: as credenciais militares e clínicas do patriarca, além do fato de sua esposa ser professora do aparelho educacional institucional estadual, suscitam-lhes a admiração que têm tanto por membros da pequena burguesia quanto da aristocracia bacharelesca, de origem agrária. Não ocorre a qualquer delas afrontar esse dado. Na medida em que desejam semelhante futuro para seus filhos, essas mulheres — principalmente Lydia e Janine, que coabitam a residência matronal, atualmente — permitem-se apresentar como *educandas* dos Santana, de seus costumes e modo de vida.

No momento dos esforços por dignificação, quando as posições de classe se apresentam em sua nudez, Rita não aparece tanto quanto a irmã adotiva das filhas de Marta, mas como a filha da Família Machado, a quem Marta e as mulheres da Família Silva acolheram como um investimento na economia da dádiva. Rita, às vezes, sente-se envergonhada mesmo de comparecer à casa de Marta, por conta de sua residência no Morro do Tambor, de seu uso do vernáculo e mesmo de sua estratégia reprodutiva. Já mencionei o zelo com que os habitantes do Campo das Bromélias procuram afirmar sua distinção com relação a áreas a quem o senso comum nativo atribui a pecha de favelas. Acrescento um episódio a ilustrá-lo: nos meses que antecederam o nascimento de sua caçula, Rita escondeu a gravidez até o oitavo mês, e a teria escondido por mais tempo se Janine não tivesse descoberto a chegada de Isaías pelo *Facebook*.

A vergonha de Rita não é sentida tanto com relação à Família Silva, da qual se pensa, de algum modo, parente, mas da vizinhança e das fofocas em torno de seus hábitos reprodutivos, de sua inserção laboral, de seu uso do vernáculo, de sua obesidade, da negritude acentuada de seu companheiro e prole, de sua residência na favela etc. Como vimos, *qualquer* signo pode ser mobilizado para a formação de estigmas sociais, e a Família Machado é portadora de vários deles: Rita chega a confirmar, em ocasião reservada, sofrer todas essas formas de exclusão, mesmo entre sua parentela biológica¹⁰.

¹⁰ Creio que somente consegui que Rita me confidenciasse sua consciência dos fatores de exclusão social a que está exposta por eu me mostrar, ao longo dos anos, sempre pouco disposta a julgá-la, reconhecendo-me mulher negra e interseccional. Recordamos a ocasião em que eu conversava sobre negritude com sua caçula, os episódios de racismo que ela e seus irmãos sofrem dentro e fora da escola etc. Em nossa conversa dirigida, de 22 de março de 2019, procurei acionar especificamente essas informações, porque sabia que sua vergonha não lhe permitiria dizer muito na discussão em grupo do dia seguinte, quando se juntariam a nós Lydia, Janine e Marta.

Nas visitas de Rita à casa de Marta, a matrona e as filhas afirmam sentir-se obrigadas a “aconselhar” ou “dar orientação” para Rita e seus filhos. Nesse sentido, também buscam apresentar-se para a família Machado como modelos de conduta que poderiam ser seguidos se desejassem uma “vida melhor” para si. Nessas ocasiões, gravitando em torno das fábulas da meritocracia e do “empreendedorismo”, as duas gerações da Família Silva buscam apresentar-se como *educadoras* de Rita, aquela menina que só vive assim hoje, segundo afirmam, porque “não deu valor aos estudos”.

Creio que essas relações já seriam suficientes para confirmar a proposição de que as classes sociais se apresentam como classes educadoras durante a maior parte de sua existência. Há alguns exemplos extremos, porém, que mostram o quanto a burguesia se mostra mais sensível que a literatura acadêmica na apreensão e na instrumentalização de processos extraescolares e paraescolares. Desde o tempo em que eu mesma trabalhei em uma rede varejista, recordo-me de certos ritos e práticas que, hoje, me parecem muito semelhantes àquelas de aparelhos escolares institucionais: prêmios simbólicos ao “funcionário do mês”, comemoração de aniversários, celebração de algumas datas comemorativas já faziam parte do cotidiano do mercado na virada do século.

Conversando com as mulheres da Família Silva no tempo recente, porém, em particular, com Lydia e Janine — que desempenham em extremos opostos da hierarquia funcional do mesmo grupo varejista — observo que esses expedientes extraescolares, outrora de alcance restrito, evoluíram em forma e complexidade. Arrisco supor que essa evolução é coerente com força relativa do próprio grupo empresarial que controla as lojas: não se trata mais de um empreendimento familiar da pequena burguesia luso-brasileira, mas de um grupo multinacional bem mais vultoso e experiente, muito mais próximo do imperialismo, e mais profissionalizado em seus escalões superiores.

O retorno de Janine ao serviço nos escalões inferiores de uma rede varejista foi algo bastante difícil de aceitar: assim, ela recorre frequentemente ao conselho de Lydia, do próprio departamento de recursos humanos, para facilitar sua adaptação e percurso no novo emprego. Enquanto Lydia parece muito contente com sua renovada posição de *educadora da própria irmã*, observo que a rede varejista se dirige ao conjunto de seus funcionários, do alto à base, mobilizando expedientes paraescolares. O grupo oferece aulas de língua portuguesa e de certa língua estrangeira, no próprio espaço de trabalho, prometendo premiar os funcionários que participarem com bom desempenho.

Os funcionários, em todos os níveis da empresa, participando ou não das tais aulas, são sujeitos, por seus superiores imediatos, a avaliações periódicas de sua conduta e desempenho em serviço. Nada diferente, em princípio, do que já faziam os feitores e encarregados do empreendimento têxtil em Bangu, se não fosse pelo fato de que essas avaliações são meticulosamente compostas e ritualizadas em explícita emulação a aparelhos escolares institucionais. De saída, esses relatórios mensais chamam-se *boletins*, e expressam sempre um *conceito alfabético* decrescente que, ao fim do ano, se traduz em um conceito geral individual. Esses documentos são entregues aos funcionários em reuniões designadas especificamente para este fim, pelo superior setorial, sempre após os turnos e, segundo Janine e alguns colegas confidenciam, nunca remuneradas. As notas ou conceitos — nesse caso, tanto faz — estão sujeitas a uma margem extremamente ampla de subjetividade, mas a disposição geral dos supervisores é sugerida por quadros periódicos trimestrais, que posicionam o conjunto de uma filial qualquer diante das outras em quesitos de interesse patronal direto, sempre entre frases motivacionais.



Figura 14. Absenteísmo no trabalho, resultado da filial X. Rio de Janeiro (RJ), 2014(?). Autoria não identificada. Acervo da Família Silva.

Outra prática paraescolar desenvolvida pelos administradores da rede varejista multinacional está na realização de eventos internos, para o entretenimento e a formação de seus funcionários, em datas comemorativas do calendário civil e do cristianismo em geral. As festas juninas organizadas nessas lojas assumem uma complexidade capaz de envergonhar as escolas mais luxuosas: as bandeirolas ornaram todo o depósito, os funcionários encenam rigorosamente o *Juiz de Paz na Roça*, de Martins Pena, com figurino elaborado e dançam. Dançam “conforme a música”, como sempre ouvi dizer.

As filhas de Marta me mostraram, a certo ponto, o que passei a considerar a forma mais acabada de intervenção paraescolar no ambiente de trabalho. Em ocasião relativamente recente, as comemorações de fim de ano incluíram uma “brincadeira produtiva”, na qual os funcionários eram incumbidos da tarefa de caracterizar e dar vida a personagens do humorista Chico Anysio, particularmente daqueles que ele próprio presidia, na primeira geração da *Escolinha do Professor Raimundo*. Veremos, no capítulo final desta dissertação, que essa burguesia educadora — possivelmente inspirada em outra personagem do humorista, como o vampiro Bento Carneiro — não se limita a desenvolver iniciativas paraeducacionais para seus próprios funcionários: agora, miram diretamente sua prole, trazendo-a às lojas e iniciando-a nas texturas de sua hegemonia.



Figura 15. *Escolinha do patrão*. Rio de Janeiro (RJ), 2016(?). Autoria não identificada. Acervo da Família Silva.

3. Prosperidade e incerteza entre os símbolos do progresso

O último capítulo desta dissertação inicia-se com o nascimento da terceira geração da Família Silva: Bruno, Miguel e Nicole; e com a revelação, às participantes da pesquisa, de minha própria gestação, com seus consideráveis riscos clínicos. A primeira seção, portanto, enfrentará alguns dos significados metodológicos, éticos e institucionais desse peculiar imponderável do campo, com destaque para a maneira como a rede de mulheres se articulou para, diante de minha mobilidade reduzida, vir até mim, de maneira que eu pudesse concluir as dinâmicas de coleta de dados. Em um ato contínuo, que recupera discussões do capítulo anterior, proponho-me a enfrentar o sentido dos fatores de subalternização e os variados expedientes paraeducacionais que os administradores da rede varejista desenvolveram especificamente para a prole de sua força de trabalho.

Na segunda seção do capítulo, argumento que as violências desse investimento patronal direto sobre a prole de sua força de trabalho parecem amansar-se por meio da formação, entre esses funcionários, de novas sensibilidades diante do consumo e das expectativas de mobilidade social ascendente. Esse processo, efeito local da relativa prosperidade nacional que caracterizou as presidências do Partido dos Trabalhadores, encontra-se representado singularmente, em Bangu, pela conversão do extinto núcleo fabril em um espaço monumental complexo, que ressoa as hegemonias de seu patronato e a feição romântica que buscam imprimir ao bairro. O que as participantes e a população de Bangu costumam chamar de *shopping center* é, efetivamente, o centro de um aparelho de hegemonia bastante específico, que busca dirigir-se à totalidade geracional e geográfica do bairro como instituição cívica e educadora.

A última seção do trabalho consiste em um esforço para sintetizar as dinâmicas das ideologias em conflito na região em análise. Para tanto, recupero a frequência mais ou menos corriqueira das participantes ao *shopping center* do bairro, de maneira a encontrar uma história antiga da matrona, dos primeiros dias de sua mudança para o Rio de Janeiro, uma memória latente, trazida à tona por sua reação — discreta, mas inesperada — a um espetáculo encenado no local. Sustento que o estranho episódio é potente, que ele concentra toda a angústia que perpassa as vidas das participantes, e mesmo as de nossos filhos, que apenas começam: acomodação e enfrentamento, opressão e emancipação, penúria e fartura se encontram todos nas lágrimas risonhas de uma colombina, na noite ainda recente, em que Marta, rindo, também chorou.

3.1 A alegria e o ônus das visitas inesperadas

Esta seção se desenvolve em torno de um peculiar imponderável da pesquisa, que trouxe a Família Silva e alguns membros da rede diretamente até mim, durante um momento no qual, pela circunstância inesperada e clinicamente delicada de minha gestação, eu não poderia mais ir pessoalmente até o Campo das Bromélias e realizar o restante das entrevistas e discussões em grupo que havia planejado. Esse relato começa, portanto, com grande alegria: eu havia me antecipado — devido à distância física e às diferentes obrigações pessoais e profissionais de cada participante — à necessidade eventual de manter contato e desenvolver os temas necessários à pesquisa por outros meios, em particular, diversas formas de telepresença, como o recurso acessório a telefonemas, aplicativos de mensagens e redes sociais. Os métodos necessários para a obtenção e validação de dados por meio desses expedientes já se encontram em plena maturidade, sendo desenvolvidos em extensa literatura¹.

As visitas das participantes da pesquisa à minha residência, portanto, não se colocam apenas diante do problema da obtenção de dados qualitativos e de seu confronto com os que obtivera pelas memórias dos agentes, ou por minha longa e dedicada — embora, pela maior parte do tempo, difusa — observação direta da Franja, de seus moradores, de seus desafios. Mesmo que as visitas tenham, afinal enriquecido ainda mais os dados, consolidando-os em volume muitíssimo maior do que eu poderia razoavelmente expor em uma pesquisa dessa natureza, a presença da Família Silva e de membros da rede em minha casa é ainda mais importante como um gesto de carinho, de validação de meus esforços como amiga, como pesquisadora e, afinal, como mãe.

¹ Além de os compêndios de pesquisa qualitativa a que tive acesso (FLICK, 2004, 2014) já contemplarem amplamente o recurso às novas mídias e à internet, também há importantes redes de investigação, organizadas em torno do uso das redes sociais como ferramentas metodológicas. Leitores interessados em textos fundamentais desse domínio emergente da pesquisa qualitativa aproveitarão a consulta ao texto de Christine Hine, uma das primeiras monografias a tematizar e utilizar fóruns e redes sociais na internet (HINE, 2000). No campo da pesquisa educacional, especificamente, Sally Baker relata algo que pude experimentar diretamente, em meus esforços para manter contato regular com as participantes da pesquisa e outros integrantes da rede: trata-se do fato de a própria rede social poder funcionar, ao mesmo tempo, como meio de contato, como fonte potencial de dados e como contexto para o diálogo e a estruturação das entrevistas (BAKER, 2013). Essa última função parece apenas relativa: a rede social, certamente, não é local para polemizar, e esse erro poderia facilmente arruinar as condições de empatia que a pesquisa exige: as redes não substituem, de nenhum modo, os grupos de discussão. Ademais, o uso das redes sociais, restringindo minha própria palavra, permitiu observar, entre as participantes, a vigência de uma economia específica de enunciação, que desafia os limites entre emissão, recepção e reprodução (LOVINK, 2011:52).

Revelei minha gravidez às participantes entre muitos e confessados temores: não sabia como poderia continuar a realizar as entrevistas e organizar os grupos de discussão, nem que espécie de dilatação de meus prazos — se algum! — a Universidade concederia, e nem mesmo se os vários medicamentos que me foram prescritos para mitigar os riscos gestacionais me permitiriam um mínimo de concentração, de forma que pudesse avançar na escrita. Esse, portanto, é o momento da pesquisa que demonstra mais concretamente os termos sob os quais eu mesma sou parte dessa rede, de sorte que as emoções, minhas e de todas as participantes, em todas as intercorrências da investigação, são plenamente indissociáveis de seu núcleo analítico (FAVRET-SAADA, 2005; FERILLI, 2014).

No feriado municipal de 20 de janeiro e, também, ao longo de todo o mês de março, recebi a visita das principais participantes da rede, juntas e alternadas, durante os fins de semana. Em várias ocasiões, durante dias úteis, eu recebia a visita de minha própria mãe, às vezes com alguma outra entre as matronas da rede ou suas filhas; ou, ainda, com alguma de suas crianças. Nessas ocasiões de meio de semana, enquanto as diferentes mulheres ajudavam meu companheiro com os afazeres domésticos e com os preparativos para o nascimento de nossa filha, esclareciam algumas das dúvidas que as entrevistas do semestre anterior e as discussões dos fins de semana produziam. Além, disso, as ocasiões de meio de semana permitiram cruzar informações e acompanhar as intercorrências mais recentes do cotidiano do Campo das Bromélias, de modo a avaliar como as variáveis de exclusão e subalternização que havia considerado originalmente se integravam à questão da formação local das hegemonias.

Como afirmei anteriormente, minha posição geracional e os termos de minha amizade com as filhas de Marta faziam com que eu me sentisse especialmente próxima de Emília e Rita, talvez mesmo responsável por elas e seus destinos formativos e laborais, como “irmãs afetivas” mais jovens. A ambiguidade com que percebia a participação de Rita na rede da Família Silva, porém, fazia com que eu desejasse recebê-la, especialmente. Percebo que havia, de minha parte, alguma vontade de desfazer ou redimir os acidentes biográficos que a sujeitavam à face menos amena das mulheres da rede. Além disso, era justamente sua posição desfavorável na hierarquia das mulheres que me apresentaria especial riqueza de dados: em várias ocasiões, quando Marta e suas filhas preferissem tergiversar ou esquivar-se de algum tema menos aprazível, Rita estaria — desde que se sentisse suficientemente acolhida e legitimada — disposta a abordá-los diretamente.

Não se tratava da primeira visita de Rita à minha casa; alguns anos antes, ela e sua primogênita, Fernanda, vieram rapidamente, em meio a um compromisso que tinham no Largo do Machado — tão rapidamente que mal tivemos tempo de programar um passeio. A visita do último 22 de março, portanto, foi a primeira ocasião em que Rita chegava sem pressa, sem a obrigação de retornar aos seus afazeres imediatamente. Também era uma das primeiras ocasiões em que conseguia sair para um passeio sem levar consigo quaisquer de seus filhos: Marcos e Fernanda estavam mobilizados para a tarefa de cuidá-los. Gostaria de os haver reencontrado todos aqui, e compreendo as ambiguidades dessa ausência: por um lado, vir sem os filhos permitia que Rita se aliviasse, ainda que brevemente, de suas responsabilidades; por outro, e aqui sinto grande pesar por ela, sei que sua posição relativa na hierarquia daquela rede de mulheres tornava impensável que os filhos de Lydia, Janine e Emília fossem preteridos. Creio que a imagem da figura 16, tomada por Lydia de maneira quase acidental, tenha capturado Rita perdida nessa espécie de pensamento, sobre a ambiguidade de seu comparecimento e participação, enquanto pisava as areias da Praia de Botafogo pela primeira vez.



Figura 16. *Rita Bruno e Miguel caminham sobre a areia.* Praia de Botafogo. Rio de Janeiro (RJ), 2019. A autoria de Lydia Silva. Acervo da Família Silva.

O discurso de Rita costuma pôr a nu aquilo que aparece apenas a muito custo entre os demais participantes da pesquisa. O racismo estrutural, por exemplo, a cuja abordagem os habitantes do Campo das Bromélias são fortemente refratários, chega a aparecer vagamente em suas palavras, especialmente após um episódio do ano anterior, no Campo das Bromélias, em que ela me testemunhara sob o ímpeto de realizar uma intervenção antirracista junto às crianças. Uma das mulheres da rede, procurando desfazer-se de uma boneca negra que ganhara de uma amiga, tentava fazer com que alguma das meninas, filhas de Emília ou Rita, a aceitasse como presente de ocasião.

Não pretendo me aprofundar sobre o episódio, pois não creio que a exposição da atitude racista individual — ou *shaming* — seja uma estratégia preferencial ou mesmo adequada para a luta antirracista². Para mim, foi apenas uma oportunidade de interpelar as crianças e, a partir da cor da pele de algumas de nós, e da cor da boneca, orientá-las no sentido de que não deveriam rejeitar pessoas ou bonecas negras, por qualquer motivo. Em todo caso, o episódio, além de haver, possivelmente, deflagrado o processo de tomada de consciência da negritude³ por algumas das crianças presentes, parece haver deixado uma impressão positiva em Rita, reforçada quando compartilhei algumas das características de meu próprio reconhecimento como mulher negra (BIZARRIA, 2018).

O racismo, embora seja experimentado de maneira objetiva e cotidiana por Rita, contra seu companheiro e filhos, não costuma fazer parte de suas considerações: é como se ele se escondesse sempre atrás de outro pretexto, acionado para justificar episódios de humilhação. Nesse sentido, a própria caracterização do racismo como fenômeno estrutural e transnacional ligado à hegemonia branca aproxima a crítica da branquitude de uma crítica da ideologia em sentido amplo: a *branquitude é uma ideologia*, e como tal, depende sistematicamente do velamento, da produção de uma falsa consciência:

² Considero válida e necessária, porém, a exposição pública e combativa da conduta ostensivamente racista de lideranças políticas e outras pessoas em condições de concorrer diretamente para o genocídio do povo negro (NASCIMENTO, 1978), como o caso dos atuais ocupantes da Presidência da República e do Governo do Estado do Rio de Janeiro, cuja ilegitimidade flagrante não tenho ocasião de discutir neste trabalho.

³ Sobre a processualidade e a reflexividade intrínsecas à negritude, é oportuna a consulta a duas referências seminais. Neusa Santos Souza identifica a tomada de consciência da negritude em meio aos seus acidentes mais dramáticos: a negritude se apresentaria como uma ferida narcísica do aparelho psíquico racializado, um objeto de repressão em direção ao inconsciente, especialmente diante de experiências de mobilidade social ascendente (SOUZA, 1983). William Cross, por sua vez, busca apresentar uma tipologia dos processos de aquisição da consciência negra em meio a referenciais da hegemonia branca (CROSS, 1994).

Ao contestar a supremacia branca, devemos ter claro que a branquitude e a supremacia branca não se apresentam pelo nome. Com efeito, a branquitude não olha para si própria. Nesse sentido, não podemos desconsiderar a potência do paradigma negro-branco para dar conta de experiências de corporificação racializada. *A branquitude adquire seu sentido quando ela nega a própria presença, e ao mesmo tempo, afeta as vidas dos corpos racializados.* Mesmo as representações estéticas negras dizem respeito à resistência. Os primeiros textos literários anti-coloniais de Aimé Césaire e Leopold Senghor trazem essa marca. (DEI, 2017:27-28. Tradução e grifo meus.).

A menção à crítica da ideologia e a figuras de tal modo importantes para a história do socialismo negro e da luta antirracista, como Césaire e Senghor, impõe a tarefa de efetuar um novo aparte teórico, de sorte que eu possa examinar e compor contextualmente algumas disjunções que afastam a tradição marxista e as correntes chamadas pós-estruturalistas, em sua mirada sobre processos de opressão em geral.

Em um polo da discussão, a ortodoxia marxista será tendencialmente oposta a qualquer abordagem autônoma ou extemporânea de quaisquer processos de exclusão social, percebendo-os, em geral, como epifenômenos da exploração econômica do proletariado por uma classe ociosa, que controla os meios de produção e os aparelhos do Estado. Vladimir Safatle sintetiza essa posição de resistência aos discursos identitários e aos chamados “particularismos” das “minorias” ao afirmar que o igualitarismo radical deveria constituir o mínimo não negociável de todas as linhagens da esquerda: “O espaço do político não deve ser marcado pela afirmação da diferença, mas pela indiferença absoluta em relação a qualquer exigência identitária”. (SAFATLE, 2012:31).

Creio que essa posição é perigosa, pois tende a antagonizar com segmentos sociais que se identificam publicamente a partir de algum fator específico de exclusão social ou significante de estigmatização, especialmente quando estes passam a ser acionados como signos de mobilização, através da diferença, de segmentos particularmente vulneráveis — mulheres, pessoas LGBTQ+, negros, imigrantes etc. — na defesa de seus interesses. É inteiramente verdadeiro que “a classe capitalista lança mão de atitudes discriminatórias para manter a classe trabalhadora dividida em raças, etnias, linguagem, sexo, gênero, religião e diversas outras” (CASSEL, 2017), mas rejeitar — com o pedantismo da suposta “excelência teórica”, ou com o verniz de *radical chic* — os clamores de pessoas sujeitas a essas formas contextuais de opressão é convidá-las a atuar ao lado da burguesia e a contrapor-se à ação revolucionária da classe trabalhadora. Se as lideranças da esquerda não estiverem prontas a acolher essas pessoas, os capitalistas, certamente, estarão.

Estar à altura desse desafio de acolhimento é bem mais difícil que retrucar esses clamores “identitários” com remissões à literatura marxista que possam demonstrar — até mesmo acertadamente — que a revolução da classe operária, por sua própria natureza, os contemplaria a todos. Pregar para convertidos exige domínio da ortodoxia e do rigor dos cânones, mas conquistar números para somar às fileiras do movimento revolucionário exige habilidade e empatia para apropriar-se das próprias categorias dos grupos a quem nos pretendamos dirigir, para apenas posteriormente subsumi-las em uma síntese política e doutrinária superior. Nesse sentido, é inteiramente razoável a afirmação de Francisco Bosco, quando escreve que “a produção da igualdade radical *só é possível* por meio do atravessamento da identidade” (BOSCO, 2017:85. Grifos do autor).

Creio que os parâmetros mínimos para esse diálogo estão enunciados com clareza nas palavras de Seyla Benhabib, que propõe uma “abertura para raciocinar a partir do ponto de vista do outro, quando a sensibilidade para ouvir sua voz é decisiva” (BENHABIB, 1992:8. Tradução minha). A luta antirracista de meados do século XX, por exemplo, nada tinha de “parcial”: Franz Fanon se recorda, em seu *Pele negra, máscaras brancas*, de uma lição de seu professor de filosofia, aquele que escrevera o *Discurso sobre o colonialismo* (CÉSAIRE, 1978) e deslocara as solidariedades de seu aluno:

À primeira vista, pode parecer surpreendente que a atitude do antissemita se assemelhe à do negrófobo. Foi meu professor de filosofia, de origem antilhana, quem um dia me chamou a atenção: “*Quando você ouvir falar mal dos judeus, preste bem atenção, estão falando de você*”. E eu pensei que ele tinha universalmente razão, querendo com isso dizer que eu era responsável, de corpo e alma, pela sorte reservada a meu irmão. Depois compreendi que ele quis simplesmente dizer: um antissemita é seguramente um negrófobo. (FANON, 2008:112. Grifo meu).

Os termos dessa escuta não me permitem, portanto, por maior que fosse meu apreço pela ortodoxia marxista-leninista, rejeitar a categoria da interseccionalidade. A forma realmente revolucionária de enfrentá-la, isto é, de entretê-la sem desautorizar suas proponentes ou atraí-las às forças antirrevolucionárias, é dialogar honestamente com suas riquezas e fraquezas. Resumidamente, o feminismo interseccional tem a virtude de sintetizar, em uma única palavra, a necessidade, há muito percebida, na pesquisa educacional ou nas ciências sociais, de se dar conta de dimensões compósitas e simultâneas de exclusão social e opressão, favorecendo o desenvolvimento de conhecimentos e técnicas aptas para lidar com os mais vulneráveis entre os excluídos.

Seus perigos são apresentados pela própria literatura que, a partir do texto seminal de Kimberlé Crenshaw (1989), destacou que a ênfase radical na política do reconhecimento pode conduzir sempre à uma competição lateral entre os diferentes grupos subalternizados, à situação patética da “olimpíada da opressão”, que não pode ser vencida por ninguém (WALBY *et al*, 2012:9). A interseccionalidade, embora convide ao enfrentamento de uma questão bastante urgente do estado da arte; quais sejam, as formas compósitas de opressão, apresenta problemas igualmente decisivos, se não estivermos dispostos a transcender uma concepção meramente aditiva de seus fatores. Embora compareçam simultaneamente à experiência da vida subalternizada, esses fatores possuem causas e dinâmicas distintas, cuja diferença deve ser enfrentada especificamente e, afinal, reconduzida a uma etiologia sistêmica, aquela da própria contradição entre capital e trabalho, que caracteriza o modo de produção capitalista:

Compreendida dialeticamente, portanto, uma narrativa totalizante não exclui reconhecer, entender e explicar a diferença entre suas partes constitutivas, e a co-constituição no interior de um processo total. Ela assume essas partes como integrais à reprodução social do todo, um todo que somente se constitui no interior, e através, da história concreta e real. *“Capitalismo” como uma simples abstração não existe “realmente”. Há apenas o capitalismo racializado, patriarcal, no qual a classe é concebida como uma unidade de relações diversas que produzem não apenas lucro ou capital, mas o capitalismo.* Apesar de podermos (e precisarmos) pensar sobre relações discretas para entender a diferença, elas são distintas apenas abstratamente, no pensamento. Uma teoria integrativa é incompleta a menos que ela se mova dessa abstração para nomear a lógica social que informa a unidade existente, concreta, dessas relações. (FERGUSON, 2017:22-23. Grifo meu).

Enriquecido pelo concurso das intelectuais negras que propuseram a categoria da interseccionalidade, o feminismo de matriz marxista busca, a partir da ampliação e do refinamento dos conceitos de trabalho e reprodução social, apresentar uma alternativa importante para as acusações de reducionismo e mecanicismo que costuma enfrentar (ARUZZA, 2017). Com efeito, muitas dessas acusações se devem mais à pouca estima da maior parte da literatura do chamado pós-estruturalismo pelo pensamento de Hegel e pela filosofia especulativa em geral do que a um antagonismo específico com as linhagens do marxismo. É justamente essa espécie de diálogo que permite enfrentar os problemas concretos da opressão compósita sem lançar os setores mais vulneráveis da população oprimida, como, em nosso caso, a população da franja meridional de Bangu, em uma aliança com seus opressores.

Essa menção à região focal da pesquisa convida a um exame contextual dos fatores de opressão a que sua população está exposta, de forma que seja possível devolver ao feminismo negro, de que a interseccionalidade se origina, a decisão política de como encaminhar o desenvolvimento do conceito no futuro. A franja meridional de Bangu foi atingida, conforme vimos, a partir do investimento da Companhia Progresso Industrial do Brasil sobre seu território e suas sociabilidades. No interior da Franja, em especial, em meio à população do Campo das Bromélias, de extração predominantemente camponesa, vigem, simultaneamente, estigmas a ela associados, além da precariedade da inserção laboral de seus habitantes e de formas de opressão ligadas a gênero, raça, habitação, uso do vernáculo, religião (como, por exemplo, racismo religioso) etc. O conjunto dessas opressões representa a textura da matriz de dominação que se impõe contra a população focal da pesquisa, não sendo razoável enfrentar os processos de formação local das hegemonias sem compreender adequadamente essa intersecção.

Jennifer Nash, em artigo destinado a avaliar criticamente formas de aprimorar o conceito de interseccionalidade, questiona, em meio às diferentes matrizes contextuais de dominação, quem seriam, de fato ou de direito, os portadores da subjetividade interseccional. Em outras palavras, trata-se de decidir se a interseccionalidade deve ser desenvolvida como uma *teoria sobre a experiência de mulheres negras*, ou se deve avançar em direção a uma *teoria geral das formas de opressão compósita* (NASH, 2008:10). Essa é, conforme afirmei, uma decisão política que deve ser devolvida ao conjunto das intelectuais negras que corporificam e articulam teoricamente o conceito. Crenshaw e suas companheiras, que chegam a entreter a “interseccionalidade de homens negros”, não parecem ter uma posição definitiva sobre o tema (CARBADO *et al*, 2013).

De minha parte, como pesquisadora interseccional, não sinto que a luta da mulher negra seria apropriada de maneira ilegítima se a interseccionalidade fosse desenvolvida no sentido de também abarcar, por exemplo, a circunstância de homens homossexuais sujeitos à chamada gordofobia (WHITESEL, 2014); ou a de mulheres adictas em processo de tratamento (SANDERS, 2014); ou a de mulheres homossexuais amputadas (KAFFER, 2013); ou a de populações negras e imigrantes latino-americanas, cuja aliança é o arripio da supremacia branca nos Estados Unidos (MÁRQUEZ, 2014); ou, afinal a da totalidade da população do Campo das Bromélias. A interseccionalidade será tanto mais poderosa quanto mais amplas as matrizes de dominação que consiga enfrentar.

Creio que levar a interseccionalidade às aspirações de uma teoria geral da opressão compósita não seria apenas potente, mas extremamente honroso para o conjunto das mulheres negras. Gostaria de propor mesmo que essa conjunção seria, afinal, revolucionária em sentido pleno, pois permitiria reconciliar o feminismo negro com a defesa de diversas outras populações subalternizadas e, afinal, com a própria causa operária. Novamente, sei que caminho sobre um terreno de lutas e disputas encarniçadas, mas ainda sustento a potência construtiva desses tensionamentos.

Após enfrentar o ônus teórico da visita inesperada de Rita e de outras entre as participantes da pesquisa à minha casa, gostaria de abordar uma segunda espécie de visita, igualmente inesperada — ao menos para mim. Ao contrário da primeira, trata-se de ocasiões que não me despertam tanto alegria quanto consternação a respeito da formação das hegemonias entre a população focal da pesquisa.

Observei, em fins do último capítulo, que a rede varejista onde as filhas mais velhas de Marta se empregaram conseguiu apropriar-se com grande sucesso de algumas das sociabilidades prevalentes entre sua força de trabalho. Isso é demonstrado de maneira flagrante nas ocasiões em que os administradores da rede varejista organizam intervenções formativas paraescolares dirigidas a seus funcionários. Isso que ocorre tanto na forma geral das relações entre funcionários subalternos e supervisores imediatos — ritualização dos boletins, avaliação periódica, propedêutica motivacional etc. — quanto na realização de atividades supostamente lúdicas em datas comemorativas do calendário civil ou do catolicismo popular.

Essa segunda espécie de visita consiste em ocasiões nas quais as unidades da rede varejista recebem diretamente grupos de filhos de funcionários e outras crianças de sua família extensa. Pelo que pude apurar, essas ocasiões ainda se limitam, ao menos no caso dessa rede, ao chamado Dia das Crianças — uma data complexa, que demonstra como o comércio foi hábil em mobilizar uma sociabilidade do catolicismo oficial em torno dos valores burgueses do consumo e da infância. A data das atividades, porém, não era o próprio feriado, mas a de um dia útil próximo, sendo de interesse dos administradores que a maior quantidade de funcionários e crianças comparecessem. Esse dia, de fato, é esperado ansiosamente pela maior parte dos funcionários, que fazem com que seus filhos percam um dia letivo nos aparelhos de ensino institucionais para comparecer diretamente à lição do patrão, preparada para pais e filhos com igual esmero.

Um dia inteiro de atividades — denominado, sugestivamente, *Baixinhos, ao trabalho!* — foi anunciado às crianças no refeitório comum dos funcionários, em um café da manhã, durante uma preleção do gerente-geral da unidade, que estabelecia as regras de convívio da ocasião, *as regras do jogo*. As regras explícitas determinavam que, primeiro, as crianças passariam por uma visita guiada ao supermercado, percorreriam suas diferentes seções de maneira apenas vagamente semelhante àquela reservada a crianças de extração burguesa, quando visitam museus e *vernissages*. Como na maior parte das exposições em museus e galerias de arte, as crianças eram explicitamente proibidas de tocar em quaisquer dos objetos à venda nas gôndolas.

Após a visita guiada, seguia-se uma série tediosa de competições entre as crianças, nas quais prendas eram atribuídas apenas a um seletivo grupo de pequenos vencedores, dois. Essa lição sobre o *ethos* competitivo, ministrado na linguagem curiosa do *coaching*, recorria a várias formas de aceitação entre crianças — inclusive com relação ao grau de consanguinidade entre elas e os funcionários que as levavam à loja. Na casa da Marta, a tristeza das crianças foi percebida como uma oportunidade para aprender sobre o valor do trabalho e interiorizar o *mindset* de uma velha hegemonia.



Figura 17. *Baixinhos, ao trabalho!* Unidade não identificada de rede varejista. Rio de Janeiro (RJ), 2018. Autoria não identificada. Acervo da Família Silva.

3.2 Um monumento à dominação de classe

Concluí a seção anterior com uma demonstração — após custosa manobra teórica — de que os padrões que as filhas mais velhas de Marta encontram em seu emprego junto à rede varejista internacional dominaram, inteira e proficientemente, a operação de dispositivos extraescolares e paraescolares, no sentido de produzir e manter a própria hegemonia, tanto sobre sua força de trabalho quanto sobre sua prole. Propus que facilidade dessa rede em fazê-lo fosse consequência, principalmente, de sua envergadura e experiência no interior da classe capitalista, mas é bem possível que outros fatores pudessem explicar, concorrentemente, o sucesso desses processos.

Durante os anos em que as mulheres da Família Silva e sua rede se organizaram para criar e manter a *escolinha*, operaram um espaço de mediação de sociabilidades proletárias e camponesas em face dos projetos de hegemonia patronal que lhe chegavam por meio dos aparelhos educacionais institucionais. A *escolinha* da Família Silva, portanto, operou dispositivos formativos específicos, que favoreciam uma coexistência negociada entre essas sociabilidades e os projetos patronais, contribuindo para a tarefa de “urbanização do espírito e dos ofícios” que Marta e outras matronas de extração rural de sua geração buscaram tanto para si quanto para sua prole. Em qualquer caso, a *escolinha* ainda o fazia dialogicamente, funcionando como um aparelho paraescolar de formação espontânea que, inobstante, lograra êxitos comparáveis aos da educação popular no âmbito de movimentos sociais organizados (VITTORIA, 2015).

O recurso da burguesia a processos extra e paraescolares, porém, não é nem espontâneo, nem dialógico: seu projeto é uma sociocracia de classe, que não mais aspira a qualquer forma de mediação ou diálogo com sociabilidades proletárias ou camponesas, senão à completa liquidação destas, de modo a produzir um silenciamento definitivo dos clamores e da capacidade organizativa de sua força de trabalho. A ritualização de processos de gestão em emulação direta àquela de aparelhos educacionais institucionais, voltada tanto ao conjunto dos funcionários quanto à sua prole, busca produzir algo mais profundo e insidioso que a mera cooptação do trabalhador: trata-se de um investimento geral de “infantilização”. Isso não significa, rigorosamente ou a princípio, buscar fazer que os funcionários se comportem “como crianças”, mas de fazer com que encarnem o sentido etimológico de infância — importante quando se discute subalternização: a *incapacidade para a fala* que caracteriza os primeiros anos da vida humana.

Se a classe trabalhadora evolui a partir da própria experiência objetiva em direção a uma consciência classe-para-si, os acidentes desse processo são sempre particulares e contingentes (THOMPSON, 1966:10). Na formação da classe operária carioca, sobretudo em áreas mais fortemente sujeitas às formas do desenvolvimento desigual e combinado, as estratégias da classe capitalista, além das práticas usuais de cooptação, buscam neutralizar toda a experiência adquirida pela classe operária e a representação orgânica de sua força de trabalho, inibindo decisivamente sua constituição como classe para si.

No caso da franja meridional de Bangu, essa neutralização consistiria no abandono sistemático de todas as sociabilidades pré-capitalistas e camponesas que caracterizaram a região ao longo das décadas anteriores, e permitiram o desenvolvimento de uma economia de subsistência local, relativamente independente do núcleo fabril e da economia industrial. A agência patronal, nesse caso busca produzir uma descontinuidade geracional entre a visão de mundo da rede das matronas e a de sua prole, de modo a favorecer o esquecimento definitivo de formas preexistentes de solidariedade vicinal, das redes de ajuda mútua, de trocas não monetárias e do conjunto dos costumes que tornavam essa economia paralela da zona de relegação possível.

Grandes redes varejistas, como as que empregam as filhas mais velhas de Marta, ocupadas com o controle de lojas em toda a cidade, não possuem, necessariamente, condições ou anseios de estabelecer uma política de hegemonia dirigida ao bairro de Bangu especificamente, por mais central que ele seja para a formação da classe operária carioca, e por mais numerosos sejam os moradores da região que se empregam nessas redes. É nesses momentos, porém, que a burguesia funciona efetivamente como classe social, articulando em múltiplos níveis a condução de seus interesses.

Quando a Família Silva se instalou na Franja, já funcionava na região um empreendimento que, embora atuante em outro ramo da atividade econômica, era de envergadura comparável — pelo volume dos capitais e pela proveniência de seus acionistas, à rede varejista internacional que emprega Lydia e Janine no presente. A Companhia Progresso Industrial do Brasil acompanhou pacientemente as diferentes etapas da vida política da cidade, o crescimento e a sucessão urbana da região de Bangu. A Companhia assistiu e influiu sobre a progressiva substituição das feições industriais do bairro pelo cariz comercial e residencial que apresenta no presente. Além de buscar organizar toda a história do bairro, a Companhia preparou-se para a própria extinção.

Como afirmei, investir sobre a história da Companhia excederia o propósito desta pesquisa e os limites de minha especialidade. É possível, em vez disso, servirmo-nos de uma historiografia que, apesar dos importantes hiatos que ainda apresenta, permite caracterizar adequadamente as perspectivas de longo prazo que orientaram os diretores da Companhia desde o início do empreendimento. De passagem, deve-se observar que, desde 1922, o controle majoritário do grupo esteve nas mãos do patriarca Manoel Guilherme da Silveira Filho (1882-1974), membro orgânico da burguesia luso-brasileira, e um dos grandes nomes do desenvolvimento do setor têxtil no país (KORNIS, 2009).

Se retornarmos ao texto de Márcio Piñon de Oliveira, veremos que a Companhia, havendo fracionado as terras de sua propriedade desde os anos 1930, já sob controle luso-brasileiro, passa sistematicamente a desfazer-se de imóveis adjacentes ao núcleo fabril durante os anos 1960, época em que começa a formar-se a zona de gentrificação que apresentei na figura 4 (p. 27). No início dos anos 1990, o controle acionário da fábrica passa inteiramente à Companhia de Tecidos Dona Izabel de Petrópolis, que encerraria as atividades fabris em começos de 2004 e daria lugar a um *shopping center*, inaugurado para o Natal de 2007 (OLIVEIRA, *in*: OLIVEIRA; FERNANDES, 2010:118).

Se a tarefa de apreender e instrumentalizar diferentes processos extraescolares e paraescolares na produção uma hegemonia patronal é uma realização notável dos administradores da rede varejista internacional, as intervenções que discutimos no capítulo anterior ainda são algo onerosas. Essa forma de produção de hegemonias certamente consumiu grande esforço e engenho da parte da classe patronal, além do fato de as intervenções paraescolares serem limitadas tanto às dimensões de uma loja qualquer quanto ao grupo geracional específico a que se destinem. Em outras palavras, o desempenho do poder paraescolar no âmbito da rede varejista ainda é limitado em relação àquilo que a sucessão do complexo fabril de Bangu viria a produzir.

A maior parte do complexo fabril, ainda antes do fim de suas atividades, foi tombada como patrimônio cultural do Município do Rio de Janeiro⁴. Isso não é um ato sem importância: trata-se de uma confirmação da hegemonia patronal, que se arrouba o direito de afirmar aquilo que é ou não representativo da história e da cultura da cidade.

⁴ Os documentos que instituem tombamento do complexo fabril consistem no Decreto n. 13.883/1995, da prefeitura de César Maia, e na Lei Municipal n. 3.086/2000, que o regulamenta.

A partir do tombamento, determina-se a possibilidade de fazer do antigo núcleo fabril um espaço articulador da memória da cidade. O tombamento em si mesmo, porém, não garante esse resultado, pois a maior parte dos monumentos públicos não chega a estabelecer mediações potentes ou mesmo significativas com a memória local, obtendo a valência inversa, de vestígios de uma “piedade patética e glacial” (NORA, 1993:13).

O que permite, portanto, que a imagem da fábrica de tecidos seja integrada à estrutura de sentimentos local, depende de outros investimentos, mais ou menos coerentes, de produção de hegemonias. Primeiramente, se a fábrica conseguiu, a certo ponto, constituir-se em uma espécie de metonímia do bairro, ela o fez em associação com outras instituições e lugares que, por décadas, foram bastante centrais em seu cotidiano: a fábrica possui, nas várias sedes do *Bangu Athletic Club*, na Paróquia de São Sebastião e Santa Cecília e no próprio calçamento das ruas, a persistência do padrão alvirrubro, fortemente integrado à paisagem. Os edifícios da Igreja e do Cassino Bangu, ademais, mantêm evidente identidade arquitetônica e visual com o núcleo do complexo fabril, e também fazem parte do conjunto dos bens tombados do bairro (AMEIXOEIRA, 2008).

Essa metonímia entre a fábrica e o bairro de Bangu não vem sozinha: durante a abertura política, em 1987, entre os primeiros atos de Moreira Franco à frente do governo estadual, inaugurava-se o Complexo Penitenciário de Bangu, articulador de uma injunção particularmente desonrosa sobre o bairro: sua associação com o crime. Considerando as características do limitado processo de democratização da sociedade brasileira, pode-se concluir que a construção de mais de vinte unidades prisionais em um bairro central para o processo de industrialização nacional anunciava-se como uma provocação das viúvas da Ditadura Militar a toda a classe operária. Para uma burguesia educadora, não haveria forma mais clara de apresentar sua disciplina e seus castigos.

Hoje, quando recorro algumas das ameaças e repreensões que ouvia gerentes da rede varejista em que trabalhei na juventude fazerem, compreendo o impacto que os presídios tiveram no imaginário local. Ao mesmo tempo, ainda entre minhas próprias memórias, observo que outro bairro ferroviário se tornava, naqueles anos, destino obrigatório para quem necessitasse ir a um banco, a um posto de saúde ou simplesmente visitar um comércio um pouco mais variado. A inauguração de cinemas, *shopping centers* e galerias comerciais em Madureira criava um sentimento de abandono entre os moradores de Bangu, ansiosos de uma dotação correspondente de equipamento urbano.

A associação entre a fábrica e o bairro, considerando a imagem inamistosa dos presídios, tornava-se algo bem-vindo para a maior parte dos moradores: a fábrica e o trem ainda eram vistos, afinal, como *símbolos do progresso*. Quando esse núcleo fabril é convertido em *shopping center*, portanto, além de contemplar um desejo acalantado pela população local dentro e fora da franja, permitia o surgimento de uma nova e dignificante metonímia: Bangu não era mais o bairro do presídio ou apenas outra estação no caminho de Madureira. O núcleo fabril tornava-se um espaço monumental complexo, o que lhe possibilitava compor-se aos anseios de dignificação dos moradores: em 2014, torcedores e gestores do *Bangu Athletic Club* inauguraram, no interior do complexo fabril uma estátua em homenagem ao escocês Thomas Donohoe (figura 18), personagem importante da história do clube. A intenção dos realizadores, porém, já trazendo algo do ânimo de revisão histórica que percorria o bairro, pretendia reclamar, contra a narrativa em torno Charles Miller, a realização da primeira partida de futebol no Brasil.

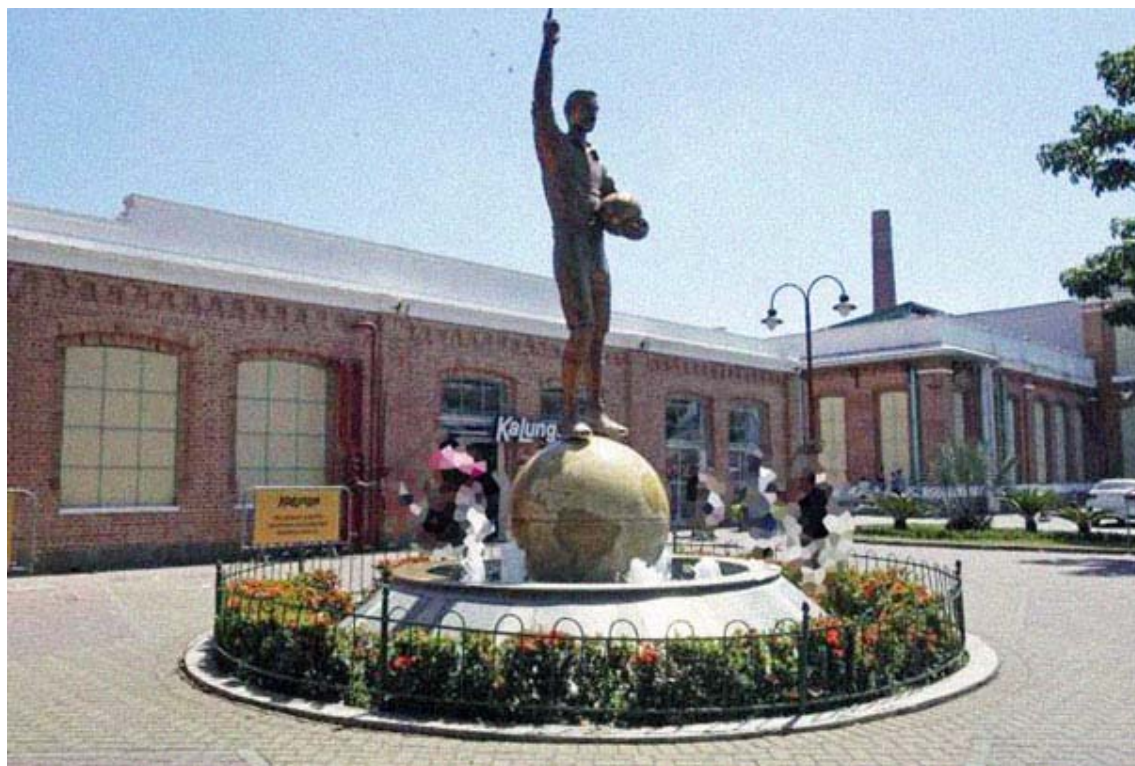


Figura 18. RÉGIS, Clécio. *Monumento a Thomas Donohoe*. Fibra de vidro. Bangu. Rio de Janeiro (RJ). 2014. Montagem sobre fotografia de Carlos Molinari Severino ao *The Sporting Statues Project*. Disponível em: <http://www.offbeat.group.shef.ac.uk/statues/STFB_Donohoe_Thomas.htm>.

A inauguração do *shopping center*, além de muito esperada pelos habitantes do bairro, vinha em ocasião oportuna. As sensibilidades dessa população, mesmo na região da franja, orientavam-se cada vez mais a partir de valores ligados ao consumo, um efeito visível da passagem do Partido dos Trabalhadores pelo Poder Executivo federal. Certamente, o consumo, em si mesmo, é um fenômeno bastante ambíguo, que abre as portas à cooptação da classe trabalhadora, sob a forma do *consumismo*, e que permite o exercício de condições — mínimas e tuteladas — de exercício da cidadania, a partir do acesso a bens e serviços que foram historicamente negados à maior parte da população.

Não pretendo aprofundar-me sobre a trajetória da categoria ideológica de “nova classe média”, ou discutir mobilidade social ascendente da chamada “classe C”, pois isso excederia esta pesquisa: além de haver suficiente literatura em torno da discussão, o tema desapareceu tão rapidamente quanto entrou em voga, logo após o Golpe de Estado de 2016. Direi apenas aquilo que meus próprios dados — particularmente, o momento culminante em que três gerações da Família Silva vão ao *shopping center* — permitem: os grupos sociais beneficiados pela política de conciliação de classes do Partido dos Trabalhadores não são novos, nem são classe, e tampouco são médios.⁵

A relativa prosperidade já não é real, e as condições de vida da Família Silva, de sua rede e do conjunto da franja já se deterioraram a olhos vistos. Sob essas condições, ganham importância *estratégias e rituais de dignificação* por meio dos quais as participantes da pesquisa buscam otimizar suas possibilidades de sobrevivência e inserção laboral. O *shopping center* e os bens de consumo, como outrora a indústria e a ferrovia, são também percebidos como símbolos e espaços do progresso, mas são hoje percorridos com uma incerteza incômoda a respeito do futuro. O espaço do *shopping center*, porém, tende a ser planejado cuidadosamente para controlar a angústia e a incerteza: ele é, em geral, como aparelho de hegemonia e instituição educadora, um local onde se forma o sujeito consumidor. O teor dessa formação é mediado pela utopia postiza da mercadoria, que ainda exige que os visitantes percorram todo seu espaço e absorvam tudo o que a composição cenográfica do *shopping center* tem a oferecer.

⁵ Para o acompanhamento da voga da “nova classe média”, é proveitosa a leitura do texto de Moisés Kopper e Arlei Damo (2018). Para uma revisão marxista das incongruências e usos ideológicos da expressão, parece-me decisiva a intervenção de Marcio Pochmann (2014). Dito brevemente, lidamos com fenômenos internos às frações mais vulneráveis classe trabalhadora, apesar da campanha de imprensa.

Generalidades sobre *shopping centers*, mesmo se corretas, não ajudam tanto a entender este que foi instalado em Bangu. Suas especificidades decisivas parecem bem compreendidas pelo próprio grupo empresarial que o administra: mesmo possuindo uma carteira de quase duas dúzias de *shopping centers* pelo país, seus gestores sabem que lidam com um tipo quase experimental de empreendimento comercial. No *shopping center* de Bangu, a monumentalidade contém a mercadoria, e é essa a contradição que permite mediações e hegemonias cruzadas. A forma monumental, precedendo o centro comercial, dá ao complexo fabril uma amplidão ainda maior como espaço educador. Ele não se destina apenas a formar consumidores, como o faz qualquer *shopping center*, mas a constituir um centro cívico e um aparelho de hegemonia compósito, capaz de dirigir-se, ao mesmo tempo e com esforço mínimo, à totalidade geracional e habitacional da região, para interpelar os moradores e educá-los a respeito daquilo que “realmente são”.

Nesse sentido, as funções educacionais advindas da monumentalidade do núcleo fabril somente conseguem sobrepor-se ao poder da mercadoria — e ainda assim, em um primeiro momento, sob várias condições — devido a uma característica específica da memória coletiva da região, que exige recuperar uma referência que realizei ao estudo de Laura Maciel (*in* OLIVEIRA; FERNANDES, 2010). A ideia de que os “subúrbios” — ou seja, os bairros ferroviários a oeste do centro da cidade do Rio de Janeiro — “não teriam uma história”, afronta os habitantes de Bangu dentro e fora da Franja, predispondo-os a realizar um trabalho coletivo de memória que dê combate a esse preconceito histórico. No mínimo, o afrontamento desse preconceito torna os moradores da região bastante permeáveis a discursos sobre sua própria história e identidade. Assim como os historiadores que vêm buscando revisar o passado do bairro, tenho sérias reservas quanto ao feitiço romântico que a versão patronal da história busca dar ao passado fabril, mas devo reconhecer que, para quem o próprio direito à memória foi negado sistematicamente, o conto de fadas ainda é melhor do que história nenhuma.

A reação da população de Bangu à forma mais longeva do estigma espacial que pesava sobre o bairro implica a vigência de uma forma local daquilo a que Andreas Huyssen (2003), pensando a reunificação de seu país e a transformação urbana de Berlim, chamara de “sedução monumental”. A tarefa da intelectualidade materialista, aqui, será intervir nesses discursos para impedir que a *sedução* se transforme, novamente, em uma *sedação*, que arrefeça ou estanque as potências do velho bairro operário.

Contra a racionalidade homogeneizadora dos *shopping centers*, este que funciona em Bangu é levado a tolerar e mesmo a investir diretamente sobre as sensibilidades locais. O funcionamento de uma exposição de longa duração, gratuita, nos corredores do edifício, celebrando a memória da fábrica e defendendo seu papel benfazejo na história do bairro, é contraposto por outras hegemonias que investem sobre a população. Ontem como hoje, os atores sociais mais diretamente ligados ao *Bangu Athletic Club* são os que mais facilmente tendem a deslocar à esquerda as diferentes narrativas sobre a história local. Nesse sentido, a própria instalação da estátua em homenagem a Thomas Donohoe é portadora de mediações complexas entre hegemonias proletárias e patronais.

A instalação, no edifício, de um dos campi de um centro universitário privado de médio porte tende a funcionar no sentido contrário: ao realizar e patrocinar feiras, eventos cívicos, festas e outras atividades no seio do complexo monumental, o centro universitário privado não busca apenas atrair alunos, mas produzir, também, uma cooptação de classe, juntando-se aos administradores do *shopping center* para tentar obter o favor dos frequentadores das maneiras que possa. Essas atividades incluem mutirões para corte de cabelo, vacinação, aferição de pressão arterial e outras atividades que se relacionem com a própria universidade: atendimento jurídico, psicológico, palestras motivacionais, aulas de música para crianças etc. Há, também o curiosíssimo ritual mensal de fazer soar o apito da fábrica. Em todos esses eventos, há a agência de algum ou alguns membros da burguesia local em articulação.

Os administradores do *shopping center* não consentem com essas intervenções movidos por inspiração filantrópica: são muito conscientes da necessidade de concorrer com o comércio da avenida Cônego Vasconcelos — o chamado *Calçadão de Bangu* — e ruas da região. Esse comércio de rua, que caracteriza a região desde os anos 1970, concentra tanto outros lojistas — muito articulados com a subprefeitura local, na defesa de seus interesses — quanto os comerciantes ambulantes informais. Assim, há ao menos dois segmentos organizados da burguesia local em disputa aberta, além dos comerciantes ambulantes que, em geral, trazem para o bairro as últimas novidades do mundo do consumo, exercendo, assim, uma parte significativa desse poder formativo sobre as sensibilidades dos consumidores. Lojistas do shopping center e das ruas fazem frequentes campanhas contra comerciantes ambulantes junto aos consumidores, além de influenciar o poder público a lançar sobre o *Calçadão* as matilhas furiosas da Guarda Municipal.

A frequência da Família Silva ao espaço monumental do *shopping center* local e ao conjunto do ecossistema urbano constituído na zona de gentrificação permitirá tematizar suas posições quanto a fatores de produção de subalternidade que abordamos nas entrevistas e dinâmicas de grupo. De saída, deve-se observar que o temperamento e a inserção laboral de cada uma das filhas de Marta fazem com que suas posições de classe e suas lealdades políticas divirjam acentuadamente entre si, mesmo com todas elas habitando regiões relativamente periféricas do bairro e sendo, também, trabalhadoras.

Lydia, que está há mais tempo empregada junto à rede varejista internacional, havendo até mesmo alcançado um cargo intermediário no departamento de recursos humanos, está bem mais exposta aos discursos da hegemonia patronal, sendo razoável afirmar que ela integra uma aristocracia operária local, apesar de não possuir formação universitária. Janine, embora portadora de diploma universitário em administração, foi levada a empregar-se nessa mesma rede, mas em cargo muito inferior àqueles aos quais poderia almejar e, inclusive, nos quais chegara a trabalhar no passado: suas lealdades e posições políticas, portanto, oscilam entre os escalões superiores da rede varejista, aos quais almeja, e os funcionários mais subalternos, junto aos quais desempenha. Emília, que conseguiu alçar a uma formação universitária a partir de sua experiência no serviço a profissionais liberais, faz parte do que se poderia considerar uma espécie de pequena burguesia local; suas lealdades, dessa forma, são especialmente ambíguas: comporta-se como uma espécie de anarquista espontânea, ressentindo-se dos antigos patrões, mas concedendo grande ênfase ao esforço individual como produtor de mobilidade social.

A própria posição de Rita junto às filhas de Marta é algo relativo e negociado, inclusive com sua mãe e irmãs afetivas. Já mencionei que ela não possui condições de empregar-se na rede varejista, mas conseguiu, a partir de Lydia, empregar seu filho mais velho como menor aprendiz em uma das lojas. A primogênita de Rita, não possuindo os documentos necessários, desempenha atividades informais e eventuais, semelhantes às da mãe: o cuidado de crianças ou idosos, ou a limpeza da casa de alguma das matronas. Quando essas oportunidades eventuais de trabalho informal remunerado não aparecem, Fernanda cuida dos próprios estudos, de seus irmãos e do trabalho doméstico na própria residência. Rita, portanto, integra o segmento mais vulnerável da classe trabalhadora da franja, sempre dependente da solidariedade da rede de matronas do Campo das Bromélias e da Vila Vintém, onde vivem os sogros e uma parte de sua parentela biológica.

O último exercício deste capítulo buscará abordar algumas das discussões que tive com as participantes da pesquisa sobre temas de interesse na formulação original do estudo — habitação, classe, gênero e uso da língua, sobre uma intersecção na qual questões raciais aparecem inevitavelmente, e de modo central. Muitos desses conteúdos, resistidos até as últimas forças pelas participantes, surgem de maneira apenas discreta nas discussões. Às vezes, eles irrompem violentamente, entre as palavras de quem nada tem a perder, ou nos acidentes da experiência de quem ainda pensa ter algo a ganhar.



Figura 19. *Celebração e jantar da Família Silva no shopping center de Bangu. Bangu. Rio de Janeiro (RJ), 2019. Autoria não identificada. Acervo da Família Silva. Da direita para a esquerda, Janine e Bruno, Lydia e Miguel, Emília e Nicole; e Marta.*

3.3 Ensaio sobre as lágrimas da colombina

Além de aproveitar a área construída do edifício da fábrica para ações junto à população, os administradores do *shopping center* costumam sublocar partes ociosas do estacionamento do complexo para empresas interessadas. O local costuma receber temporariamente parques de diversões, atrações circenses e mesmo uma festa junina de importância regional, conhecida por sua mostra competitiva de fantasias. Foi desse modo que os netos consanguíneos de Marta conheceram pela primeira vez esses espaços.

Recentemente, passou pelo local um circo itinerante que percorre alguns municípios mineiros, cariocas e capixabas. Sem o uso de animais vivos, as atrações se concentram em reproduções destes em tamanho real, feitas em fibra de vidro, e em performances mais típicas de arte circense, embora adaptadas a um formato teatral — em sua tenda principal, o circo possui um palco, em vez de um picadeiro. Marta e Lydia levaram as três crianças a uma das apresentações em começos de abril de 2019. Marta se recorda da noite como uma transposição a um tempo de encantamento e alegria, até que um esquete evocasse, sem aviso, uma memória obscura da matrona, dos dias de sua mudança para o Rio de Janeiro.

Uma colombina divertia-se com um pequeno rádio, desses que homens mais velhos levam a estádios de futebol; um rádio tão risonho e alegre quanto ela própria. Um segundo personagem aparece para incomodá-la: na maior parte das vezes em que o esquete é encenado, apresenta-se como um homem de sobrecasaca e cartola; naquela noite, por algum motivo, era um pierrô. Dizia alguma coisa agressiva à colombina, tomava seu rádio, jogava-o em um cesto de lixo e o tampava, abafando música do aparelho e enchendo de lágrimas os olhos da colombina. Marta, sentada na primeira fila, levantou-se da plateia, pôs as mãos sobre a cabeça e irrompeu em sua defesa: “Poxa, quebrou o radinho dela! Não faça isso, não! Isso é maldade!”. Os atores continuaram o número, mas, segundo Lydia, passaram a mediar a reação apaixonada da matrona.

Lydia me contou o episódio algumas semanas depois, incidentalmente, em uma ocasião “fora de campo”. Ela havia se lembrado de uma história que Marta conta com muita frequência e que, inclusive, apareceu em nossa conversa sobre sua transferência para o Rio de Janeiro, em setembro de 2018. Trata-se de um dos abusos de Francisco, uma ocasião em que ele e Marta protagonizaram uma cena semelhante à do esquete.

Em uma tarde de 1972, algumas semanas após a mudança para o Rio de Janeiro e ainda no primeiro terreno que ocupara, Marta esperava por Francisco, na porta de casa, ouvindo música em seu pequeno rádio. O companheiro chegou furioso, repreendeu Marta por estar ouvindo música e chutou o aparelho, que se desfez contra uma parede: “ouvir música era coisa de mulher safada”⁶. Embora Marta não tenha parecido — novamente, segundo Lydia ou seus netos — abalada com o esquete, era o único número do circo de que a matrona se lembrava quando perguntei, um pouco descuidada, se haviam gostado do passeio.

O tema da memória involuntária e da repressão de experiências traumáticas é algo que sempre interessou bastante à psicanálise (FREUD, 2010:208), e a atuação no campo da Educação Especial inclui frequentemente o manejo do estresse pós-traumático em educandos e seus familiares. Procurei desviar-me rapidamente do assunto, enquanto Lydia, com alguma inocência, divertia-se em relatar a reação exasperada de Marta: as lágrimas da colombina adquiriam, para a matrona, um sentido que eu não gostaria de abordar nunca mais. Já havia cometido, antes, o erro de deflagrar, sem querer, gatilhos emocionais entre mulheres da Família Silva, e não gostaria que acontecesse outra vez.

Em certa ocasião, envolvendo a própria Lydia, tive temores de haver, conversando sobre a opressão feminina e a generificação da divisão social do trabalho, precipitado uma crise depressiva que poderia haver representado um risco para a subsistência dela e de toda a Família Silva. Felizmente, não foi o que aconteceu, mas reconheço o sério dilema ético em que me inseri. Jamais deixaria de dizer, a qualquer companheira, o que penso sobre a nossa condição; esse episódio, porém, exigiu-me nunca mais deixar de pensar em *como* dizê-lo. Já havendo arriscado a estabilidade emocional de Lydia uma vez, não estava disposta a repetir esse erro com Marta: ao contrário da avaliação de muitos psicanalistas, creio que há experiências que devem ser esquecidas para sempre.

Fora dos significados biográficos do esquete, porém, as lágrimas da colombina permitem alcançar outros aspectos da repressão a respeito de fatores de subalternização entre habitantes do Campo das Bromélias. Recordo, aqui, a lição de Michel Pollak sobre a riqueza dos conteúdos de que os participantes não se recordam bem, ou daquilo que apenas enunciam sob condições muito específicas (POLLAK, 1992; 2006).

⁶ Entrevista à autora, em 01 de setembro de 2018.

O racismo é um assunto que aparece a muito custo nas palavras das mulheres da Família Silva, afinal de contas, sob condições de racismo estrutural, “ninguém é racista”. As condições por meio das quais me chegam informações sobre o racismo são sempre transversas e incidentais, ou, ao menos, exigem empatia e convicção a respeito da proteção à palavra. Felizmente, na ocasião em que recebi Rita para conversarmos sobre a pesquisa, ela chegava adiante das outras mulheres da Família Silva, após o que ela se retrairia consideravelmente. Isso permitiu que ela contasse abertamente sobre as formas de discriminação a que seus filhos são expostos no cotidiano da escola em que estudam.

Ela própria tende a explicar esses episódios por *fora do racismo*, mesmo quando pergunto diretamente sobre o assunto: é sempre porque eles moram em uma favela, ou porque um de seus meninos foi retido no avanço para o ano seguinte ou por *outro motivo qualquer*. É difícil manter essa narrativa quando ela se recorda que algumas das ofensas que crianças da escola dirigem às suas filhas são, patentemente, injúrias raciais. Retornarei à história de Rita brevemente, mas a única ocasião em que ouvi um habitante do Campo das Bromélias falar abertamente sobre racismo foi em setembro passado. Sabendo que eu estava engajada na pesquisa e que, no momento, desejava compreender as origens e a situação fundiária do Campo das Bromélias, Janine chamou um morador bastante querido da região, que trabalha informalmente como pedreiro.

Fernando é apenas alguns anos mais velho que Lydia, e apresenta-se sempre como eletricitista e soldador industrial. Ele e meu companheiro — que gosta de aprender sobre ofícios manuais para nossa conveniência — tornaram-se amigos há algum tempo. Encontrei os dois conversando animadamente na esquina da casa de Marta, e Fernando me abordou: perguntou sobre a pesquisa, e disse que gostaria muito de participar. Em nossa entrevista dirigida, ele apresentou informações importantes sobre a ocupação da região, que pude contrastar posteriormente às palavras de Moreira e de um de seus filhos, Márcio. Antes da ocasião, ainda na esquina, ocorreu esse acidente curioso: Fernando, mostrando a pele do próprio braço, soltou, quase sem querer: “tudo aqui fica sempre na conta do preto!”. Foi a partir daí que Fernando começou a conversar mais abertamente sobre o racismo, embora sempre evitando aprofundar-se sobre as maneiras como ele próprio o enfrentava em seu cotidiano. Quando perguntado se isso acontecia com ele, afirmou enfaticamente que não, que ele mesmo era “moreno”, e que as pessoas gostavam muito da cor dele, invejavam-na, inclusive seus amigos “de Bangu”.

Como se sua frase tivesse disparado mecanismos muito discretos de vigilância, o racismo desapareceu rapidamente da conversa, assim como a exclusão habitacional, contida na confissão, igualmente acidental, de que ali — na franja — não era Bangu “de verdade”. Deixei os dois continuarem a conversa; já tinha o que precisava: o silêncio e a tergiversação são formas de se controlar o alcance dos fatores de subalternização da região, e eu faria bem em limitar, o quanto possível, minha abordagem direta deles.

Quando recebi Rita em minha casa, eu já havia desenvolvido estratégias para abordar indiretamente os fatores de subalternização que precisasse discutir, e as colocava em prática mais ou menos sistematicamente. Passei a selecionar “conteúdos geradores”, a partir das próprias redes sociais ou da imprensa, interpelando as participantes a partir deles. Antes da chegada das outras mulheres da Família Silva, Rita apresentou alguns detalhes do percurso de dois de seus filhos mais jovens, Marcela e Rafael, que frequentam classes do terceiro e do sétimo anos, respectivamente, em uma Escola Municipal fora da Franja. Segundo seu relato, o diretor da escola — e não os professores — costuma presidir as “reuniões de boletim”, iniciando-as sempre com uma fórmula de acolhimento às mulheres presentes: “Não tenho medo de bandido: quem sabe do filho de vocês aqui dentro da escola sou eu, e quem abrir a boca vai sair da reunião”⁷.

Em princípio, a presença de estudantes é proibida, mesmo se essas mulheres não tiverem com quem deixá-los. Ocasionalmente, o diretor convoca alunos considerados problemáticos para reuniões junto com seus pais, e Rita é sempre convocada para tratar de *todos* os seus filhos em idade escolar. Contando-me sobre a mais recente dessas ocasiões, ela mostrou preocupação quanto ao futuro de Rafael na escola. O diretor lhe fez um elenco, na presença do menino, de vários *outros motivos quaisquer* pelos quais ele deveria passar ao turno da noite. Perguntei se ela tinha a possibilidade de falar em defesa do menino: “já tentei isso, mas eles dizem, quando a gente defende, que ‘é por isso que vira tudo bandido!’”, respondeu. Nessas reuniões, após os episódios rituais de humilhação, compreendi que se exige aos pais que repreendam seus filhos no próprio local, e que a repreensão deve satisfazer o diretor. Havendo estabelecido a falsidade dos relatos — improvável que Rafael fosse agressivo *apenas* na escola, e em nenhuma outra parte — compreendi que os episódios tinham motivações extradisciplinares implícitas.

⁷ Rita, em entrevista reservada à autora, em 22 de março de 2019.

O racismo, portanto, possui uma posição bastante especial entre os fatores de exclusão que eu me propusera a tematizar originalmente: como ele é um *tabu*, tende a expressar-se por meio de outros estigmas, predominantemente de tipo habitacional ou sociolinguístico. Creio haver identificado uma tendência, no interior da franja, ao êxodo de alunos cujas famílias não se consideram negras para fora dos aparelhos educacionais públicos, concomitante ao desenvolvimento de um tipo de aparelho escolar privado de baixíssimo custo para recebê-los. Quando uma das mulheres da rede foi forçada a matricular seu filho em uma Escola Municipal, isso causou grande consternação entre sua família extensa, de sorte que sua rede de solidariedade se organizou para transferir o menino para uma escola privada ainda no primeiro bimestre de 2017. A gota d'água, para essa mãe e seu círculo, veio quando o menino ganhou uma mecha de cabelo de uma menina negra: a mecha de cabelo crespo, jogada no lixo, me fez entender que *outros motivos quaisquer* vinham justificar a apressada transferência. Pelo que pude observar dessas escolas de baixíssimo custo, elas podem até mesmo ter muitas das mesmas carências que suas correspondentes na rede pública: o que elas não costumam ter são contingentes expressivos de alunos negros, ou de professoras habilitadas.

A partir desse ponto, coleccionar episódios particulares de racismo não traria proveito para a pesquisa: apenas devemos ter em mente que, uma vez que a branquitude é uma ideologia e, como tal, necessita do velamento, é muito comum que vários outros fatores de exclusão digam respeito, de maneira principal ou aditiva, ao racismo. Afirmar que uma pessoa mora em tal ou qual lugar, ou que ela fala de tal ou qual maneira, ou que tem tais ou quais traços de gênero, que ela é bem ou mal-educada etc. não costuma atrair a mesma medida de reprovação social que a injúria racial aberta. Com essa ressalva, poderemos explorar os dados que pude obter quanto à exclusão por fatores habitacionais e pelo uso da língua, durante as dinâmicas que organizei para tal fim.

Mobilizar pequenos grupos de pessoas para falar sobre estigmatização territorial em uma cidade como o Rio de Janeiro pode ser bem difícil. Perguntas a respeito da própria residência costumam dar lugar a suposições de tal modo amplas sobre a dignidade e as credenciais dos participantes que ninguém ousaria entrar nesse assunto de forma leve ou desinteressada. Acionei minha própria natividade banguense, junto a memórias como as que relatei sobre o traçado da rua Rio de Prata (p. 28), de modo a deixar as participantes mais à vontade para discutir o assunto.

Poderia afirmar que foi colocando a mim mesma nas posições mais vulneráveis dos matizes e gradientes da estigmatização territorial — próxima, portanto, ao mínimo denominador comum de solidariedade a que Victor Turner denominara *communitas* (TURNER, 1969:128) — que pude conseguir empatia suficiente *entre* as participantes para deslocar a própria estrutura classificatória que torna os estigmas territoriais possíveis. O sucesso dessa estratégia foi bastante relativo, a depender da composição geracional e das posições de classe das participantes em cada ocasião.

A única constante entre todas as participantes, possível pela estratégia da *communitas*, foi o reconhecimento de que haviam sofrido diferentes episódios de humilhação por efeito de habitarem o Campo das Bromélias — evitei o uso de termos específicos como *estigma*, *interseccionalidade*, *franja meridional* etc. Marta e duas outras matronas — Tânia (irmã de Moreira) e Maria, minha própria mãe — relatam que esses episódios são mais frequentes quando elas têm que ir ao comércio: quando uma delas precisa comprar algum bem de porte mais difícil no *Calçadão*, elas se organizam para irem à loja em grupos e *pressionarem* os funcionários a venderem e entregarem a mercadoria no próprio Campo das Bromélias. Decidiram estabelecer esse procedimento após Tânia não conseguir comprar uma televisão, mesmo pronta para pagar a vista.

Cartas e mercadorias despachadas pelos Correios já não chegam há muitos anos: as matronas possuem as próprias estratégias para buscar e distribuir esses objetos entre si. Contas e boletos bancários, em regra, só chegam após o vencimento: as matronas e outros moradores do Campo das Bromélias costumam recorrer a uma conhecida, que agencia a busca e o pagamento dessas contas na Internet — por uma pequena comissão.

O ressentimento dessas matronas com a relegação do Campo das Bromélias, portanto, está colocado em termos do acesso a bens e serviços básicos, e sua rede de solidariedade lhes permite contrapor-se com sucesso à maior parte das dificuldades que o estigma territorial lhes impõe. Sentem, inclusive, orgulho do bairro que elas próprias construíram “com muita luta”. Ao contrário das matronas, a geração de suas filhas teve acesso, pela maior parte de suas vidas, a empregos formais no setor terciário, e foi exposta diretamente à inflexão do *ethos* competitivo sobre o fator habitacional. Todas as mulheres dessa geração com quem tive contato relatam episódios de humilhação em serviço, explicitamente associados ao fato de “morarem mal” ou serem “roceiras”. É compreensível pois, que entre elas, práticas de dignificação sejam bem mais frequentes.

Na dinâmica do dia 23 de março, as participantes — sempre muito curiosas com as histórias pouco amenas que eu tinha para partilhar e desfazer a imagem hegemônica da Zona Sul carioca — chegaram a considerar uma equivalência relativa entre habitações de famílias de trabalhadores em diferentes regiões da cidade e do próprio bairro de Bangu. Assim, eu começava a nutrir expectativas de que seu consenso caminhasse em direção à percepção de que a estigmatização territorial era um jogo sem vencedores. Estava enganada: se as filhas consanguíneas de Marta tendiam a retrair a intervenção de Rita na discussão, a presença da irmã afetiva também teve o efeito de silenciar certas observações de conteúdo mais propriamente injurioso, que somente ouvi dias após.

Em uma videochamada com Marta e duas de suas filhas, algumas semanas depois, tivemos dificuldades para ouvirmos umas às outras: um dos vizinhos, que se apresenta como produtor e DJ, havia ligado um aparelho de som, tocando *funk melody* naquela tarde de sábado. Foi quando as duas filhas de Marta tiveram um rompante contra “esses favelados que se mudam para cá e acham que a gente é obrigada a ouvir essas porcarias”. Continuaram por algum tempo falando sobre a família, que gasta com um aparelho de som “nojento”, mas mora num “quartinho de fundos só no tijolo”. Essa última observação me deixou um pouco consternada: lembrei imediatamente do tempo em que minha própria mãe morava — durante anos que me cobrem a infância e o início da adolescência — em um terreno de fundos no Campo das Bromélias, antes que ela tivesse condições de se mudar para uma casa melhor comigo e meus irmãos.

Tentei não me demonstrar afetada por aquelas palavras, deixando-me perder entre amenidades de que já não me recordo mais. Passei alguns dias considerando a hipótese de que essa geração, muito mais fortemente sujeita a episódios frontais de humilhação por fatores habitacionais, e a uma atuação bem mais intensa da ideologia do *ethos* competitivo, seria particularmente propensa a lançar-se em práticas de estigmatização lateral. Creio que essa sociabilidade esteja no centro da descontinuidade geracional que as ideologias patronais buscaram produzir entre a geração das matronas e a de suas filhas, e que ela consiste justamente no oposto das solidariedades laterais que permitem àquelas limitar alguns dos efeitos mais concretos e cotidianos da residência na franja. Há mais um complicador, aqui: os muitos significados de “favela” e “favelado” entre as filhas de Marta e suas contemporâneas dissimulam significados raciais, mas também estão em uma intersecção com outros fatores de subalternização.

Em outras palavras, é bastante óbvio que a expressão “favelado”, entre habitantes da franja que negociam seu pertencimento à cidade formal segundo a gramática da estigmatização lateral, serve para dissimular conteúdos raciais. O “favelado”, que se torna uma alteridade central para os habitantes subalternizados da Franja — mesmo quando “não brancos” —, engloba também um conjunto de *outros motivos quaisquer*, mediados por supostos modos de morar, de ouvir, de falar.

Para tanger esses modos de ouvir e falar entre as participantes da pesquisa, organizei a dinâmica sobre fatores sociolinguísticos de estigmatização a partir de um tema gerador específico, o gênero discursivo que Iara Marcondes (2008) denomina *consultórios gramaticais*. Trata-se de discursos que, pretendendo ensinar à sua clientela os mistérios do “bom português”, contemplam verdadeira obsessão das participantes da pesquisa a respeito do uso do vernáculo. Não é uma obsessão imotivada: sei o quanto a população do Campo das Bromélias, desde o tempo da *escolinha*, relata episódios de humilhação relacionados ao uso da língua — também fui protagonista de muitos. Tais circunstâncias, ameaçando os termos de sua inserção laboral, também determinam uma renhida disputa, entre essas mulheres, pela língua da classe dominante.

Apresentei a um grupo misto, que reunia as duas gerações da Família Silva e sua rede, um episódio da série *Não seja burro!*, um consultório gramatical apresentado no *YouTube* pela *vlogger* e “humorista” Marcela Tavares. Compartilhados por muitas das participantes, em suas redes sociais, esses vídeos apresentam Marcela na *persona* de uma inamistosa professora de português, que explica, com a candura de um sargento de infantaria, dúvidas frequentes de sua audiência. A série de Marcela Tavares é descrita por Larissa dos Santos (2017) como foco de preconceito linguístico particularmente intolerante, difusor de um purismo incompatível com a realidade vernácula do país.

Como as singularidades da personagem refletem muitos dos episódios de humilhação a que as participantes comparecem, o engajamento delas na discussão foi bastante expressivo. Para Lydia, o uso de formas “incorretas” nas redes sociais e na comunicação profissional no interior do grupo varejista são inadmissíveis, e poderiam ser “corrigidos” com um mínimo de esforço pessoal. Janine a acompanha: ambas consideram que o português dos gerentes é impecável, mas concedem que os mais carismáticos deles procuram “descer” ao nível da expressão de seus subordinados para que eles “entendam melhor” as instruções e as necessidades mais imediatas do serviço.

Episódios externos às dinâmicas mostram o quanto lhes pode irritar serem corrigidas por seus próprios filhos, que só não pagam o preço de sua insolência por inspirarem, com a demonstração incontestável de que estão aprendendo a “falar direito”, alguma medida de orgulho. Rita buscava dizer nada ou quase nada, simplesmente porque a hierarquia das mulheres da rede naturalizou a ideia de que “ela nunca diz nada certo”. Suas tentativas de intervir na discussão eram mediadas pelas matronas presentes, Marta e Cecília, que têm a própria noção do que significa a forma hegemônica da língua. Emília deu pouca atenção aos aspectos metalinguísticos da discussão: seu problema era o estilo autoritário de Marcela, contra o qual lutava, na *escolinha* e na escola de Nicole.

Parece ocorrer com o preconceito linguístico algo semelhante ao que ocorre com a injúria racial aberta: “ninguém” a pratica, e nem sofre. Apenas Rita confessaria reservadamente, após a dinâmica, que até mesmo membros de sua família consanguínea costumam desqualificá-la por seu uso da língua, por “nunca falar nada certo”. Mas como analisar esses comportamentos, que parecem fugir persistentemente à atenção?

A fala dos gerentes, conforme concebida por Lydia e Janine, contém uma característica interessante: ela seria capaz de modular a si mesma entre as formas de um código hegemônico e de um código subalterno, como ocorre entre falantes bilíngues. Essa alternância, chamada *code switching*, é algo central para a sociologia da linguagem, pois a literatura descobriu cedo que ela raramente ocorre por finalidades práticas, senão por finalidades rituais, de constituir ou destituir relações de poder e de classe.

O conceito de *diglossia*, elaborado em artigo seminal de Charles Ferguson (1996) — editado originalmente em 1959 — buscou caracterizar, em diferentes contextos, a oposição e a especialização funcional do *code switching* entre um código hegemônico e um código subalterno. Desenvolvido originalmente para o estudo de comunidades de fala bilíngues, o conceito foi expandido posteriormente para contemplar outras formas de variação linguística dentro de um mesmo idioma: é essa expansão que subsidia a abordagem preferida no Brasil, que explora a noção de *preconceito linguístico* (BAGNO, 2007; SCHERRE, 2005) e permite problematizar o conteúdo concreto das noções de erro, norma e desvio na fala das classes dominantes e na fala das classes subalternas. Quando consegue despir-se da procissão de eufemismos, essa literatura chega a reconhecer que o preconceito e a polarização linguísticos são “reflexo inexorável das diferenças materiais e culturais que apartam as classes sociais no país” (LUCCHESI, 2015:34).

Reverendo os dados que acumulei sobre a exclusão sociolinguística entre as participantes, não pude deixar de recordar a dignidade e a estima que a fala de Marta e das matronas obtinha em minha infância e adolescência, nos anos da *escolinha*. Havia ali as condições mínimas de uma hegemonia camponesa que ousava medir-se com a língua da classe dominante. O refinamento da noção de comunidade de fala em direção a comunidades linguísticas multiestratificadas, com normatividades concorrentes no mesmo idioma, são interessantes para a intervenção nessa frente de hegemonia em particular (SANKOFF, LABOV, 1979). Em questões de hegemonia e *diglossia*, porém, devo reservar um aparte sobre as características dos códigos hegemônicos e subalternos.

O código hegemônico tende a ser o objeto preferencial de codificação e normatização linguística, tendendo a uma maior estabilidade. Também tende a ser a variedade linguística de maior prestígio, na qual se desenvolvem cânones literários, textos acadêmicos, legislativos, religiosos, aparelhos escolares etc. No caso da língua dos escalões superiores da rede varejista e de parte da clientela de Emília, esse código hegemônico tende a adotar padrões e lexemas dos estratos superiores da burguesia internacional, com um *approach* que reflita as características mais centrais da ideologia do *jet set* e dos *CEOs*, mas que, em condições de capitalismo dependente, também exhibe, no próprio uso da língua, uma série de características híbridas, desiguais e bastardas.

O código subalterno, por outro lado, resiste à normatização e à codificação: sua variação, sincrônica e diacronicamente, tende a ser bem mais intensa, e seus usos tendem a comportar situações sociais que envolvam a vida familiar, a amizade, a solidariedade lateral, a horizontalidade do olhar, a poesia nativista, o cancionero popular, o folclore, o humor satírico etc. A fala subalterna *sempre* pode mediar a produção de novas hegemonias: os atravessamentos entre os códigos, deliberados ou espontâneos, estão na raiz de fenômenos nacionalistas e nativistas nas artes, nas letras, e na luta anticolonial. O movimento tropicalista da música popular brasileira, a literatura de Guimarães Rosa e os textos militantes de Amílcar Cabral ou Aimé Césaire têm em comum essa valorização da fala subalterna, via de acesso à “espontaneidade” do caráter nacional.

Fatores sociolinguísticos, como disse, não andam separados dos demais. Eles se refletem na representação de um *socioleto do outro*, que busca atribuir ao sujeito lateralmente excluído algum signo associado, à origem, à habitação e, principalmente, sob o véu de *um pretexto qualquer*, à cor da pele.

Creio que seja possível, após percorrer a relação da Família Silva e dos habitantes do Campo das Bromélias com os vários fatores de subalternização que a pesquisa considerou originalmente, propor um sentido propriamente coletivo para as lágrimas da colombina: ela chora uma incerteza que se lança contra os netos de Marta e da rede das matronas, sempre e a cada vez que estas e suas filhas se afastam umas das outras. Há um monumento à dominação de classe erigido no centro nervoso de Bangu, o espaço fabril, reconvertido em espaço de consumo. Há outro feito de proporções igualmente monumentais, embora um pouco menos visível e bem mais hediondo: a descontinuidade dos costumes e das solidariedades entre a geração de Marta e a de suas filhas, que periga lançar estas e seus filhos nos braços do opressor hospedeiro. Ele invade até mesmo o espaço do parque ou do circo, o reino dos sonhos e do encantamento, privando-nos do pão e do trabalho, certamente, como da própria humanidade e do amor.



Figura 20. *Bruno no carrossel da opressão e do encantamento*. Bangu, complexo fabril. Rio de Janeiro (RJ), 2019. A autoria de Lydia Silva. Acervo da Família Silva.

Considerações finais

Minha ascendência camponesa me fez descobrir, a certo ponto de minha trajetória, o gosto pela leitura das obras do escritor goiano José Jacinto Veiga (1915-1999). Representante nacional do chamado realismo fantástico, suas histórias tematizam frequentemente o choque de sociabilidades camponesas com misteriosos agentes urbanos ou industriais que, perturbando as vidas dos protagonistas e a própria ordem cósmica, instalam-se nas franjas do arraial, sempre para atingir-lhe o próprio coração. Sabedor de que a forma dessa opressão é imensamente variável, J. J. Veiga costumava referir-se a esse antagonista arquetípico de suas obras sempre com expressões de sentido genérico, como “a fábrica”, ou “a companhia”, ou “a caravana”. Procurei trazer esse uso, essa particularidade, dele e minha, para dentro da dissertação.

É bem difícil concluir uma pesquisa sobre o bairro de Bangu sem permitir que ele seja capturado pela representação monolítica que a imagem da fábrica têxtil ocupa na paisagem e na memória locais. Esforcei-me, ao longo dessas páginas, para fazer justamente isso. Embora a literatura acadêmica, sob o protagonismo de historiadores e memorialistas nativos, venha deslocando criticamente a fábula romântica do passado fabril, a Companhia Progresso Industrial do Brasil e o Complexo Prisional do Gericinó, inteiramente complementares e contínuos entre si, ainda reduzem a complexidade do bairro à fábrica ou a prisão, algo que me horroriza há muitos anos. Decidi, portanto, negar à fábrica, como à prisão e a outros opressores que tais, a dignidade de serem associados ao nome do próprio bairro de Bangu: foram, portanto, chamados, apenas, de “a Companhia”, ou “a rede varejista”, ou “o mercado” ou “o *shopping center*” etc.

Também é bastante difícil escrever sobre Bangu sem começar a descrição a partir do ramal ferroviário ou do complexo fabril, mesmo quando se é nativa de sua franja meridional. Assim, busquei apresentar a franja como uma região focal que, tal como os arraiais de J. J. Veiga, é invadida por antagonistas poderosos, em ondas que apenas a muito custo me ocorreria reconhecer como a “marcha irresistível do progresso”. Meu amor por essa região, à qual devo a possibilidade de haver me tornado professora e lutado o bom combate da Educação Especial, tornou legítimo que eu retornasse a ela, buscando enfrentar problemas que descobrira em minhas atividades de magistério, mas igualmente ávida para deixar algo que contribuísse para a formação de hegemonias operárias, em um bairro há muito tentado pela astúcia de seus opressores.

Sei que meu desprezo pela fábrica, pelo *shopping center*, pela prisão e pelo supermercado vão, algumas vezes, de encontro às sensibilidades de habitantes da Franja e do conjunto do bairro, mesmo àquelas de alguns de seus representantes orgânicos. Apesar da admiração que tenho pela maior parte destes, não escrevo para produzir consensos. Reconheço que essa posição pode, algumas vezes, atrair graves fricções entre mim e importantes aliados na luta de classes, no campo feminista interseccional e nos debates sobre o que são, afinal, a franja meridional e o bairro de Bangu; gosto de acreditar que o tensionamento de nossas convicções, sob imperativos de objetividade, respeito, empatia e escuta mútua, pode produzir mudanças frutuosas para todo mundo.

Iniciei minhas atividades de campo, ainda sob forma embrionária e exploratória, há pouco menos de dez anos, como um desejo de compreender singularidades das regiões de que provinha e para onde me destinava em minha trajetória de profissionalização e exercício do magistério. O desempenho junto a educandas e educandos com necessidades especiais me fez buscar a condução, a partir dos aparelhos profissionalizados de pesquisa desta Universidade Federal do Rio de Janeiro, de uma investigação que enfrentasse um problema recorrente de minha prática: o fato de necessidades educacionais discentes serem por vezes ofuscadas pelos mais diversos fatores de exclusão social e subalternização, que os vulneravam antes mesmo que cruzassem os portões da escola.

O primeiro imperativo de minha disposição em retornar à Universidade, junto a um programa de pesquisa educacional, portanto, era somar esforços junto a professores e pesquisadores que buscam tematizar processos educacionais e formativos nos limites ou no exterior dos aparelhos educacionais institucionalizados. Admitida em um coletivo de pesquisadores marxistas, comprometidos com a transposição das diversas formas de opressão que limitam o horizonte da humanidade, passei a propor, que, com a possível exceção dos períodos de violência revolucionária, as classes sociais em disputa apresentavam-se, diante de si próprias, como de suas antagonistas históricas, na qualidade de *classes educadoras*. Para que esse aprofundamento do princípio educativo gramsciano pudesse ser posto à prova, era necessário buscar um contexto empírico para validação das hipóteses que minha atuação junto à Universidade permitia entreter. Deste modo, procurei delinear e desempenhar uma investigação qualitativa que, alçando a dimensões propriamente coletivas e sociais, permitisse enxergar além das superestruturas escolares e institucionais, em direção a processos formativos implícitos na região focal.

O primeiro capítulo buscou caracterizar os antecedentes da família focal e os termos da transferência da matrona para a franja meridional de Bangu. Esta região também precisou ser descrita e caracterizada a partir de suas próprias qualidades internas — e jamais a partir da perspectiva dos atores sociais que investiram contra ela. Com a gente e a terra devidamente apresentados, passei a analisar as interpenetrações entre ambos, e os termos de sua existência em um contexto de capitalismo dependente, que conjuga as características mais avançadas do sistema àquelas mais remotas e residuais, que assinalam um tempo anterior, um passado vivo de outras hegemonias.

O segundo capítulo buscou caracterizar o processo de consolidação da instalação da família focal no Campo das Bromélias a partir da constituição espontânea de uma rede de solidariedade entre matronas, que cultivam, até o presente, sua amizade, seus saberes camponeses, sua roça comum, e sua independência. No auge desse processo, enquanto as mulheres da Família Silva preparavam-se para os desafios da reconquista da residência matronal contra os abusos de Francisco, suas filhas mais velhas iniciaram um serviço paraescolar específico, denominado *escolinha*, que mediou os embates entre hegemonias pré-capitalistas, camponesas, proletárias e patronais no seio de um aparelho de hegemonia complexo. Eu própria aluna dessa *escolinha*, depois escolhida como preceptora e irmã afetiva da caçula, Emília, presidi, junto com ela, os últimos anos desse serviço. A inserção laboral da segunda geração da Família Silva, portanto, acontecia em duas vagas separadas por cerca de uma década, e determinava trajetórias bastante diferentes para cada uma das filhas de Marta, como para mim própria.

O último capítulo da pesquisa buscou apresentar as consequências metodológicas, éticas e heurísticas de minha gravidez, de alto risco, e da forma como a rede de matronas do Campo das Bromélias e suas filhas se organizaram para vir até mim, de sorte que pudesse tanto concluir a pesquisa quanto mitigar os riscos de minha gestação. O capítulo incluiu um exercício teórico em direção a um diálogo entre o campo marxista e o feminismo interseccional. Após esse exercício, voltei a análise para a formação, no extinto núcleo fabril de Bangu, de um novo aparelho de hegemonia, um complexo cívico e monumental ambicioso, de gestão privada, preche de mediações extra e paraescolares. Ao fim, confrontei os dados mais importantes das entrevistas e dinâmicas temáticas em grupo com os exercícios teóricos anteriores, de sorte que pudesse apreender o estado atual das condições de formação de uma consciência de classe na região focal.

Ao longo dos três capítulos, busquei evidenciar o funcionamento e a importância de compreender, a partir da pesquisa educacional, os processos formativos discretos, extraescolares e paraescolares, associados à instalação e à adaptação da Família Silva ao ambiente urbano. Nos dois últimos capítulos, porém, busquei contrastar a relativa exiguidade do tema em meio ao estado da arte na pesquisa educacional à profunda e sofisticada compreensão que a burguesia possui desses processos em seu conjunto. Tanto os administradores da rede varejista quanto aqueles da fábrica, sucedidos na forma do complexo monumental e do *shopping center*, são capazes de dirigir-se à classe operária e à sua prole como hábeis *educadores*. Esse descompasso marca em cores fortes a necessidade de maior atenção à pesquisa de processos extraescolares.

Um dos grandes objetivos curriculares implícitos desse investimento patronal foi consolidar uma profunda descontinuidade geracional entre a rede das matronas, de extração predominantemente camponesa, e suas filhas, cujo espírito foi urbanizado entre os laços e as redes do capitalismo dependente. Aquilo a que a literatura denomina *ethos* competitivo é, de fato, um dispositivo poderosíssimo de hegemonia patronal, por meio do qual as mulheres da rede são tentadas a desqualificar-se mutuamente por todos os fatores de subalternização originalmente considerados neste estudo — moradia, habilidade vernácula, gênero e raça; com uma forte preeminência dos dois últimos, configurando um capitalismo intrinsecamente racializado e em nada oposto à luta antirracista. As filhas das matronas não abandonaram inteiramente as sociabilidades da ajuda mútua e da solidariedade vicinal, mas a interiorização do *ethos* competitivo e das práticas de humilhação e estigmatização laterais constituem, atualmente, o maior obstáculo para a construção de hegemonias operárias na franja meridional de Bangu.

As dificuldades constitutivas e supervenientes para a condução da pesquisa exigiram-me desempenhar uma escrita tensa e apressada, além de contentar-me em realizar observações predominantemente parafrásicas, que não fazem justiça às quase trinta horas de material gravado que acumulei. Se, nisto, corro o risco de haver *falado pelo outro* e reproduzido os termos da subalternidade, mostrei-me disposta a defender esta pesquisa perante as companheiras e amigas do Campo das Bromélias, com o mesmo rigor que o faço diante de nossa Universidade. Considero essa “segunda defesa” algo fundamental, pois ela é tanto capaz de afastar esse risco quanto de afirmar, *na prática*, a subjetividade e a agência crítica de todas e todos os participantes da pesquisa.

Há mais um motivo de alento diante da imensidão do material acumulado — gravações e notas de campo — durante a investigação: ela não é o fim de um trabalho acadêmico, senão um novo começo, o caminho de várias novas pesquisas. Na medida em que esta dissertação seja realmente convalidada pelo conjunto das pessoas que dela participaram, diria que esse volume de material é, na exata medida de sua extensão, a estatura do mandato ético e social que me exige continuar, pelos anos seguintes, a militar neste tema, a juntar-me ao debate e a investigar seu desenvolvimento.

Esta pesquisa permite um número de conclusões e discussões aprofundadas sobre os fatores de subalternização que percorreu, sobre a importância e o alcance de processos formativos discretos ou sobre as lutas pela hegemonia na região em análise. Abordá-las diretamente será a tarefa dessas investigações futuras, mas gostaria, de despedir-me acentuando a importância da mais decisiva entre essas conclusões, consistente no seguinte: a vigência e a internalização de um *ethos* competitivo de inspiração patronal, com os ritos de dignificação e as práticas de estigmatização lateral que implica, são o principal obstáculo para a formação de uma efetiva consciência de classe na franja meridional de Bangu.

Gostaria de propor, desse modo, que o principal instrumento para dar combate a esse mecanismo consiste no desenvolvimento e no fortalecimento das práticas de ajuda mútua e das sociabilidades que dão forma à rede de solidariedade das matronas. Trata-se de uma tarefa decisiva e revolucionária de restauração da clivagem geracional e de recuperação das feridas da estigmatização lateral. Contra o *ethos* competitivo da classe capitalista, a classe trabalhadora deverá buscar uma ética da aliança, do carinho, do cuidado. Nossa amizade, entre três gerações diferentes, é um dos mais poderosos instrumentos para construirmos uma hegemonia da classe trabalhadora na região e rasgarmos, de uma vez por todas, a trama fria do opressor hospedeiro.

Referências

- ALLEN, Louisa. Losing face? Photo-anonymisation and visual research integrity. *Visual Studies*. V. 30 (3). 2015. p. 295-298.
- AMEIXOEIRA, Vanessa (Coord.). Guia do patrimônio cultural carioca: bens tombados. 5 Ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Secretaria de Patrimônio Cultural, Prefeitura do Rio de Janeiro, 2008.
- ANYON, Jean. Interseções de gênero e classe: acomodação e resistência de mulheres e meninas às ideologias de papéis sexuais. *Cadernos de Pesquisa*. n. 73. São Paulo. Mai. 1990. p. 13-25.
- BAGNO, Marcos. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. 49ª Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007.
- BAKER, Sally. Conceptualising the use of Facebook in ethnographic research: as tool, as data and as context. *Ethnography and education*. v. 8, n. 2. London: Routledge, 2013. p. 131-145.
- BENHABIB, Seyla. Introduction. In: *Situating the self: gender, community and postmodernism in contemporary ethics*. Cambridge (Reino Unido): Polity Press; Blackwell, 1992. p. 1-19.
- BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: *Obras escolhidas I: magia e técnica, arte e política*. 7. ed. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 222-232.
- BIZARRIA, Leila R. O. L. Autismos, teledramaturgia e (in)visibilidades: problematizando condições de eficácia das práticas em Educação Especial. VI Congresso Brasileiro de Educação. (Trabalho completo publicado em anais). Bauru, São Paulo. Universidade Estadual Paulista. 26-30 jul. 2017.
- _____. Subalternidades em negação: interseccionalidades de um bairro operário na cidade do Rio de Janeiro. *Revista Espaço Acadêmico*. n. 211. Maringá: Universidade Estadual de Maringá. Dez. 2018. p. 106-117.
- BOSCO, Francisco. *A vítima tem sempre razão? Lutas identitárias e o novo espaço público brasileiro*. São Paulo: Todavia, 2017.
- CARBADO, Devon *et al.* Intersectionality: mapping the movements of a theory. *Du Bois Review*, v. 10 (2). 2013. Du Bois institute for African and African American Research. p. 303-312.
- CARRANO, P.; MARINHO, A.; OLIVEIRA, V. Trajetórias truncadas, trabalho e futuro: jovens fora de série na escola pública de ensino médio. *Educação e pesquisa*. São Paulo, v. 41, n. especial, p. 1439-1454, dez. 2015.
- CASSEL, Jessica. Marxismo X interseccionalidade. Trad. Felipe Libório. *Esquerda Marxista: corrente marxista internacional s./l.* 20 set. 2017. [Online]. Disponível em: <https://www.marxismo.org.br/content/marxismo-x-interseccionalidade/?fbclid=IwAR0gr16qxhp9KziAg_1XjyN9BTj0qkbFLSdZBloW0HYy3zVoOqY6JX2sGfc>. Acesso em: 24 mai. 2019

CASTEL, Robert. A nova questão social. *In: As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. 2ª ed. Tradução de I. D. Poleti. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 495-591.

CÊA, Georgia Sobreira dos Santos. A formação do ser social trabalhador no Brasil: *ethos, modus e sapere*. *In: _____* (Org.). *O estado da arte da formação do trabalhador no Brasil: pressupostos e ações governamentais a partir dos anos 1990*. Cascavel: EdUnioeste, 2007. p. 33-79.

CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. Trad. Noémia de Souza. Lisboa: Sá da Costa Editora, 1978.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Resolução n. 510, de 7 de abril de 2016. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>>. Acesso e descarga em 10 jan. 2017.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *University of Chicago Legal Forum*. 1989, v. 1. p. 139-167.

CROSS Jr., William D. Nigrescence theory: historical and explanatory notes. *Journal of Vocational Behavior*. v. 44. 1994. p. 119-123.

CUNHA, Luiz Antônio. *O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização*. São Paulo: FLACSO; Editora da UNESP., 2000.

DEI, George J. Sefa. *Reframing blackness and black solidarities through anti-colonial and decolonial prisms*. New York: Springer, 2017.

DUARTE, Luiz Fernando Dias; GOMES, Edlaine de Campos. *Três famílias: identidades e trajetórias transgeracionais nas classes populares*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2008.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FANFANI, Emilio Tenti. *La escuela y la cuestión social: ensayos de sociología de la educación*. 2 ed. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2011.

FANON, Franz. *Pele negra, máscaras brancas*. Trad. Renato da Silveira. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2008.

FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser afetado. Trad. Paula Siqueira. *Cadernos de campo*. n. 13. p. 155-161. Rio de Janeiro. 2005.

FERGUSON, Charles A. "Diglossia". *In: Sociolinguistic perspectives: papers on language and society, 1959-1994*. Oxford: Oxford University Press, 1996. p. 25-39.

FERGUSON, Susan. Feminismos interseccional e da reprodução social: rumo a uma ontologia integrativa. Trad. Murilo Van Der Laan. *Cadernos CEMARX*. n. 10. 2017. p. 13-38.

FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1975.

FERNANDES, Nelson Nóbrega. *O rapto ideológico da categoria subúrbio*, Rio de Janeiro, 1858-1945. Rio de Janeiro: Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro; Editora Apicuri, 2011.

FERILLI, Laura. Prendre le risque d'être affectée. *SociologieS*. [Online] Dossiers. Affecter, être affecté. Autour des travaux de Jeanne Favret-Saada. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/sociologies/4751>>. Acesso em 02 jan. 2019.

FLICK, Uwe. *Uma introdução à pesquisa qualitativa*. Trad. Sandra Netz. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

_____. (Ed.). *The Sage handbook of qualitative data analysis*. 3 Ed. London: Sage 2014.

FONTES, Virgínia M. Capitalismo, exclusões e inclusão forçada. *Tempo*. v. 2 (3). Rio de Janeiro, 1996. p. 1-21.

_____. Capitalismo, inclusões e exclusão forçada. In: *Reflexões impertinentes: história e capitalismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2005. p. 18-50.

FOOTE-WHYTE, William. Sobre a evolução de Sociedade de esquina. In: _____. *Sociedade de esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada*. Tradução de Maria L. de Oliveira. Rio de Janeiro: Zahar, 2005. p. 283-363.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 50a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FREUD, Sigmund. (2010) O mal-estar na civilização; a dissecação da personalidade psíquica. In: *O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos (1930-1936)*. São Paulo: Companhia das Letras. p. 13-122; 192-223.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação como capital humano: uma teoria mantenedora do senso comum. In: *A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista*. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1989. p. 35-68.

_____. Contexto e sentido ontológico, epistemológico e político da inversão da relação educação e trabalho para trabalho e educação. *Revista Contemporânea de Educação*. v. 10 (20) jul./dez. 2015. p. 7-26.

GOFFMAN, Erving. Accessible engagement. In: *Behavior in public places: notes on the social organization of gatherings*. New York: The Free Press, 1966.

_____. Stigma and social identity. In: *Stigma: notes on the management of spoiled identity*. New York: Simon & Schuster, 1986. p. 1-40.

GOLDMACHER, Marcela. *A "greve geral" de 1903: o Rio de Janeiro nas décadas de 1890 a 1910*. Tese (Doutorado em História). Niterói, 2009. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere. Volume 2: os intelectuais; o princípio educativo; jornalismo. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. Caderno 22 (1934): Americanismo e Fordismo. *In: Cadernos do cárcere*. v. 4. Trad. Carlos Nelson Coutinho e Luiz Sérgio Henriques. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 239-282.

GUIMARÃES Jr., Mário da Costa de Paiva; LOPES, Tiago Camarinha. O desenvolvimento desigual e combinado: paralelos entre as obras "História da Revolução Russa" de Trotsky e "Dialética da Dependência" de Ruy Mauro Marini. *Revista Brasileira de Estudos Latino Americanos*. v. 6, n. 2. 2016. p. 396-410.

GUEDES, Simoni, Lahud. Redes de parentesco e consideração entre trabalhadores urbanos: tecendo relações a partir de quintais, *Cadernos do Centro de Recursos Humanos*. v. 29. 1998. p. 189-208.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HINE, Christine. Authenticity and identity in Internet contexts. *In: Virtual ethnography*. London: Sage, 2000. p. 118-146.

HUYSEN, Andreas. *Present pasts: urban palimpsests and the politics of memory*. Stanford: Stanford University Press, 2003.

JONES, Michael. The concept of cultural landscape: discourse and narratives. *In: PALANG, Hannes; FRY, Gary (Ed.). Landscape interfaces: cultural heritage in changing landscapes*. New York: Springer, 2003. p. 21-52.

JORDAN, Sara R. Research integrity, image manipulation and anonymizing photographs in visual social science research. *International Journal of Social Research Methodology*. v. 17, n. 4. 2014. p. 441-454.

KAFER, Alison. *Feminist, crip, queer*. Indianapolis: Indiana University Press, 2013.

KOPPER, Moisés; DAMO, Arlei Sander. A emergência e a evanescência da nova classe média brasileira. *Horizontes Antropológicos*. n. 50. 2018. p. 335-376.

KORNIS, Mônica. Manuel Guilherme da Silveira Filho. (Verbete, online) Centro de Pesquisa e Documentação em História do Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2009. Disponível em: <<http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/dicionarios/verbete-biografico/manuel-guilherme-da-silveira-filho>>. Último acesso em 20 mai. 2019.

KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LENINE, Vladimir Illitch. *O imperialismo: fase superior do capitalismo*. 4 Ed. Trad. Leila Prado. São Paulo: Centauro, 2008.

LOVINK, Gert. Treatise on comment culture. *In: Networks without a cause: a critique of social media*. Cambridge (UK): Polity, 2011. p. 50-62.

LUCCHESI, Dante. *Língua e sociedade partidas: a polarização sociolinguística no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015.

LUKÁCS, György. Para uma ontologia do ser social II. Tradução de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2013.

- MANACORDA, Mario Alighiero. *Marx e a pedagogia moderna*. Tradução de Newton Ramos de Oliveira. Campinas: Alínea, 2007.
- MARCONDES, Iara Lucia. *Os consultórios gramaticais: um estudo sobre a intolerância e o preconceito linguísticos*. Dissertação (Mestrado em Letras). São Paulo, 2008. Programa de Pós-Graduação em Língua Portuguesa, Universidade de São Paulo.
- MÁRQUEZ, John D. Introduction: hybrid subjectivities. *In: Black-brown solidarity: racial politics in the New Gulf South*. Austin: The University of Texas Press, 2013. p. 1-30.
- MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Trad. Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. Tradução de Luís Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins, 2002.
- MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. *In: Sociologia e antropologia*. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2003. p. 183-314.
- MELO, Maria Olga Ferreira. *Escolinhas particulares: estudo de caso de escolas de primeiro grau paralelas ao sistema oficial em Vila Kennedy, Rio de Janeiro*. Tese (Mestrado em Educação). 173p. Fundação Getúlio Vargas, Instituto de Estudos Avançados em Educação. Rio de Janeiro, 1982.
- MOTTA, Vânia Cardoso da. *Da ideologia do capital humano à ideologia do capital social: as políticas de desenvolvimento do milênio e os novos mecanismos hegemônicos de educar para o conformismo*. Tese (Doutorado em Serviço Social). 379p. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Rio de Janeiro, 2007.
- _____. Ideologias do capital humano e do capital social: da integração à inserção e ao conformismo. *Trabalho, Educação e Saúde*. v. 6, n.3. nov-fev, 2008.
- MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO. Decreto n. 13.883, de 10 de maio de 1995. Rio de Janeiro: Prefeitura Municipal. s/d. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4722991/4121902/107DECRETO13883FabricaBangu.pdf>>. Último acesso em 20 mai. 2019.
- _____. Lei n. 3.086, de 2 de agosto de 2000. Rio de Janeiro: Prefeitura Municipal. s/d. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4722991/4121903/107LEI3086FabricaBangu.pdf>>. Último acesso em 20 mai. 2019.
- NASCIMENTO, Abdias do. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- NASH, Jennifer C. Re-thinking intersectionality. *Feminist Review*. 2008. p. 1-15.
- NATTERER, Michael et al. *GNU Image Manipulation Program*. [S. l.], 2019. Disponível em: <https://www.gimp.org/about/>. Acesso em: 4 mar. 2019.
- NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. Trabalho, sociedade e valor. *In: Economia política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2006. p. 18-53.

NORA, Pierre. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. *Revista do programa de estudos pós-graduados em história*. dez. 1993. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. p. 17-62.

OLIVEIRA, Márcio Piñón de; FERNANDES, Nelson da Nóbrega (Org.). *150 anos de subúrbio carioca*. Rio de Janeiro: Lamparina: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro; Editora da Universidade Federal Fluminense, 2010.

PEREIRA, Amílcar Araújo; VITTORIA, Paolo. A luta pela descolonização e as experiências de alfabetização na Guiné-Bissau: Amílcar Cabral e Paulo Freire. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 25, n. 50, p. 291-311. jul./dez. 2012.

PERLMAN, Janice Elaine. *O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro*. Tradução de Waldivia Marchiori Portinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

POCHMANN, Marcio. *O mito da grande classe média: capitalismo e estrutura social*. Rio de Janeiro: Boitempo, 2014.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

_____. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

_____. *Memoria, olvido, silencio: la producción social de identidades frente a situaciones limite*. Trad. C. Gebauer; R. O. Rufino; M. Tello. La Plata: Ediciones al Margen, 2006.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Lei n. 4.121, de 27 de agosto de 1962. [Online] Brasília: Casa Civil da Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l4121.htm>. Último acesso em 21 mai. 2019.

_____. Lei n. 6.515, de 26 de dezembro de 1977. [Online] Brasília: Casa Civil da Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6515.htm>. Último acesso em 21 mai. 2019.

RONCADOR, Sônia. O demônio familiar: lavadeiras, amas-de-leite e criadas na narrativa de Júlia Lopes de Almeida. *Luso-Brazilian Review*. v. 44 (1). 2007, p. 94-119.

SANDERS, Jolene M. *Women in Narcotics Anonymous: overcoming stigma and shame*. New York: Palgrave Macmillan, 2014.

SAFATLE, Vladimir. *A esquerda que não teme dizer seu nome*. São Paulo: Três Estrelas, 2012.

SANKOFF, David; LABOV, William. On the uses of variable rules. *Language in Society*. v. 8. p. 189-222.

SANTOS, Larissa Bueno dos. *Não seja burro!:* o preconceito linguístico e a intolerância no discurso de Marcela Tavares. Monografia de conclusão de curso (Bacharelado em Letras Franco-Brasileiras). 62p. Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". Faculdade de Ciências e Letras. Araraquara (SP), 2017.

SCHERRE, Maria Marta. *Doa-se lindos filhotes de poodle: variação linguística, mídia e preconceito*. São Paulo: Parábola, 2005.

SEVERINO, Carlos Molinari Rodrigues. *Mestres estrangeiros; operariado nacional: resistências e derrotas no cotidiano da maior fábrica têxtil do Rio de Janeiro (1980 – 1920)*. Dissertação (Mestrado). Brasília, 2015. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília.

SILVA, Gustavo Santos da. Mestres ingleses, conflitos de nacionalidades e a gênese de uma classe operária plurinacional em Bangu. In: *The Bangu Athletic Club e as lutas de classes no futebol da Primeira República, 1894-1933*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2017. p. 46-79.

SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se negro: as vicissitudes do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

SPIVAK, G. C. *Pode o subalterno falar?* Trad. Sandra R. G. Almeida *et al.* Belo Horizonte: Editora da Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.

THOMPSON, E. P. *The making of the English working class*. New York: Vintage, 1966.

_____. Introdução: costume e cultura. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. Trad. Rosaura Eicheberg. São Paulo: Companhia. das Letras, 2010. p. 13-24.

TURNER, V. Liminality and communitas. In: *The ritual process: structure and anti-structure*. Ithaca: Cornell University Press, 1977, p. 94-130.

VALLADARES, Licia do Prado. *Passa-se uma casa: análise do programa de remoções de favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.

VITTORIA, Paolo. *Narrando Paulo Freire: por uma pedagogia do diálogo*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

_____. Popular education and Latin American social movements: strategy and resistance against neoliberal policies. *International journal of pedagogy, innovation and new technologies*. v. 2; n. 1. 2015. p. 14-21.

WACQUANT, Loïc. Territorial stigmatization in the age of advanced marginality. *Thesis Eleven*. n. 91. 2007. p. 66-77.

WACQUANT, Loïc; SLATER, Tom; PEREIRA, Virgílio Borges. Territorial stigmatization in action. *Environment and Planning A*. 2014, v. 46. p. 1-11.

WALBY, Sylvia; ARMSTRONG, Jo; STRID, Sofia. Intersectionality: multiple inequalities in social theory. *Sociology*. v. 42, n.2. British Sociological Association. 2008. p. 1-17.

WHITESEL, Jason. *Fat gay men: girth, mirth and the politics of stigma*. New York: New York University Press, 2014.